



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Ministério das Pescas:

Diploma Ministerial n.º 160/2014:

Aprova o Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa para o período de 2014 a 2018.

Diploma Ministerial n.º 161/2014:

Aprova o Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala para o período de 2014 a 2018.

Diploma Ministerial n.º 162/2014:

Aprova o Plano de Gestão das Pescarias de Linha das Águas Marítimas de Moçambique para o período de 2014 a 2018.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Diploma Ministerial n.º 160/2014

de 1 de Outubro

A pesca semi-industrial da Kapenta, a pesca artesanal, a pesca recreativa e desportiva e a aquacultura que ocorrem na Albufeira de Cahora Bassa são de transcendental importância na prossecução dos grandes objectivos de desenvolvimento económico e social do país, para o que importa assegurar a sua preservação e maximização das potencialidades que lhes são inerentes, à luz dos princípios gerais que enformam a pesca responsável no ordenamento das actividades pesqueiras.

Neste contexto, mostrando-se necessário adoptar medidas de gestão para as pescarias da Albufeira de Cahora Bassa, ao abrigo

do disposto no artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, determino:

1. É aprovado o Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa para o período de 2014 a 2018, anexo ao presente Diploma, do qual é parte integrante.

2. Compete ao Director Geral da Administração Nacional das Pescas (ADNAP) esclarecer as eventuais dúvidas que surgirem na aplicação do Plano de Gestão ora aprovado.

3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 6 de Junho de 2014 —
O Ministro das Pescas, *Víctor Manuel Borges*.

Preâmbulo

Atendendo que as pescarias da Albufeira de Cahora Bassa (ChB) são importantes por constituírem fonte de proteína animal, renda e emprego para a República de Moçambique e em particular para a Província de Tete.

Ciente da importância do sector da pesca para a economia nacional, nutrição, segurança alimentar e fluxos de renda na economia rural e sua contribuição como pólo de crescimento para outras indústrias secundárias e terciárias, bem como para o desenvolvimento sócio-cultural e os meios de subsistência.

Considerando o disposto no artigo 9 da Lei n.º 22/90, de 26 de Setembro, Lei das Pescas, conjugado com os princípios estabelecidos no artigo 4 do Decreto n.º 57/2008, de 30 de Dezembro que aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores no qual o Ministério das Pescas promove e prepara o plano de desenvolvimento sobre a pescaria da Albufeira de ChB.

Considerando que o sistema de gestão participativa foi adoptado como o modelo preferencial para o estabelecimento de um mecanismo que permita a representação dos interesses envolvidos para assegurar a gestão das pescarias, através dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's), Comitês de Cogestão (CCGs) e Comissão de Administração Pesqueira (CAP), bem como outros fóruns afins.

Desejosos de garantir a sustentabilidade das unidades populacionais, reforçar o envolvimento dos pescadores na planificação, tomada de decisão e implementação de acções do sector, através da melhoria da governação participativa, manutenção e preservação do *habitat* e o ambiente, e melhorar a subsistência de comunidades de pescadores.

Considerando a necessidade de melhoramento do conhecimento sobre os recursos pesqueiros e monitorização das reservas pesqueiras, e a planificação e implementação das actividades de gestão.

Tendo Em Conta que o Plano de Gestão da Pescaria da Albufeira de Cahora foi desenvolvido de forma participativa e transparente com os representantes dos principais grupos de intervenientes do Sector das Pescas.

Portanto, nos termos do artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, é adoptado o presente Plano de Gestão da Pescaria da Albufeira de ChB.

SIGLAS/ Abreviaturas/Acrónimos

ADMAR	Administração Marítima
ADNAP	Administração Nacional das Pescas
APK	Associação de Produtores da Kapenta
AZ	Ara Zambeze
CAP	Comissão de Administração Pesqueira
ChB	Cahora Bassa
CCG	Comité de Co-gestão
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CGP	Conselho de Gestão das Pescarias
CPUE	Captura por Unidade de Esforço
DNFP	Direcção Nacional de Fiscalização da Pesca
DPPT	Direcção Provincial das Pesca de Tete
EAF	<i>Ecossistem approach for Fisheries</i>
EP	Escola de Pesca
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FFP	Fundo de Fumento Pesqueiro
GD	Governo do Distrito
GL	Governo Local
HCB	Hidroeléctrica de ChB
ICEIDA	Agência Internacional Irlandesa para o Desenvolvimento
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INIP	Instituto Nacional de Inspeção de Pescado
MdP	Ministério das Pescas
MIC	Ministério de Indústria e Comércio
MCS	Monitorização, Controlo e Vigilância
MICOA	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
MTC	Ministério de Transportes e Comunicação
PGPCB	Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de ChB
PRD	Pesca Recreativa e Desportiva
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POMCS	Plano Operacional de Monitorização, Controlo e Vigilância para 2007
REPMAR	Regulamento Geral da Pesca Marítima

REPAI	Regulamento da Pesca para Águas interiores
RMD	Rendimento Médio Diário
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
VMS	<i>Vessel Monitoring System</i> (Sistema de Monitorização de Embarcações de Pesca)

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contribuição da Pescaria Para a Economia Nacional

Moçambique é um país que a actividade pesqueira possui um impacto social considerável, pois contribui para a segurança alimentar, aumento do emprego e renda, e captação de divisas através das exportações.

O Plano Director das Pescas PDP II (2010-2019) instrumento de orientação ao nível do Sector, identifica as prioridades, estratégias e acções que o Estado adoptará com vista a alcançar os objectivos definidos para o Sector das Pescas, a médio e longo prazo. Assim, a questão da segurança alimentar e da situação nutricional surgem como prioridades, a par da melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquacultores de pequena escala.

Estima-se que o Sector das Pescas contribui com cerca de 2% do PIB (cerca de 452 milhões de dólares americanos) com uma produção global de cerca de 151 mil toneladas por ano incluindo a pesca marinha e águas interiores, bem como a produção da aquacultura. A contribuição média do Sector das Pescas proveniente da exportação é de cerca de 70 milhões de dólares por ano.

A par das acções identificadas pelo PDP II, o plano estratégico de desenvolvimento da província de Tete aponta como acções prioritárias à alcançar na área das pescas, as seguintes:

- (i) Contribuir para a segurança alimentar e nutricional para a população;
- (ii) Contribuir para o desenvolvimento económico e social do país;
- (iii) Contribuir para um maior equilíbrio da balança de pagamentos; e
- (iv) Assegurar a exploração sustentável das pescarias em particular, e do ecossistema em geral através das seguintes acções:
 - a) Criar centros de formação profissional do Sector;
 - b) Desenvolver tecnologias de pesca, processamento e conservação do pescado;
 - c) Criar infra-estruturas de apoio a pesca artesanal;
 - d) Promover a criação de associações de pescadores;
 - e) Realizar zoneamento da Albufeira de Cahora-Bassa (ChB);
 - f) Promover a piscicultura.

A barragem que deu origem a Albufeira de ChB, foi construída e terminada no ano de 1974, tendo sido concebida fundamentalmente para a produção de energia hidroeléctrica e controlo de inundações a jusante permitindo uma concentração de grandes quantidades de massas de água na região a norte.

A Albufeira de ChB, estende-se aproximadamente entre as latitudes 15°29' e 26°00'S e 30°25' 32°44'E, apresenta uma orientação Este-Oeste e ocupa uma superfície de cerca de 2.700 km², percorrendo os Distritos do Zumbo, Magoe, Marávia até o Distrito de ChB e concentra uma quantidade de massa de água de 56 km³ cujas profundidades são diferenciadas de zona para zona, tendo como média 20 m de profundidade, podendo encontrar-se

no seu leito zonas mais profundas até cerca de 156 m. Possui 246 Km de comprimento, tem uma largura máxima de 39,8 Km, de um comprimento estimado da linha costeira de 1.775Km. É o segundo maior lago artificial ao longo do rio Zambeze e o quarto maior em África, com uma produção média anual de pescado estimada em 29.000ton sendo 13.000 ton provenientes da pesca

semi-industrial da *kapenta* (*Limnothrissa miodon*) e 16.000 da pesca artesanal cujas espécies mais frequentes pertencem a cinco famílias: Characidae (tigre), Discichodontae (tchenga), Cyprinidae (barbos, labios), Clariidae (clárias) e Cichlidae (tilápias), (IIP, 2011). Entretanto, segundo Marshall, 2011 aponta uma produção média anual de 15.000 toneladas de *kapenta*.

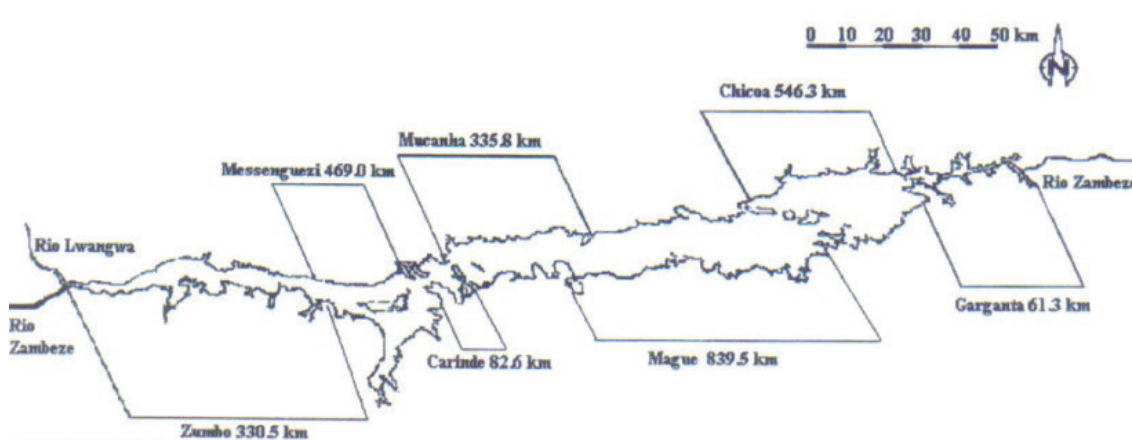


Fig. 1 Mapa da Albufeira de ChB

A pesca semi-industrial e artesanal são algumas das mais importantes actividades socio-económicas realizadas na zona da albufeira e representa uma fonte de nutrição chave para as comunidades pesqueiras locais e para os países do *interland*. A nível local a actividade pesqueira na albufeira oferece emprego directo a mais de 10.327 pessoas sendo 2.000 na pesca semi-industrial da *kapenta* e os restantes na pesca artesanal. O PDP II, indica que o peixe *kapenta* apresenta um estado de exploração intenso enquanto a pesca artesanal tem o estado de exploração moderado.

1.2 Fundamentação Para o Plano de Gestão

O Ministério das Pescas (MdP) tem como uma das atribuições o estabelecimento de políticas de desenvolvimento das pescas, à sua tradução em planos de gestão e de desenvolvimento, assim como à coordenação da sua execução, mediante um controlo do desempenho dos subsistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento.

A pressão sobre os recursos pesqueiros existentes na albufeira, tem concorrido nos últimos anos, a uma tendência de desequilíbrio entre a captura e capacidade de renovação dos stocks, comprometendo assim a sustentabilidade do recurso. A elaboração de um Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de ChB, constitui um instrumento adequado para o ordenamento da actividade pesqueira e redução de conflitos de pesca.

Sendo a aquacultura uma actividade emergente na albufeira, reveste-se de grande importância no aumento da produção do pescado para a segurança alimentar, portanto, o desenvolvimento desta actividade é também um desafio para o Sector das Pescas.

No âmbito da implementação do PDP II e de outros documentos estratégicos de promoção do desenvolvimento da actividade pesqueira, decidiu-se proceder à elaboração do presente Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de ChB.

1.3 Objectivos do Plano de Gestão

Assegurar uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros e das potencialidades da Albufeira de ChB, contribuindo na segurança alimentar e melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras locais e para o país no geral, através

da implementação de instrumentos de gestão e de sistemas de monitorização, controlo e vigilância – (MCS) da pesca, ferramentas cruciais para a autoridade pesqueira.

2. Políticas-Chave Orientadoras Para o Plano de Gestão

Este Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de ChB enquadra-se no artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, e os objectivos plasmados no PDP II (2010-2019) e Plano Quinquenal do Governo, Agenda 2025, Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Província de Tete, Código de Conduta da FAO para a pesca responsável, Abordagem do Ecossistema para Pesca (EAF), Convenção sobre a Biodiversidade Ecológica, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável RIO +20 e Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, para além de outros instrumentos.

3. Visão Geral das Pescarias na Albufeira de Cahora Bassa e Recursos Explorados

3.1 Descrição das Pescarias

a) Pesca Semi-industrial da *kapenta*

A pesca semi-industrial da *kapenta* (*Limnothrissa miodon*), é capturada com recurso arte de sacada de forma circular com um anel de diâmetro igual ou inferior a 8 metros e uma malha de 8mm. A pesca é efectuada durante a noite no período compreendido entre as 17h e 06h da manhã. Esta actividade iniciou em 1992, tendo registado um fraco crescimento do número de embarcações envolvidas na pesca, o que levou ao aumento de produção deste recurso¹ que é exercida por pessoas singulares e colectivas, nacionais ao longo de toda a Albufeira de ChB e emprega actualmente em média mais de 2.000 pessoas, das quais 1.700 são permanentes e as restantes eventuais.

Actualmente, o exercício da pesca da *kapenta* é regulado por três principais instrumentos legais:

- i) Lei n.º 22/2013 de 1 de Novembro que aprova a Lei das Pescas;
- ii) Diploma Ministerial n.º 106/2003, de 23 de Setembro², que adopta regras e medidas para uma melhor gestão da pescaria da *Kapenta* na Albufeira de Cahora Bassa;

¹ (Marshall) 2011

² Fixa o número máximo de 250 embarcações a serem autorizadas para a pesca da *kapenta* e o respectivo direito do acesso a pescaria é mediante aprovação de um projecto integrado de desenvolvimento de pesca, que deve ser implementado até 180 dias após aprovação.

iii) Decreto n.º 57/2008, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores (REPAI).

Devido ao seu valor económico, nas duas últimas décadas, a pescaria da kapenta verificou uma maior concorrência na sua exploração. De acordo com os registos de estatísticas disponíveis (capturas, RMD e o esforço), os mesmos mostram tendências de preocupação tanto para os operadores, bem como para administração pesqueira. Pelo facto, esforços têm sido aplicados para a promoção do desenvolvimento sustentável das pescarias, tendo em vista atingir os objectivos de desenvolvimento económico e social do Governo definidos para o Sector das Pescas.

O Instituto de Investigação Pesqueiro (IIP) tem realizado uma avaliação sistemática do estado de exploração do recurso como forma de assegurar a sua gestão apropriada, permitindo a

sua sustentabilidade. De acordo com estes estudos, as melhores capturas registam-se entre os meses de Setembro e Janeiro. Nos meses de Abril à Junho verifica-se uma redução da produção, devido ao efeito de turbidez da água. O Estudo de Avaliação do Potencial dos Recursos Pesqueiros realizado pelo IIP, em 2011, na Albufeira de ChB aponta para uma produção estimada em 16.000 toneladas a uma média de 5 USD o kg correspondentes a 80 milhões de dólares americanos por ano. O mesmo estudo admite a manutenção do actual esforço de pesca (250 barcos máximo) a operar na pescaria de kapenta.

A figura que se segue ilustra a evolução das capturas (tons.), esforço de pesca (dias de pesca) e rendimento médio diário (kg/dia), ao longo dos últimos anos, indicando um comportamento estável dos indicadores supracitados.

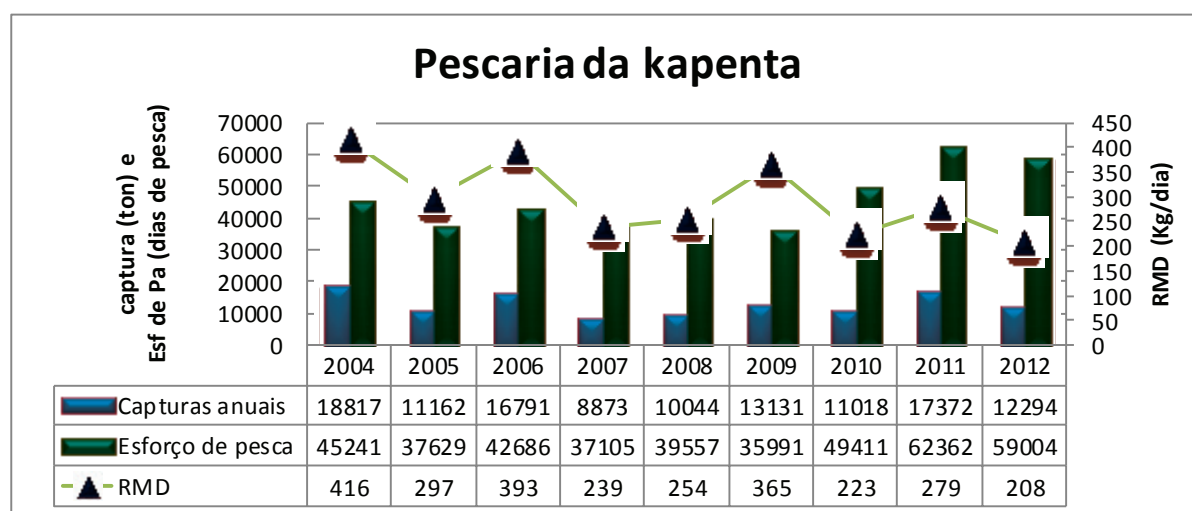


Fig 2: Evolução das capturas, esforço de pesca e rendimento médio diário da pescaria de kapenta ao longo do período 2004 à 2012

b) Pesca Artesanal

A pesca artesanal é composta por dois seguimentos principais de pesca: os pescadores de subsistência (que praticam a pesca sem embarcações) e os pescadores artesanais-comerciais que utilizam embarcações (canoas de tronco escavado e fibra), para o exercício da sua actividade.

Actualmente, o exercício da pesca artesanal na albufeira é regulado por três principais instrumentos legais:

- i) Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, que aprova a Lei das Pescas;
- ii) Decreto n.º 57/2008, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento da Pesca nas Águas Interiores;
- iii) Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio, Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE).

Os níveis de produção artesanal têm estado a crescer tendo atingido, actualmente a fasquia de 16.000 toneladas/ano³. O esforço de pesca (número de artes de pesca) situa-se acima de 5391 unidades segundo os dados do Censo da Pesca Artesanal⁴, realizado em 2012, com predominância de redes de arrasto, redes de emalhar de mono-filamento e nalguns casos com redes mosquiteiras.

Analisando o gráfico abaixo, constata-se que as capturas mostram uma tendência crescente nos últimos anos. Entre os anos 2005 e 2008 registou-se uma tendência crescente dos níveis de licenciamento, acompanhados do aumento das capturas, no entanto, a partir de 2009 os níveis de licenciamento foram bastante irregulares, enquanto as capturas continuaram a crescer atingindo o pico em 2012. Este comportamento demonstra algumas dificuldades de cobertura do licenciamento.

³ DNEPP, Relatório Anual 2012

⁴ IDPPE, Censo da Pesca Artesanal 2012.

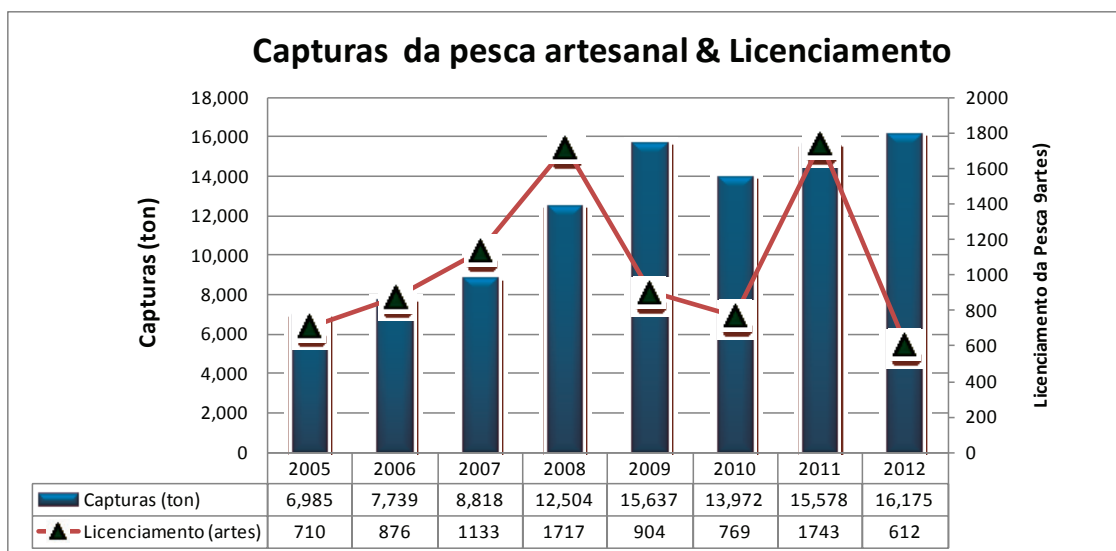


Fig. 3: Capturas & licenciamento da pesca artesanal ao longo do período de 2005 à 2012

As artes recomendadas como selectivas são as redes de emalhar com um comprimento máximo de 100m e de malha igual ou superior a 35mm, também é permitida a arte de anzol. No entanto, verifica-se ainda o uso de arte de arrasto de praia pelos pescadores artesanais embora a legislação proíba.

c) Pesca Recreativa e Desportiva

A pesca recreativa e desportiva é praticada ao longo da Albufeira de ChB desde os anos 90, com maior enfoque para a pesca recreativa. Esta ocorre com maior frequência no período do verão, entre os meses de Setembro à Janeiro e as áreas com maior predominância no desenvolvimento desta actividade são: ChB, Marávia, Mágoe e Zumbo.

Actualmente a pesca recreativa e desportiva é promovida por instâncias turísticas, dentre as quais a Nhenda Safaris, Safaris de Moçambique, *Uguezí Lodge*, *Africa Hunt and Tours*, *Sable Hill* Moçambique, *Shawalo Safaris*, Safaris Tetensa, *Salm Lake Investment and Development*, *Muringa By Lodge*, *Tiger Logge Uguezí*. A actividade é maioritariamente desenvolvida por estrangeiros (zimbabueanos, sul africanos, e por vezes portugueses) em grupo ou de forma individual, com auxílio de embarcações. A espécie atractiva para os turistas é o peixe tigre ou N'chene (*Hidrocynus vittatus*) em algumas vezes o peixe Pende (*Tilapia rendalli*) e Nhume/Vunda (*Heterobranchus longifilis*).

Desde 2005 tem-se verificado um relativo crescimento na pesca recreativa, contudo, a mesma tendência não se verifica na pesca desportiva, onde o último concurso na albufeira foi realizado no ano de 2003⁵.

d) Aquacultura

Na albufeira de ChB existem, actualmente, três projectos de aquacultura comercial de tilápia. Na localidade de Calote localizam-se os projectos Mozambeze e Deep Water Produce autorizados desde 2007 e Calote Fresh Fish, desde 2008. Este último, conta com um tanque de reprodução, tanques para alvinos até aos três meses e quatro gaiolas de 16 m² cada, para a engorda.

Na localidade de Nhabando está em curso a implementação do projecto Mozambeze em funcionamento experimental desde 2009 e conta com apenas um tanque de reprodução.

3.2. Gestão Actual das Pescarias na Albufeira de Cahora Bassa

A gestão das pescarias em Moçambique é da competência do Ministério das Pescas. O papel do Ministério é de formular implementar as políticas pesqueiras, através de linhas orientadoras, regras e regulamentos para planear, desenvolver e gerir as pescarias nacionais e a aquacultura no país. As funções de gestão a nível do Ministério são da responsabilidade da Administração Nacional das Pescas (ADNAP).

A Comissão da Administração Pesqueira (CAP), é o órgão consultivo que emite pareceres ao Ministro das Pescas sobre matérias de interesse no âmbito de conservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias, incluindo:

- Número máximo de barcos a licenciar numa pescaria;
- Períodos de veda;
- Áreas com restrições à actividade de pesca;
- Procedimentos para a preparação e revisão de planos de desenvolvimento pesqueiros;
- Outras medidas de gestão das pescarias ou conservação do ambiente aquático.

Conselho de Gestão das Pescarias (CGP) que é um órgão consultivo da ADNAP, que facilita a coordenação entre as várias entidades do Sub-sistema de Gestão das Pescarias. O Conselho de Gestão das Pescarias é coordenado pela ADNAP e integra representantes de algumas instituições do Sector, particularmente IIP, INIP, DNFP, IDPPE, e Portos de Pesca.

A nível local, como forma de tornar o processo de gestão mais inclusivo e participativo, o sistema de gestão providencia uma plataforma para o estabelecimento de órgãos de administração pesqueira conhecidos como Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) que incluem vários grupos de partes interessadas e actuam a nível distrital e provincial.

O instrumento-mãe que governa toda a actividade de pesca em Moçambique é a Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro e os seus regulamentos, que estão actualmente em processo de revisão. De acordo com estes instrumentos a licença de pesca é requerida para o exercício de todas as pescarias.

O grau de cumprimento do licenciamento é cerca de 100% para a pesca semi-industrial mas para a pesca artesanal e a pesca recreativa e desportiva o nível de cumprimento é inferior a 50%.

⁵ ICEIDA, Relatório do Projecto Fase III (2012)

4. Processo de Elaboração do Plano de Gestão

4.1 Princípios Para Elaboração do Plano De Gestão

O processo de elaboração teve em consideração os princípios, da previsibilidade, do envolvimento de *stakeholders*, da consideração contextual, da precaução e da racionalidade, e obedeceu as seguintes fases:

1. Constituição do grupo de trabalho inter-institucional;
2. Levantamento bibliográfico sobre a pesca;

3. Realização de oficinas de trabalho para auscultação dos intervenientes;

4. Produção da primeira proposta do plano de gestão;
5. Apresentação da proposta aos intervenientes;
6. Ajustamento e apresentação da proposta do plano a CAP.

4.2 Âmbito do Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Chb

De acordo com o processo de formulação do Plano, que envolveu vários actores, o quadro geral deste instrumento resume-se no seguinte (Tabela 1):

Table 1: Quadro geral da formulação do Plano de gestão das Pescarias da Albufeira de ChB

Categoria	Detalhes
Pescaria	Pescarias da Albufeira de ChB:
Tipos de pesca	Pesca artesanal, b) Pesca semi-industrial, c) Pesca Recreativa e Desportiva (de acordo com a terminologia do REPAI)
Artes de pesca não aplicáveis mas com impacto na implementação do Plano e impacto no recurso	Arrasto para a terra, (envenenamento por substâncias tóxicas ex: com plantas).
Métodos em uso ou permitidas	Rede de emalhar (cumprimento total de 100m de rede forma com malha igual ou superior a 35mm e constituída por vários panos. A rede de emalhar é monofilamento com material sintético. Rede de Sacada- sem nó de malha igual ou superior a 8 mm e montada num anel com diâmetro igual ou inferior a 8m. Aparelho de anzol artes de pesca constituídas por linhas de mão ou por palangre Gaiolas formadas de caniço ou outro material com espaços intersticiais maiores ou iguais a 5 cm
Principais famílias das espécies capturadas.	Sparidae, Lutjanidae, Haemulidae, Serranidae, Lethrinidae, Sciaenidae, Carangidae, Scombridae e Istiophoridae
Âmbito de aplicação geográfico do plano	Águas da Albufeira de ChB e outras massas de águas do interior com as necessárias adaptações – Moçambique
Principais áreas ou ambientes geográficos com impacto nos recursos	Lago Kariba, Rio Aruangua, Luanga.
Valores – Objectivo a atingir e prioridades	Sustentabilidade das Espécies das pescarias da Albufeira – manutenção de níveis de esforço de pesca nos limites definidos para sustentabilidade das pescarias; Resultados maximização económica para os benefícios da comunidade; Resultados (sociais - minimizar os impactos negativos nas comunidades de pescadores; Segurança alimentar – manter o acesso aos recursos para garantir a sobrevivência das comunidades; Minimização de desperdícios/perdas pós-captura – garantir/assegurar o uso de toda a captura.
Instituições implementadores principais	MdP, através da ADNAP (nível central, provincial e distrital), Governo Local (Província, distrito), Pescadores e proprietários de embarcações, proprietários de artes de pesca, órgão do sistema de gestão participativa (Comités de Co-Gestão e Conselhos Comunitários de Pesca) e associações de pescadores.
Outras instituições e actores	MTC-ADMAR, MICOA, TURISMO, MIC, CCPs, Líderes comunitários, Associações de Pescadores, Hidroelétrica de ChB, ARA Zambeze.
Horizonte temporal do Plano	5 anos (com ajustamentos e adaptações necessárias de acordo com a dinâmica das pescarias)
Periodicidade de avaliação de progresso	Intermédia, no terceiro ano de implementação e após o período de implementação.

Para ajudar a determinar as questões a arrolar, um leque de componentes em forma de árvore que abarca cada um dos três pilares chave do EAF foi empregue (Figura 4). A área do bem-estar ecológico considerada a componente dos «bens» (p. ex. habitats, ecossistemas) relevantes para a pesca assim como aos problemas/impactos que advêm da actividade de pesca.

Enquanto que o bem-estar humano vela pela componente dos resultados sociais e/ou económicos gerados pela pesca (por exemplo, segurança alimentar, desenvolvimento económico bem como problemas tais como conflitos, etc), a área sobre a capacidade de alcançar os objectivos vela pelos sistemas de gestão e institucionais decorrentes ou desenhados para produzir os resultados preconizados.

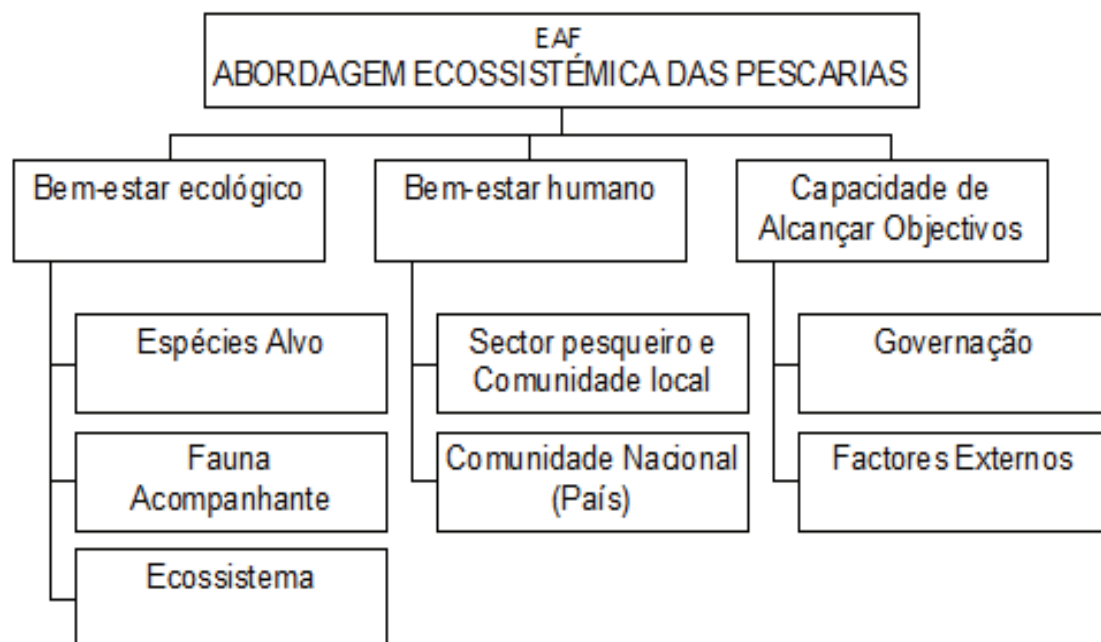


Figura 4: As diferentes componentes EAF das Pescarias de ChB

5. Objectivos de Gestão e Operacionais do Plano de Gestão da Pescarias na Albufeira de Cahora Bassa

Os objectivos de gestão e operacionais deste Plano de Gestão das Pescarias na Albufeira de Cahora Bassa foram produzidos a partir de uma análise estratégica do GT sobre as questões de risco identificadas, conforme se segue:

Objectivo de Gestão I: Controlar o esforço de pesca das pescarias e manter os níveis sustentáveis na exploração dos recursos pesqueiros de Albufeira de Cahora Bassa.

Problemas ecológicos

a) Kapenta:

- 1.1. Pesca realizada fora dos parâmetros regulamentados por falta de instrumentos de apoio a navegação (500 metros da costa e 20 de profundidade, estuários, baías, e rios);
- 1.2. Fraca fiabilidade dos dados estatísticos fornecidos pelos armadores e atraso no fornecimento dos mesmos;
- 1.3. Fraco conhecimento Biológico dos recursos pesqueiros existente na Albufeira de ChB;
- 1.4. Não exploração das presenças alocadas por parte de algumas empresas;
- 1.5. Falta de um mecanismo de monitorização das embarcações de pesca.

b) Artesanal

- 1.1. Aumento de esforço de pesca e falta de determinação do limite do esforço de pesca;
- 1.2. Conflito no exercício de pesca entre semi-industriais e artesanais nas áreas de pesca;

1.3. Uso de artes de pesca nocivas (redes mosquiteiras, arrasto para terra, proliferação de uso de redes monofilamentos) prejudiciais ao ambiente aquático;

1.4. Incapacidade dos Distritos exercerem de forma efectiva as suas responsabilidades no domínio da administração (fraco controlo de acesso a pesca artesanal e fraco registo de dados de captura) e fiscalização das pescarias artesanais.

c) Recreativa e Desportiva

- 1.1. Fraco controlo da actividade da pesca recreativa e desportiva;
- 1.2. Falta de definição dos tamanhos dos anzóis para a albufeira.

d) Aquacultura

- 1.1. Falta de partilha de informação sobre a estratégia e procedimentos para a prática da aquacultura;
- 1.2. Mapeamento incompleto das áreas potenciais para a actividade de aquacultura e clareza sobre as questões ambientais;
- 1.3. Destruição de stocks reprodutivos devido de uso de malha menor por pescadores artesanais em zonas de procriação dos peixes.

Objectivo de Gestão II: Proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos

Problemas sociais e económicos

- 2.1 Falta de infraestruturas de apoio à pesca semi-industrial e artesanal;
- 2.2 Conflitos no exercício da pesca entre os operadores de pesca e outros intervenientes nas áreas de pesca;

- 2.3 Deficiente cumprimento dos planos de desenvolvimentos dos projectos aprovados;
- 2.4 Limitado acesso ao crédito por parte das comunidades pesqueiras;
- 2.5 Fraco domínio da legislação pesqueira;
- 2.6 Deficiente acondicionamento e manuseamento dos produtos.

Objectivo de Gestão III: Reforçar a capacidade de intervenção institucional e poder de gestão.

Problemas de Governação

- 3.1 Controlo limitado da actividade pesqueira devido a localização das entidades da ADNAP em relação as zonas de exercício da actividade da pesca;
- 3.2 Deficiente funcionamento do sistema de gestão participativa;
- 3.3 Fraca capacidade de controlo das artes de pesca ilegais e métodos de pesca inadequados;
- 3.4 Deficiente fiscalização da actividade de pesca;
- 3.5 Fraca capacitação dos Governos Local em matérias de Administração Pública das Pescas;
- 3.6 Recursos financeiros limitados para o funcionamento das instituições tuteladas e subordinadas pelo MdP existentes na Albufeira;
- 3.7 Falta de conhecimentos sobre boas práticas de gestão da pesca;
- 3.8 Existência de tripulação sem formação básica para o exercício das suas funções;
- 3.9 Roubo da *kapenta*.

Objectivo de Gestão IV: Prevenir a degradação do ambiente marinho pela actividade de pesca e a influência dos factores externos.

Problemas Externos

a) Ambientais

- 4.1. Degradação do habitat (construção de barragens no leito dos rios);

- 4.2. Poluição (construção de oficinas e habitações nas bermas da barragem);
- 4.3. Falta de licenciamento para o uso e aproveitamento da água dos projectos da aquacultura;
- 4.4. Necessidade de monitorização da actividade da aquacultura em termos ambientais;
- 4.5. Situação hidrológica da albufeira influenciada fortemente pelas descargas dos rios afluentes e pelas chuvas que caem ao longo da sua bacia hidrográfica.

b) Outros

- 4.1. Aumento dos preços de combustíveis e custos de transacção cambial na pescaria da *Kapenta*;
- 4.2. Ameaça de instabilidade política que influencia negativamente à actividade de pesca na albufeira;
- 4-3- Elevados custos de produção na aquacultura (ração importada da Zâmbia ou Zimbabwe que representa cerca de 90% dos custos de produção).

6. Medidas de Gestão e Indicadores de Desempenho para o Plano de Gestão

6.1 Medidas de Gestão

As medidas de gestão discutidas e concordadas pelo GT e as outras partes interessadas são apresentadas abaixo. No geral, o leque de medidas apresentadas indica o âmbito de aplicação em que serão implementadas e a flexibilidade requerida para gerir a pescaria e os seus impactos nos mananciais pesqueiros e no ecossistema, dentro de um ambiente natural, mas dinâmico. As medidas são agrupadas de acordo com a estrutura da árvore de componentes genérica do EAF e também divididas em acções primárias e de suporte.

Bem-estar Ecológico

As principais medidas de gestão apontam para o controlo do esforço de pesca desta pescaria e manutenção de níveis sustentáveis na exploração dos recursos das pescarias de Albufeira de ChB:

a) Pesca semi-industrial da kapenta

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Pesca realizada fora dos parâmetros regulamentados por falta de instrumentos de apoio a navegação (500 metros da costa e 20 de profundidade garganta, estuários, baías, e rios).	1. Identificar e implementar um sistema tecnológico e compatível para o controlo das áreas de pesca da pescaria da <i>kapenta</i> e reforço das acções de fiscalização.
2. Fraca fiabilidade dos dados estatísticos fornecidos pelos armadores e atraso no fornecimento dos mesmos.	2. Estabelecer um sistema de controlo das descargas na zona de pesca; e introdução de diários de bordo; melhorar o controlo e comercialização da <i>kapenta</i> .
3. Fraco conhecimento biológico dos recursos pesqueiros existente na Albufeira de ChB.	3. Aumentar o conhecimento biológico sobre o recurso e as pescarias através de estudos específicos.
4. Não exploração das presenças alocadas por parte de algumas empresas.	4. Retirar os direitos de pesca das embarcações que não operaram durante 12 meses consecutivos e atribuir novas entradas sem ultrapassar o limite de 250 embarcações.
5. Falta de um mecanismo de monitorização das embarcações de pesca.	5. Identificar e implementar um mecanismo de monitorização compatível ao tipo de embarcação e condições da albufeira.

b) Pesca artesanal

O problema central da pesca artesanal reside na incapacidade dos distritos exercerem suas responsabilidades nos domínios da administração e fiscalização pesqueira, e da gestão das pescarias, no âmbito da implementação da LOLE.

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Aumento de esforço de pesca e falta de determinação do limite do esforço de pesca.	1. Realizar nos primeiros 12 meses da execução do Plano acções para definir a capacidade sustentável em termos de esforço de pesca, artes licenciadas e fixar o número máximo de artes a licenciar- área/pescador.
2. Conflito no exercício de pesca entre semi-industriais e artesanais nas áreas de pesca.	2. Zonear as áreas de pesca artesanal e semi-industrial.
3. Uso de artes de pesca nocivas (redes mosquiteiras, arrasto para terra, proliferação de uso de redes monofilamentos) prejudiciais ao ambiente aquático.	3. Reforçar a fiscalização nas áreas de ocorrência das artes nocivas. 3.a. Incentivar o uso de redes regulamentadas através da criação de estabelecimentos de venda de insumos de pesca (malha regulamentada, material biodegradável, etc), e envolver CCPs neste processo.
4. Incapacidade dos Distritos exercerem de forma efectiva as suas responsabilidades no domínio da administração (fraco controlo de acesso a pesca artesanal e fraco registo de dados de captura) e fiscalização das pescarias artesanais.	4. Intensificar o processo de capacitação do SDAE e dos CCPs na componente de gestão das pescarias, monitorização e fiscalização da pesca. 4.a. Promover a assinatura de Memorandos de Entendimento entre os SDAEs e os CCPs sobre matérias de monitorização e fiscalização da pesca artesanal.

c) Pesca Recreativa e Desportiva

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Fraco controlo da actividade da pesca recreativa e desportiva.	1. Reforçar a presença da ADNAP nos locais de ocorrência da PRD para monitoramento (aumento de missões de fiscalização e assinatura de Memorandos de Entendimento com os SDAEs).
2. Falta de definição dos tamanhos dos anzóis para a albufeira.	3. Definir os tamanhos dos anzóis para a Albufeira.

d) Aquacultura

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Falta de partilha de informação sobre a estratégia e procedimentos para a prática da aquacultura.	1. Divulgar a estratégia e procedimentos para prática da aquacultura na albufeira.
2. Mapeamento incompleto das áreas potenciais para a actividade de aquacultura e clareza sobre as questões ambientais.	2. Concluir o mapeamento das áreas potenciais para a actividade de aquacultura na albufeira.
3. Destruição de stocks reprodutivos devido de uso de malha menor por pescadores artesanais em zonas de procriação dos peixes.	3. Reforçar as acções do controlo para reduzir o uso da malha inadequada e sancionar os infractores.

Bem-estar Humano (Social e Económico)

Ao nível da albufeira, há necessidade de proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos e uma rentabilidade para os operadores nacionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e o abastecimento de pescado ao nível local e a exportação. Para o efeito devem ser adotadas as seguintes acções:

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Falta de infraestruturas de apoio à pesca semi-industrial e artesanal.	1. Promover e criar incentivos para estabelecimento na albufeira de carpintaria naval, gasolineiras, estabelecimento de venda de insumos da pesca e aquacultura, venda de sal, salas de processamento para permitir agregar valor aos produtos de pesca (desembarcadouros) para pescadores artesanais;
2. Conflitos no exercício da pesca entre os operadores de pesca e outros intervenientes nas áreas de pesca.	2. Zonear as áreas de pesca, da aquacultura, turismo, mineração e fauna bravia para melhor orientarem o acesso e a utilização dos recursos pesqueiros na albufeira e redução de conflitos dentro e fora do sector das pescas;
3. Deficiente cumprimento dos planos de desenvolvimentos dos projectos aprovados.	3. Intensificar a monitorização e avaliação dos projectos de desenvolvimento da pescaria da <i>kapenta</i> .
4. Limitado acesso ao crédito por parte das comunidades pesqueiras.	4. Adoptar uma estratégia e política de crédito sustentável, para promover e assegurar o aumento da capacidade de investimentos dos pescadores artesanais.
5. Fraco domínio da legislação pesqueira.	5. Divulgar a legislação nas línguas Portuguesa, Inglesa e locais.
6. Deficiente acondicionamento e manuseamento dos produtos.	6. Melhorar a capacidade de manuseamento e acondicionamento dos produtos.

Capacidade de Alcançar Objectivos

a) Governança

De entre as medidas de gestão necessárias, a componente de governança é de grande importância para reforçar a capacidade de intervenção institucional e poder de gestão. Neste âmbito, há que realizar o seguinte:

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
1. Controlo limitado da actividade pesqueira devido a localização das entidades da ADNAP em relação as zonas de exercício da actividade da pesca.	1. Implantar uma unidade da delegação da ADNAP próximo da área da actividade de pesca (ex: Chicó) para facilitar as acções de monitoria e gestão para reduzir os custos da administração e dos operadores.
2. Deficiente funcionamento do sistema de gestão participativa;	2. Alargar e fortalecer o sistema de gestão participativa (Governo Local, CCP's, e CCG) e adoptar mecanismos de gestão transparente nos processos de tomada decisão.
3. Fraca capacidade de controlo das artes de pesca ilegais e métodos de pesca inadequados.	3. Reforçar a capacidade de intervenção dos Governos Locais (GL) em matéria de Administração Pública das Pescas.
4. Deficiente fiscalização da actividade de pesca.	4. Reforçar a capacidade de fiscalização através da aquisição e afectação de embarcações, motorizadas e quites de fiscalização, 4.a. Recrutar e formar fiscais e reforçar missões de fiscalização multisectorial e nocturna.
5. Fraca capacitação dos Governos locais em matérias de Administração Pública das Pescas;	5. Assegurar recursos financeiros para o funcionamento das instituições tuteladas e subordinadas do Ministério das Pescas na Albufeira de ChB.
6. Recursos financeiros limitados para o funcionamento das instituições tuteladas e subordinadas pelo MdP existentes na Albufeira;	6. Delinear uma estratégia de comunicação para aumentar a consciencialização das comunidades na gestão dos recursos aquáticos;
7. Falta de conhecimentos sobre boas práticas de gestão da pesca;	7. Promover campanhas de sensibilização nos meios de comunicação nas escolas e centros de pesca;
8. Existência de tripulação sem formação básica para o exercício das suas funções;	8. Sensibilizar os operadores da pescaria da <i>kapenta</i> no sentido de formar e capacitar a tripulação e no processo de recrutamento, privilegiar os que possuem formação básica para o exercício da função;
9. Roubo da <i>kapenta</i> .	9. Influenciar as estruturas competentes (GL, Policia Costeira Lacustre e Fluvial, ADMAR) no sentido de defenir uma estratégia para colmatar a prática do roubo da <i>kapenta</i> .

b) Factores Externos

O sucesso das medidas do plano não depende apenas dos aspectos acima mencionados, mas também de outros factores externos, nomeadamente:

Problemas Identificados	Soluções (Medidas de Gestão)
Ambientais	
1. Degradação do habitat (construção de barragens no leito dos rios).	1. Realizar estudos sobre efeitos e impactos da construção de barragens nos leitos dos rios.
2. Poluição (construção de oficinas e habitações nas bermas da barragem).	2. Realizar estudos sobre efeitos da poluição.
3. Falta de licenciamento para o uso e aproveitamento da água dos projectos da aquacultura.	3. Solicitar o licenciamento para o aproveitamento da água –ARA Zambeze.
4. Necessidade de monitorização da actividade da aquacultura em termos ambientais.	4. Monitorar a actividade da aquacultura sobre efeitos das rações utilizadas e das mudanças climáticas.
5. Situação hidrológica da albufeira influenciada fortemente pelas descargas dos rios afluentes e pelas chuvas que caem ao longo da sua bacia hidrográfica.	
Outros	
1. Aumento dos preços de combustíveis e custos de transacção cambial na pescaria da kapenta.	1. Influenciar o Ministério das Finanças para a redução de taxas incidentes sobre combustíveis.
2. Ameaça de instabilidade política que influencia negativamente à actividade de pesca na albufeira.	2. Cometimento do Governo.
3. Elevados custos de produção na aquacultura (ração importada da Zâmbia ou Zimbabwe que representa cerca de 90% dos custos de produção).	

6.2 Indicadores de Desempenho

A avaliação do grau em que o plano de gestão promove o alcance do leque de objectivos de gestão e operacionais estabelecidos será realizada usando uma combinação de indicadores de desempenho da pescaria, do estado dos mananciais das espécies-alvo individuais e da condição do ecossistema em geral.

Os indicadores irão também medir o bem-estar socio-económico dos pescadores e a condição económica das empresas pesqueiras. O valor dos indicadores de desempenho serão estimados usando métodos convencionais de avaliação dos mananciais e ecossistema, e métodos de análise sociais e económicos.

7. Arranjos Institucionais e Outras Considerações para o Plano de Gestão

7.1 Intervenientes e Responsabilidades

Para o presente Plano de Gestão, nos termos da alínea a) do artigo 4 do Estatuto Orgânico da Administração Nacional das Pescas, relativos as atribuições, a ADNAP deve assegurar a implementação do plano de gestão das pescarias da Albufeira de ChB. As instituições como o IIP, INIP, IDPPE, FFP, INAQUA, EP, DPPT, Governo da Província de Tete, Governos dos Distritos atravessados pela albufeira são os intervenientes directos na implementação do Plano com responsabilidades distintas, as instituições do Governo nomeadamente, o MICOA, Recursos Minerais, Indústria e Comércio, Ministério do Interior, ADMAR, e outros, os CCPs, a Associações dos Produtores de Kapenta (APK) e operadores em geral constituem também intervenientes.

O plano de acção define o nível de intervenção e responsabilidades de cada interveniente

7.2 Implementação, Monitoria e Avaliação

O processo do Plano de Gestão envolve a identificação de recursos necessários e sua prioridade. Para os objectivos de gestão são definidas regras de decisão formuladas e executadas com indicadores identificados, monitorados e progressos relatados. Os elementos importantes destacados, para o sucesso do plano, são de entre outros:

- O envolvimento dos parceiros em todas as fases do processo de gestão;
- Utilização do melhor conhecimento disponível, em todas as fases do processo de gestão;
- A gestão é adaptativa e o desempenho tático é avaliado regularmente e frequentemente numa base anual, intermédia enquanto o desempenho estratégico será avaliado ao longo do tempo (por exemplo, a cada 5-10 anos).

Os CCPs, associações de pescadores e operadores em geral são intervenientes com responsabilidades de cooperação, participação e seguimento rígido das medidas do Plano.

8. Referências Bibliográficas

- a. Bernaseck, G.M. & S. Lopes (1984). Investigation Into the Fishery and limnology of Cahora Bassa reservoir seven years after dam closure. A report prepared for the research and and development of inland fisheries project.
- b. Decreto N° 57/2008, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento da Pesca nas Águas
- c. DNEPP, Relatório Anual (2012).
- d. ICEIDA, Relatório do projecto Fase III (2012).
- e. IDPPE, Censo da pesca artesanal (2007, 2012).

- f. Kelleher, M.K. (1996). *The kapenta fishery of Cahora Bassa, Moçambique: Analysis and proposed management measures*.
- g. Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro que aprova Lei das Pescas.
- h. Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio, Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE).
- i. Mafuca J. M. (2002). Avaliação preliminar do estado de exploração de *Kapenta* (*Limnothrissa miodon*, Boulenger 1906) na albufeira de Cahora Bassa, com base em dados de 1995-2000 RIP.
- j. MAFUCA, Jorge, (2010) *Bio economic Assessment of Se-Industria Kapenta Fisher yin the Cahora Bassa reservoir, Tete- Mozambique*.
- k. MARSHALL, B.E Consultant, *an Assessment of the Kapenta Fishery in Lake Cahora Bassa, Mozambique* (2011).
- l. Marshall, B.E. (1995). *Biology and fishing activity survey study at Cahora Bassa-Mozambique*.
- m. PDP II, Plano Director das Pescas (2010-2019).
- n. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Tete, (2007-2011).
- o. PQG, Plano Quinquenal do Governo (2010-2014).
- p. Resolução n.º 11/96, de 28 de Maio -Política Pesqueira (1996).

Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa (2014 – 2018)

Problema	Medidas de Gestão (MM)	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsável	Intervenientes	Prazo
I a)	a) Pesca semi industrial da kapenta						
Ia) 1.1.	1. Identificar um sistema tecnológico e compatível para o controlo das áreas de pesca da kapenta e reforço das acções de fiscalização.	1 Sistema de controlo das áreas de pesca	Sistema tecnológico identificado	Aparelhos instalados nas embarcações	ADNAP	Operadores da kapenta	2014
I a) 1.2.	2. Estabelecer um sistema de controlo das descargas na zona de pesca; e introdução de diários de bordo; melhorar o controlo e comercialização da kapenta.	1 Diário de bordo introduzido	Diário de Bordo específico para a pesca da kapenta identificado	Diário de Bordo elaborados e implementados	ADNAP	IIP/DPPescas/ INIP/DPIC/	2015
I a) 1.3.	3. Aumentar o conhecimento biológico sobre o recurso e as pescarias através de estudos específicos.	1 Estudo	Estudo concluído	Aumento do conhecimento biológico - Relatório	IIP		2014
I a) 1.4.	4. Retirar os direitos de pesca das embarcações que não operaram durante 12 meses consecutivos e atribuir novas entradas sem ultrapassar o limite de 250 embarcações.	1 Diploma 250 embarcações	Diploma aprovado e implementado	Direitos de pesca retirados.	ADNAP		2014
I a) 1.5.	5. Implementar um mecanismo de monitorização compatível ao tipo de embarcação e condições da albufeira;	1 Mecanismo de monitorização	Mecanismo de Monitorização identificada e implementado	N.º de barcos operacionais	ADNAP		2015
I a) 1. 6	6. Monitorar o ambiente aquático da albufeira e os efeitos da mineração	Estudo	Missões	Relatórios	HCB,	D P R M / DPCA Ambiental	2014
I b)	a) Pesca artesanal						
I b) 1.1.	1. Realizar nos primeiros 12 meses da execução do Plano acções para definir a capacidade sustentável em termos de esforço de pesca, artes licenciadas e fixar o número máximo de artes a licenciar- área/ pescador	1 estudo	Estudo concluído	Relatórios	ADNAP/	IIP/IDPPE	2014
I b) 1.2.	2. Zonear as áreas de pesca artesanal e semi-industrial	1 Mapa	Zonas identificadas	Relatórios	ADNAP	/IIP/IDPPE	2014
I b) 1.3.	3. Reforçar a fiscalização nas áreas de ocorrência das artes nocivas: Incentivar o uso de redes regulamentadas através da criação de estabelecimentos de venda de insumos de pesca (malha regulamentada, material biodegradável, etc), e envolver CCPs neste processo;	365diasx5anos 3 Estabelecimentos de insumos de pesca (Chicoa, Zumbo e Mágoe)	Redução de redes nocivas Aumento do acesso a artes regulamentadas	Relatórios Estabelecimentos de insumos de pesca operacionais	DNFP/ IDPPE	ADNAP/ IDPPE/ CCPs/ /FFP/CCPs	2014 2014

I c)	c) Pesca Recreativa e Desportiva							
I c) 1.1.	1. Reforçar a presença da ADNAP nos locais de ocorrência da PRD para monitoramento (aumento de missões de fiscalização e assinatura de memorandos de entendimento com os SDAEs).	12 / a n o X 5 a n o s M i s s õ e s d e supervisão;	Missões realizadas	Relatórios	ADNAP/	DNFP/IIP	2014	
I c) 1.2.	2. Definir os tamanhos dos anzois para a albufeira.	9 Memorandos de entendimento com os SDAE	Memorandos elaborados	Memorandos Assinados	ADNAP/	I n s t â n c i a s Turísticas	2014	
I d)	d) Aquacultura	Anzol igual ou maior a 5/0	tamanhos conhecidos	R e l a t ó r i o s de inspeção	ADNAP	/IIP	2015	
Id) 1.1	1. Divulgar a estratégia e procedimentos para prática da aquacultura na albufeira.	Sessões	Estratégia divulgada	Relatório	INAQUA		2016	
Id) 1.2.	2. Concluir o mapeamento das áreas potenciais para a actividade de aquacultura na albufeira	1 Mapa	áreas identificadas	Relatório	INAQUA		2015	
Id) 1.3.	3. Reforçar as acções do controlo para reduzir o uso da malha inadequada e sancionar os infractores.	redes de malha igual ou superior a 50mm	Redução da captura de juvenis	Relatório	CCPs/GD		2014	

Objectivo de Gestão II: Proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos

Problema	Medidas de Gestão (MM)	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsável	Intervenientes	Prazo
II. 1.1.	1. Promover e criar incentivos para estabelecimento na albufeira de carpintaria naval, gasolineiras, estabelecimento de insumos da pesca e aquacultura, venda sal e de processamento para permitir agregar valor acrescentado aos produtos de pesca (desembarcadouros) para pescadores artesanal;	3 Carpintarias; 3 estabelecimentos, de insumos de pesca; 3 desembarcadouros, 3 salas de conservação e processamento	Produtos de pesca com valor agregado	Infraestruturas criadas	FFP	/GD/IDPPE	2016
II. 1.2.	2. Zonear as áreas de pesca, da aquacultura, turismo, mineração e fauna bravia para melhor orientarem o acesso e a utilização dos recursos pesqueiros na albufeira e redução de conflitos dentro e fora do Sector das Pescas.	1 Mapa,	Zonas identificadas	Zonas mapeadas	ADNAP/	G D / I D P P E / MICOA/MITUR/ MINAG	2015
II. 1.3.	3. Intensificar a monitorização e avaliação dos projectos de desenvolvimento da pescaria da <i>kapenta</i> .	2 Avaliações/ano dos projectos da kapenta	Projectos revistos	Relatório	ADNAP		2014
II. 1.4.	4. Adoptar uma estratégia e política de crédito sustentável, para promover e assegurar o aumento da capacidade de investimentos dos pescadores artesanais.	Assegurado crédito para 10 % de pescadores	Créditos atribuídos	P e s c a d o r e s financiados	ADNAP	/FFP/IDPPE	2015
II. 1.5.	5. Divulgar a legislação nas línguas Portuguesa, Inglesa e locais.	10 Sessões	Legislação traduzida para Inglês e línguas locais	L e g i s l a ç ã o divulgada	ADNAP		2014
II. 1.6.	6. Melhorar a capacidade de manuseamento e acondicionamento dos produtos.	3 salas de conservação e processamento	Produto de pesca com valor agregado	Salas construídas	IDPPE	/GD/FFP	2016

Objectivo de Gestão III: . Reforçar a capacidade de intervenção institucional e poder de gestão

Problema	Medidas de Gestão (MM)	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsável	Intervenientes	Prazo
III. 1.1.	1. Implantar uma unidade da delegação da ADNAP próximo da área da actividade de pesca (ex: Chicoa) para facilitar as acções de monitoria e gestão para reduzir os custos da administração e dos operadores.	1 Unidade da ADNAP	Unidade funcional	Relatórios	ADNAP	GL	2015
III. 1.2.	2. Alargar e fortalecer o sistema de gestão participativa (Governo Local, CCP's, e CCG) e adoptar mecanismos de gestão transparentes nos processos de tomada decisão.	8/ano Sessões dos CCG nos 4 Distritos; 4 GL capacitados 8 CCPs promovidos (2 por distritos)	Sistema de gestão participativa funcional	Relatórios	ADNAP	IDPPE/GL/CCPS	2014
III. 1.3.	3. Reforçar a capacidade de intervenção dos Governos Locais (GL) em matéria de Administração Pública das Pescas.	1x4x5anos (4 GL capacitados)	Sessões realizadas	Relatório	ADNAP		2015
III. 1.4.	4. Refoçar a capacidade de fiscalização através da aquisição e afectação de embarcações, motorizadas e quites de fiscalização;	1 Barco 8 Motorizadas 4 Quites	Capacidade de fiscalização aumentada	Meios adquiridos	DNFP	GL, CCP/ Polícia Marítima	2015
	4.a. Recrutar e formar fiscais e reforçar missões de fiscalização multissetorial e nocturna.	8 Fiscais 1 missão x 4distritos/ mesx5 anos	Redução da pesca ilegal e Unidade funcional	Relatórios	DNFP		2015
III. 1.5.	5. Assegurar recursos financeiros para o funcionamento das instituições tuteladas e subordinadas do Ministério das Pescas na albufeira de ChB.	100% do Orçamento do funcionamento assegurado por fundos internos	Fundos assegurados	Instituições funcionais	MPescas	GP	2014
III. 1.6.	6. Delinear uma estratégia de comunicação para aumentar a consciencialização das comunidades na gestão dos recursos aquáticos.	1 Estratégia	Gestão melhorada	Estratégia Implementada	ADNAP	/IDPPE/Gd/ ARA-Zambeze	2015
III. 1.7.	7. Promover campanhas de sensibilização nos meios de comunicação, nas escolas e centros de pesca.	500 Cartazes 500 Panfletos Anúncios publicitários	Conhecimento sobre a pesca responsável das pescarias de ChB aumentada	Material de sensibilização distribuído	ADNAP	/IDPPE/GL/CCPs	2014
III. 1.8.	8. Sensibilizar os operadores da pescaria da <i>kapenta</i> no sentido de formar e capacitar a tripulação, e no processo de recrutamento, privilegiar os que possuem formação básica para o exercício da função.	50 Operadores sensibilizados	Dados estatísticos melhorados	Relatórios	ADNAP	/Operadores/GL/	2014
III. 1.	9. Influenciar as estruturas competentes (GL, Polícia Costeira Lacustre e Fluvial, ADMAR) no sentido de definir uma estratégia para colmatar a prática do roubo da <i>kapenta</i> .	1 Estratégia	Roubo estancado	Estratégia elaborada e implementada	DPescas	Operadores	2014

Anexo 1: Termos de Referência do Proposto Grupo de Trabalho do Plano de Gestão

1. Enquadramento

Considerando a importância dos recursos das pescarias da Albufeira de Cahora Bassa, foi elaborado um Plano para a gestão das pescarias desta albufeira. Para o processo de concepção do plano de gestão foi constituído um grupo de trabalho (doravante designado Grupo de Trabalho do Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa "GT-PGPCB" como parte do arranjo institucional para o apoio na elaboração do plano de gestão. O GT-PGPCB foi facilitado pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP), instituição tutelada pelo Ministério das Pescas responsável pela elaboração dos Planos de Gestão das Pescarias.

Estes Termos de Referência (ToRs) definem os objectivos, a composição e *modus operandi* do GT-PGPCB.

2. Objectivos específicos do GT-PGPCB

- Levantamento e análise bibliográfica de matérias prévias para elaboração do estudo de base para o desenho do Plano de Gestão;
- Desenvolver um relatório de base para melhorar a informação necessária para o plano de gestão no contexto do EAF;
- Com base em evidências, promover uma reflexão e diálogo formais e abertos entre os principais intervenientes do sector privado, instituições do estado e ONGs sobre: (i) *Estágio actual da actividade de pesca na Albufeira de Cahora Bassa*; (ii) *Constrangimentos que limitam o desenvolvimento da actividade de pesca*; (iii) *Oportunidades existentes*; (iv) *Prioridades e como implementá-las*.
- Participar de forma cooperativa nas reuniões em busca de dados;
- Com base nas avaliações, produzir recomendações essenciais para identificação e tipificação dos problemas e das medidas de gestão, tendo em conta os três pilares da abordagem EAF;
- Determinar os pontos de referência relevantes para a exploração sustentável das unidades populacionais da *kapenta*;
- Assegurar a aprovação e apoiar a implementação do Plano de Gestão.

3. Composição do GT-PGPCB

O GT-PGPCB é coordenado pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP), e inclui representantes das instituições seguintes:

- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP);
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE);
- Instituto Nacional de Inspeção de Pescado (INIP);
- Instituto Nacional de Aquacultura (INAQUA).

Os membros possuem conhecimentos nas diferentes áreas, incluindo gestão de pescarias, investigação pesqueira, direito, sociologia e economia, todos relacionados à actividade de pesca e recursos pesqueiros.

4. Responsabilidades

- Preparar o plano de gestão das pescarias (que inclui, semi-industrial da *kapenta*, artesanal, pesca recreativa e desportiva e aquacultura) e os planos de actividade dos anos subsequentes;
- Promover e facilitar discussões sobre o plano de gestão com o Grupo de Trabalho;

- Preparar a documentação de suporte necessária para elaboração do plano de gestão e submeter a discussão nas sessões da CAP e CCGs e *Workshops*;
- Preparar relatórios de progresso sobre a elaboração do Plano, que poderão incluir as medidas de gestão;
- Facilitar uma comunicação abrangente entre os intervenientes, incluindo a criação de consciencialização sobre o Plano;
- Assegurar a publicação, divulgação e disseminação do Plano de Gestão;
- Preparar os termos de referência para todos os estudos recomendados no plano de gestão.

5- Funcionamento e Periodicidade

- O GTs define um plano de trabalho que era apresentado aos intervenientes dando ponto de situação do andamento das actividades e respectivos prazos;
- O GT é coordenado por um técnico designado pelo Director Geral da ADNAP, para o registro das decisões e encaminhamentos, que eram compartilhados entre os membros e as demais instâncias do processo de elaboração e aprovação do Plano;
- O processo de desenvolvimento do Plano de Gestão das Pescarias de Albufeira de Cahora Bassa contou com revisões e avaliações dos documentos bibliográficos, assim como contribuições provenientes das consultas públicas.

Diploma Ministerial n.º 161/2014

de 1 de Outubro

Os recursos pesqueiros da pescaria de camarão no Banco de Sofala são de transcendental importância na prossecução dos grandes objectivos de desenvolvimento económico e social do país, para o que importa assegurar a sua preservação e maximização das potencialidades de pesca, à luz dos princípios gerais que enformam a pesca responsável no ordenamento das actividades pesqueiras.

Neste contexto, mostrando-se necessário adoptar medidas de gestão para a Pescaria de Camarão no Banco de Sofala, ao abrigo do disposto no artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, determino:

1. É aprovado o Plano de Gestão da Pescaria de Camarão do Banco de Sofala para o período de 2014 a 2018, anexo ao presente Diploma, do qual é parte integrante.
2. Compete ao Director-Geral da Administração Nacional das Pescas (ADNAP) esclarecer as eventuais dúvidas que surgirem na aplicação do Plano de Gestão ora aprovado.
3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 6 de Junho de 2014. —
O Ministro das Pescas, *Víctor Manuel Borges*.

Preâmbulo

Atendendo que a pesca do camarão é uma pescaria importante para o fornecimento de pescado, fonte de proteína animal, renda, emprego e contribuição para o PIB da República de Moçambique.

Considerando o disposto no artigo 8 da Lei n.º 3/90, ora revogada pela Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, no seu artigo 9 conjugado com o artigo 6 do Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), aprovado pelo Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, no qual o Ministério das Pescas promove e prepara o presente Plano de Gestão no quadro da Gestão e Ordenamento das pescarias.

Atendendo o previsto no artigo 8 do REPMAR, o Ministro das Pescas pode adoptar medidas de gestão directa, através de limitação do esforço de pesca, ou de gestão indirecta, mediante a limitação do volume das capturas.

Tomando-se o modelo de gestão participativa preferencial para assegurar a gestão das pescarias, nos termos estabelecidos no artigo 15 do REPMAR que permite a representação dos interesses envolvidos para assegurar a co-gestão das pescarias, através dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), Comitês de Co-gestão (CCGs) e Comissão de Administração Pesqueira (CAP).

Ciente da importância do Sector das Pescas para a economia nacional, incluindo fluxos de renda na economia dos pólos de crescimento, segurança alimentar e sua contribuição para os sub-sectores da pesca Artesanal, Semi-industrial e Industrial.

Desejando garantir e reforçar o envolvimento dos pescadores no planeamento, na tomada de decisão e implementação de acções do Sector através da melhoria da governação participativa, manter/preservar o *habitat*, o ambiente e melhorar a subsistência de comunidades de pescadores.

Tendo em conta que o presente Plano de Gestão foi desenvolvido de forma participativa com os representantes dos principais grupos de actores dentro e fora do Sector das Pescas, julga-se que o mesmo irá responder aos objectivos e desafios para os quais o documento foi concebido, constituindo a base de gestão responsável desta pescaria.

SIGLAS/ Abreviaturas/Acrônimos

ADMAR	Administração Marítima
ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AMAPIC	Associação Moçambicana de Armadores de Pesca Industrial de Camarão
ANAP	Associação Nacional dos Armadores de Pesca
ASSAPEMO	Associação dos Armadores de Pesca de Moçambique
BS	Banco de Sofala
BRDs	Dispositivo de Exclusão da Fauna Acompanhante
CAP	Comissão da Administração Pesqueira
CCG	Comité de co-gestão
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CGP	Conselho de Gestão das Pescarias
DPP	Direcção Provincial de Pesca
DNAP	Direcção Nacional de Administração Pesqueira
DNFP	Direcção Nacional de Fiscalização da Pesca
EAF	Ecossistem Approach for Fisheries (Abordagem Ecossistémica das Pescarias)
EP	Escola de Pesca
FAc	Fauna Acompanhante

FFP	Fundo de Fomento Pesqueiro
FAO	Food and Agriculture Organization
GD	Governo Distrital
GT	Grupo de Trabalho
IDPPE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INIP	Instituto Nacional de Inspeção Pesqueira
MCS	Monitory Control Surveilance
MdP	Ministério das Pescas
MEY	Maximum Economic Yield
MIC	Ministério da Indústria e comércio
MICOA	Ministério de Coordenação Ambiental
MITUR	Ministério do Turismo
MSY	Maximum Sustainable Yield
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicação
NPL	Nampula
PDP	Plano Director das Pescas
PGC	Plano de Gestão de Camarão
PPAN	Projecto de Pesca Artesanal de Nampula
PIB	Produto Interno Bruto
SDEJT	Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia
SFL	Sofala
SMP	Serviço de Monitorização da pesca
SSB	Biomassa do Stock Desovante
TAC	Total Admissível de Captura
TAE	Total Admissível de Esforço
TEDs	Turtle Exclusion Device
VMS	Vessel Monitoring System (Sistema de Monitorização e Vigilância)
ZBZ	Zambézia
ZEE	Zona Económica Exclusiva

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contribuição da Pescaria para a Economia Nacional

Moçambique é um país cuja actividade pesqueira possui um impacto social considerável, pois contribui para a segurança alimentar, aumento do emprego e renda, e captação de divisas através das exportações.

O Plano Director das Pescas 2010-2019 (PDP II), instrumento de orientação ao nível do Sector, identifica as prioridades, estratégias e acções que o Estado adoptará com vista a alcançar os objectivos definidos para o Sector das Pescas, a médio e longo prazo. Assim, a questão da segurança alimentar e da situação nutricional surgem como prioridades, a par da melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquacultores de pequena escala.

Estima-se que o Sector das Pescas contribui com cerca de 2% do PIB (cerca de 452 milhões de dólares americanos) com uma produção global de cerca de 151 mil toneladas por ano, proveniente da pesca marinha e de águas interiores, incluindo

a produção da aquacultura. A contribuição média do Sector das Pescas ganha pela exportação é de cerca de 70 milhões de dólares por ano.

O Banco de Sofala estende-se aproximadamente entre os paralelos 16° e 21° Sul (figura 1), tendo uma superfície de cerca de 45.000 km² até à batimétrica de 200 m, representando 64% da plataforma continental de Moçambique. O litoral é entrecortado por numerosos rios, canais e estuários em cujas margens abundam florestas de mangal. Nestas áreas abrigadas têm o seu habitat, pelo menos durante parte da vida, numerosas espécies aquáticas entre as quais se encontram os camarões.

Desde tempos imemoriais as populações costeiras pescaram estes recursos de peixes e crustáceos litorais para a sua subsistência, da qual os camarões penaeídeos sempre constituíram parte. Actualmente, existem três frotas muito distintas que exploram este recurso, nomeadamente:

- Artesanal de arrasto manual para praia, ao longo de toda a faixa litoral, muito próximo da praia com recurso a embarcações de menos de 10 m de comprimento;
- Semi-industrial, de arrasto mecânico com conservação a gelo, nos extremos norte e sul do Banco de Sofala, a partir de uma (1) milha náutica da costa com recurso a embarcações entre 10 e 20 m de comprimento e;
- Industrial com recurso a embarcações de mais de 20 m de comprimento, de arrasto mecânico com congelação a bordo, incluindo semi-industriais congeladores, em toda a área arrastável a partir das três (3) milhas náuticas da costa.

O recurso de camarão do Banco de Sofala é constituído por diversas espécies. Duas espécies são as dominantes na pescaria industrial e semi-industrial: o camarão branco (*Penaeus indicus*) e o castanho (*Metapenaeus monoceros*) que representam 78-87% do total dos camarões penaeídeos capturados. Os remanescentes

13-22% são constituídos por diversas espécies, entre as quais se destacam os camarões flor (*Penaeus japonicus*) e tigre (*Penaeus monodon*). Na pescaria artesanal, a espécie dominante é o camarão branco (*P. indicus*). Os três sectores da pesca exploram os stocks da principal espécie *Penaeus indicus* – camarão branco, *Metapenaeus monoceros* – camarão castanho e a espécie menos abundante *Penaeus monodon* – jumbo, que são mais abundantes na zona próxima da costa. *Penaeus japonicus* – tigre e *Penaeus latisulcatus* – marfil, são mais comuns em águas mais profundas e são capturadas predominantemente pela frota industrial.

O recurso de camarões penaeídeos do Banco de Sofala é de todos os existentes nas águas jurisdicionais de Moçambique que mais importância assumiu ao longo dos últimos cinquenta anos. Isso fez com que, a partir dos anos sessenta, a maior parte dos estudos realizados e as medidas de gestão tomadas no Sector das Pescas lhes fossem dirigidos. Esta atenção acentuou-se depois da independência nacional, em 1975.

A pescaria artesanal só muito recentemente começou a ser mais conhecida cientificamente e mesmo em termos socio económicos, como resultado do programa de desenvolvimento que surgiu no sector (PPAN) em termos de estudos, na sequência do fim da guerra, em 1992, e após ser introduzido um sistema estatístico por amostragem que vem gradualmente abrangendo todo o litoral de Moçambique. Diferentemente, as duas pescarias industriais e semi-industriais são conhecidas desde os anos 70, mas subsiste uma necessidade de elevar a qualidade nos dados fornecidos.

As informações sobre as actividades de pesca industrial na década de 60 são escassas e pouco fiáveis pois tiveram origem em frotas que operavam à revelia de qualquer controlo por parte das autoridades coloniais. Apenas a partir de 1976, com a declaração pelo Governo de Moçambique de uma ZEE de 200 milhas náuticas¹ e com a regulamentação da pesca realizada por frotas estrangeiras nas águas jurisdicionais do país, foi possível ter acesso a alguma informação sobre essas actividades².

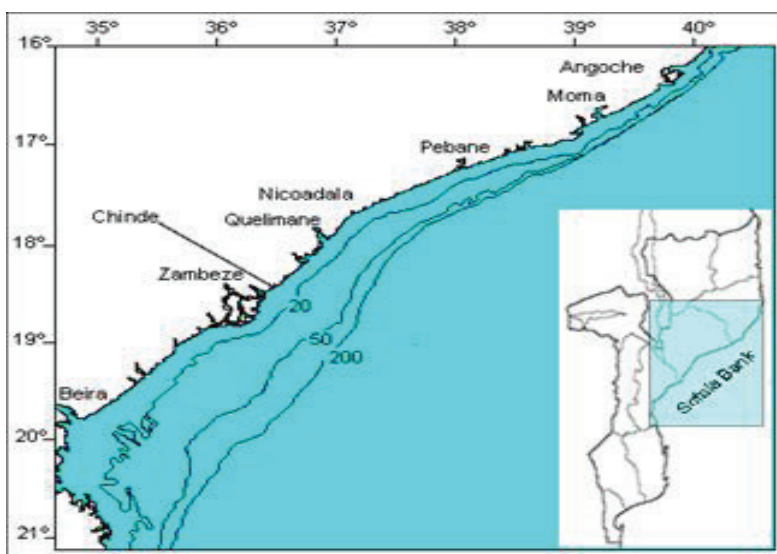


Figura 1: Mapa da costa de Moçambique indicando o Banco de Sofala (Extraído de Palha de Sousa et al, 2011) .

¹ Decreto-Lei n.º 31/76 de 19 de Agosto (Boletim da República n.º 97, 1.ª Série, de 19 de Agosto de 1976).

² Lei n.º 8/87 de 22 de Abril (Boletim da República n.º 48, 1.ª Série, de 19 de Abril de 1978).

³ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

1.2 Fundamentação para o Plano de Gestão

O Ministério das Pescas (MdP) tem como uma das atribuições, o estabelecimento de políticas de desenvolvimento das pescas, através de planos de gestão e de desenvolvimento, assim como a coordenação da sua execução, mediante um controlo do desempenho dos subsistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento.

A pesca de camarão do Banco de Sofala experimentou um acentuado declínio da sua renda nos últimos 5 anos (2009-2013) devido a uma combinação de factores, mais proeminentemente o elevado esforço de pesca e a consequente exploração excessiva dos recursos. O agravamento dos factores económicos externos (por exemplo queda do preço do camarão no mercado internacional) e a subida do custo dos combustíveis que constituem factores não onerosos de gestão pesqueira aliados às mudanças climáticas, também contribuíram para a situação actual.

Perante a crise no Sector, em 2007 foi iniciada a elaboração dum plano de gestão das pescarias para os pescadores que exploram os recursos de camarão de águas não profundas do Banco de Sofala, tendo a sua implementação iniciado apenas em 2011.

Em relação à redução do esforço de pesca, o Sector recomendou em 2009, o estudo de uma proposta para a gestão das actividades de pescas de camarão do Banco de Sofala. Este estudo não foi implementado por não satisfazer aos objectivos estipulados, mas em 2011 foi feito novo estudo sobre o Esforço Total Admissível (TAE) e sua implementação nesta pescaria de camarão. Assim, foi elaborada uma estratégia de gestão composta por uma combinação de um limite de capturas de precaução e um limite de esforço de pesca por embarcação (TAE). Paralelamente, foi contactado o projecto EAF-Nansen da FAO com vista a apoiar a incorporação de linhas de enquadramento da abordagem ecossistemática das pescarias (EAF) neste plano de gestão.

O enfoque do Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala (PGC/BS) visa resolver alguns problemas que dificultam a pesca de garantir benefícios a seus níveis máximos. Foi, neste âmbito, que se prestou atenção ao esforço excessivo na pesca aplicado aos recursos, o desempenho não satisfatório do sistema MCS e a necessidade de melhorar o conhecimento sobre os principais aspectos biológicos e socio-económicos para o fortalecimento das linhas orientadoras de gestão com vista a melhorar o estado do *stock*.

Existem causas internas que agravam a situação actual e que, a não existirem, colocariam os armadores de camarão em melhor situação para enfrentar a crise. Nada podendo fazer em relação aos factores externos, resta à administração pesqueira agir sobre as causas internas que afectam mais negativamente as pescarias industriais, semi-industrial e artesanal. Assim, duas principais pré-condições devem ser cumpridas no acto da elaboração do plano de gestão, nomeadamente: redução do esforço de pesca e fortalecimento do sistema MCS.

1.3 Objectivos do Plano de Gestão

Geral

Proporcionar um máximo benefício líquido global (económico, social e financeiro) à sociedade para redução da pobreza, num quadro de sustentabilidade do recurso em particular, e do ecossistema aquático em geral.

Específico

a) Pescaria Industrial

Proporcionar um benefício líquido económico máximo e uma rentabilidade atractiva para as empresas armadoras com participação significativa nacional, num quadro de rigorosa

contenção do esforço de pesca e contribuindo efectivamente para o desenvolvimento económico e social do país.

b) Pescaria semi-industrial

Proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos e uma rentabilidade para os operadores nacionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e o abastecimento de pescado ao nível local e a exportação.

c) Pescaria artesanal

Proporcionar benefícios sociais significativos às comunidades dependentes da pesca artesanal através dos rendimentos distribuídos às populações e proveniente do processamento local de pescado.

2. Políticas-Chave Orientadoras para o Plano de Gestão

Este Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do BS enquadra-se no artigo 9 da Lei n.º 22/2013, de 01 de Novembro, Lei das Pescas, e os objectivos plasmados no PDP II (2010-2019) e Plano Quinquenal do Governo, Agenda 2025, Código de Conduta da FAO para a pesca responsável, Abordagem do Ecossistema para Pesca (EAF), Convenção sobre a Biodiversidade Ecológica, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável RIO + 20 e Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, para além de outros instrumentos.

3. Visão Geral das Pescarias de Camarão de Banco de Sofala

3.1 Descrição das Pescarias

A pescaria de camarão de águas pouco profundas do Banco de Sofala em Moçambique é complexa, multiespecífica, envolvendo vários sectores.

As capturas são obtidas por três sectores distintos: uma pescaria artesanal costeira, tendo *Penaeus indicus* como espécie alvo secundária, e as frotas semi-industrial e industrial, visando uma variedade de espécies em mar aberto até profundidades de cerca de 60 m.

Os três sectores exploram os *stocks* das duas principais espécies, Camarão branco - *P. indicus* e Camarão castanho-M. monoceros (a profundidades de menos de 30 metros) as espécies menos abundantes como Camarão tigre-*P. japonicus*, Camarão Jumbo- *P. monodon* e Camarão marfil- *P. latissulcatus* são predominantemente capturadas pela frota industrial (a profundidades superiores a 30 metros) que opera em águas mais profundas no segundo semestre do ano (Palha de Sousa *et al*, 2011)³.

Evolução recente da captura e esforço

A história das capturas de camarão do Banco de Sofala que cobre todos os sectores da pesca encontra-se resumida na Figura 3 (Palha de Sousa *et al*, 2011)⁴. Esta figura mostra que a captura total da pescaria atingiu um pico entre 2001 e 2003, mas posteriormente decresceu até 2009, quando as capturas estabilizaram. Este declínio foi causado principalmente pelas capturas reduzidas dos sectores industrial e semi-industrial. Ao contrário, o sector artesanal, cujas estatísticas das capturas se tornaram disponíveis a partir de 2001, tem mostrado um aumento constante da sua captura de camarão, que se tornou uma importante fonte de receitas para as comunidades pesqueiras localizadas na costa. Em 2010 a percentagem de camarão no total das capturas da pesca artesanal atingiu os 17 por cento⁵.

⁴ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

⁵ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

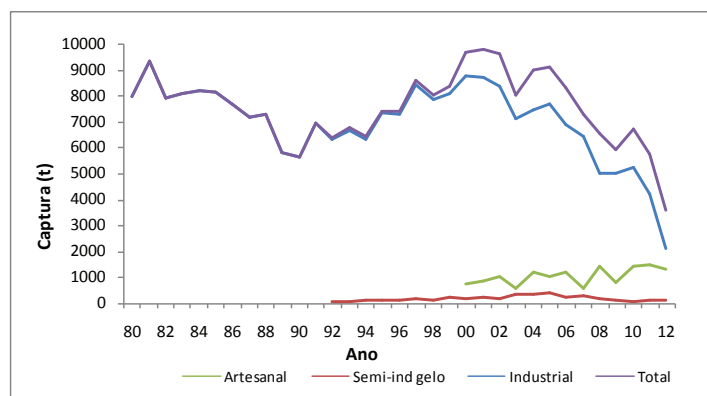


Figura 3: Evolução das capturas nos diferentes sectores da pesca industrial, semi-industrial e artesanal de 1980 a 2012 (De Palha de Sousa et al, 2013)³.

O início precoce da campanha de pesca em 2010 teve um impacto negativo sobre o stock de camarão “branco”, no entanto, a extensão da campanha de pesca em Outubro permitiu uma maior captura das outras espécies contribuindo para o aumento da captura total. O início tardio da pesca em 2011 e a campanha de pesca até Outubro deveriam proporcionar uma melhor distribuição de esforço e que teriam um padrão de esforço próximo de meados dos anos 1990, quando ocorreu uma maior produtividade (Palha de Sousa et al, 2011)⁶.

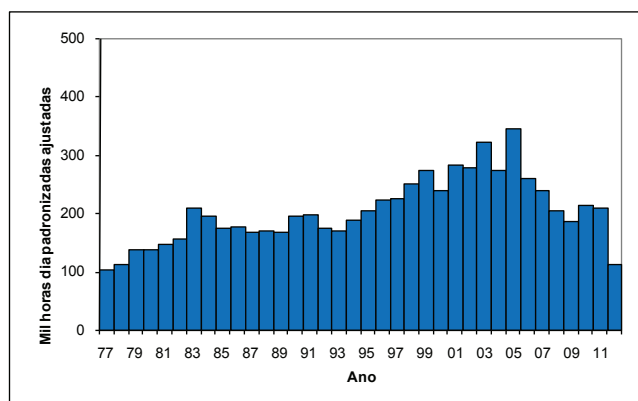


Figura 4: Esforço total anual durante o período 1977-2012 (Palha de Sousa et al, 2013).

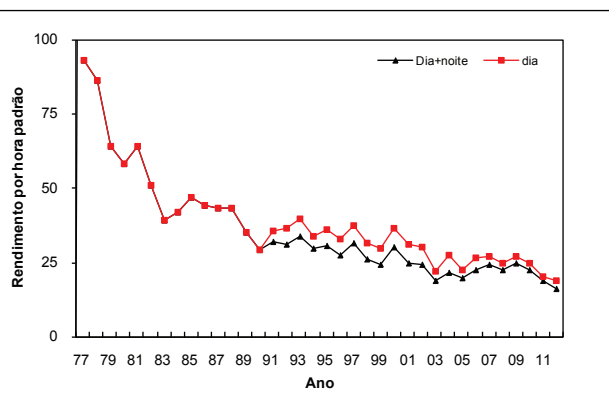


Figura 5: Rendimento médio anual por hora (para redes com comprimento de cabo mestre de 53,2 m) durante o período 1977-2012 (Palha de Sousa et al, 2013).

Na campanha de pesca 2012, problemas ambientais causaram a dispersão do recurso resultante da ocorrência de três ciclones consecutivos (Dando, Funso e Irina) no início da campanha de pesca.

Persiste o problema de esforço de pesca, fraco controlo das artes de pesca artesanal que pode afectar o nível de esforço e uso de artes de pesca nocivas.

3.1 Gestão Actual das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala

A gestão das pescarias em Moçambique é da competência do Ministério das Pescas. O papel do Ministério é de implementar as políticas pesqueiras e formular as linhas orientadoras, regras e regulamentos para planear, desenvolver e gerir as pescarias nacionais e a aquacultura no país. As funções de gestão a nível

do Ministério são da responsabilidade da Administração Nacional das Pescas (ADNAP). Outros arranjos de apoio à gestão das pescarias são descritos abaixo.

O órgão consultivo, a Comissão da Administração Pesqueira (CAP), emite pareceres ao Ministro das Pescas sobre matérias de interesse no âmbito de conservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias, incluindo:

- O sistema de gestão a usar por pescaria;
- Número máximo de barcos a licenciar numa pescaria;
- Períodos de veda;
- Áreas com restrições à actividade de pesca;
- Procedimentos para a preparação e revisão de planos de desenvolvimento pesqueiros;
- Outras medidas de gestão das pescarias ou conservação do ambiente aquático.

⁶ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2013). O Camarão do Banco de Sofala 2013. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2013. 106p.

Existe também o Conselho de Gestão das Pescarias (CGP) que é um órgão consultivo da ADNAP, facilitando a coordenação entre as várias entidades do Sub-sistema de Gestão das Pescarias. O Conselho de Gestão das Pescarias é coordenado pela ADNAP e íntegra representantes de algumas instituições do sector, particularmente IIP, INIP, DNFP, IDPPE, e Portos de Pesca.

A nível local, como forma de tornar o processo de gestão mais inclusivo e participativo, o sistema de gestão providencia uma plataforma para o estabelecimento de órgãos de administração pesqueira conhecidos como Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) que incluem vários grupos de partes interessadas e actuam a nível distrital e provincial.

O instrumento-mãe que governa toda a actividade de pesca em Moçambique é a Lei n.º 22/2013, de 01 de Novembro, que foi actualmente aprovada e os seus regulamentos estão em processo de revisão. De acordo com estes instrumentos a licença de pesca é requerida para o exercício de todas as pescarias.

4. Processo de Elaboração do Plano de Gestão

O processo de elaboração teve em consideração os princípios, da previsibilidade, do envolvimento de stakeholders, da consideração contextual, da precaução e da racionalidade, e obedeceu as seguintes fases:

1. Elaboração dos Termos de Referência;
2. Realização de oficinas de trabalho de auscultação aos *stakeholders*;
3. Produção da primeira proposta do plano de gestão;
4. Apresentação da proposta aos stakeholders;
5. Ajustamento e apresentação da proposta do plano a CAP.

4.1 Âmbito do Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala

De acordo com o processo de formulação do Plano que envolveu vários actores, o quadro geral deste instrumento resume-se no seguinte (Tabela 1):

Tabela 1: Quadro geral da formulação do Plano de Gestão de Camarão do Banco de Sofala

Categoria	Detalhes
Pescaria	Pescarias de camarão do Banco de Sofala.
Tipos de pesca	a) Pesca artesanal, b) Pesca semi-industrial, c) Pesca Industrial (nos termos estabelecidos na legislação pesqueira).
Artes de pesca e métodos não aplicáveis mas com impacto na implementação do Plano e impacto no recurso)	Redes com malhas não recomendadas (Chicocota, redes mosquiteiras), envenenamento por substâncias tóxicas, (ex: com plantas).
Métodos em uso ou permitidas	Rede de arrasto industrial (malhagem mínima de 55mm). Rede de arrasto para praia (malhagem mínima de 38mm).
Família e principais espécies capturadas.	Família: Penaeidae. Principais espécies: <i>Penaeus indicus</i> , <i>Metapenaeus monoceros</i> , <i>Penaeus japonicus</i> e <i>Penaeus monodon</i> .
Âmbito de aplicação geográfico do plano	Banco de Sofala 16° e 21° Sul, tendo uma superfície de cerca de 45.000 km ² até à batimétrica de 200m, representando 64% da plataforma continental de Moçambique.
Principais áreas ou ambientes geográficos com impacto nos recursos	Delta do Zambeze, numerosos rios, canais e estuários em cujas margens abundam florestas de mangal.
Valores – Objectivo a atingir e prioridades	Sustentabilidade das Espécies das pescarias de camarão do Banco de Sofala – manutenção de níveis de esforço de pesca nos limites definidos para sustentabilidade das pescarias Minimizar os impactos sociais negativos nas comunidades de pescadores. Manter o acesso aos recursos contribuindo para segurança alimentar. Minimização de desperdícios/perdas pós-captura.
Principais instituições implementadoras	MdP, sob coordenação da ADNAP (nível central, provincial e distrital), Governo Local (Provincial, distrital), Pescadores e proprietários de embarcações, proprietários de artes de pesca, órgãos do sistema de gestão participativa (Comités de Co-Gestão e Conselhos Comunitários de Pesca) e associações de pescadores.
Outras instituições e actores	MTC-ADMAR, MICOA, TURISMO, MIC, s, ARA Centro;
Horizonte temporal do Plano	5 anos (com ajustamentos necessários de acordo com a dinâmica das pescarias)
Periodicidade de avaliação de progresso	Intermédia, no terceiro ano de implementação e após o período de implementação.

Para ajudar a determinar as questões a arrolar, um leque de componentes em forma de árvore que abarca cada um dos três pilares chave do EAF foi empregue (Figura 6). A área do bem-estar ecológico considerada a componente dos «bens» (p. ex. acções, habitats, ecossistemas) relevantes para a pesca assim como aos problemas/impactos que advêm da pesca que possa-lhes afectar. O bem-estar humano vela pela componente

dos resultados sociais e/ou económicos causados, actualmente pela pesca (por exemplo, segurança alimentar, desenvolvimento económico bem como problemas tais como conflitos, etc). A área sobre a capacidade de alcançar os objectivos vela pelos sistemas de gestão e institucionais decorrentes ou propostos a produzir os resultados preconizados.

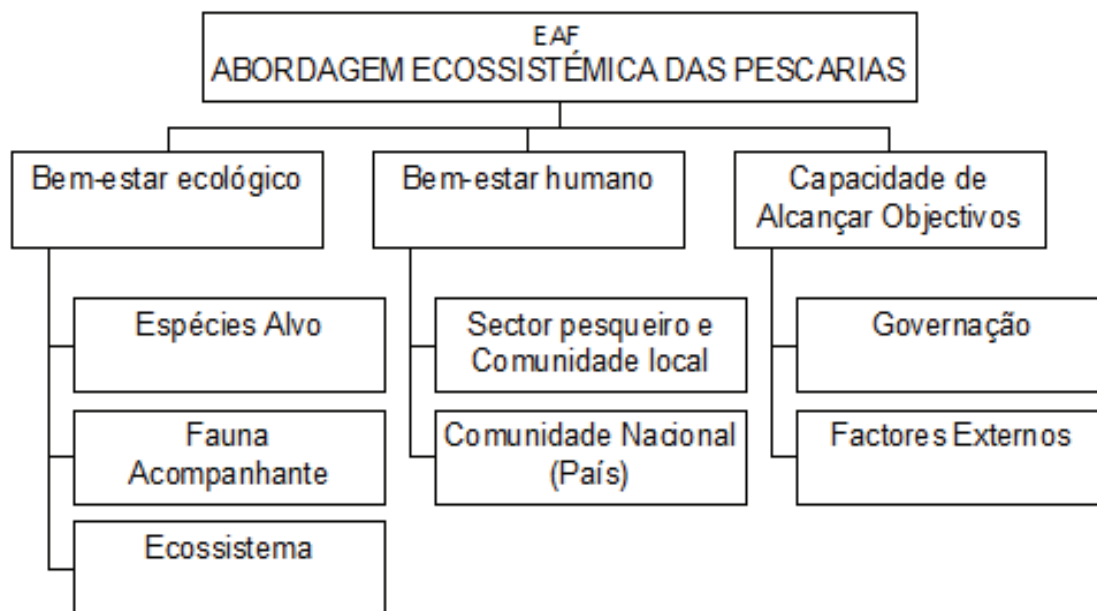


Figura 6: As diferentes componentes EAF das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala.

5. Objectivos de Gestão e Operacionais do Plano de Gestão da Pescaria de Camarão do Banco de Sofala

Os objectivos de gestão e operacionais deste Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala foram produzidos a partir de uma análise estratégica do GT sobre as questões de risco identificadas por ordem de significância do impacto dentro de cada objectivo de gestão, conforme se segue:

Objectivo de Gestão I: Nível de exploração sustentável do recurso de camarão garantido

Problemas (Bem estar ecológico)

1. Deficiente controlo do esforço de pesca da frota industrial;
2. Insuficiente conhecimento da influência da pesca artesanal de arrasto na pressão sobre o recurso de camarão;
3. Uso de artes de pesca nocivas na pesca artesanal;
4. Deficiente conhecimento dos indicadores biológicos e pontos de referência significativos para a monitoria dos riscos biológicos para os estoques;
5. Deficiente controlo da fauna acompanhante (FAC);
6. Falta de controlo dos níveis de capturas acidentais de espécies protegidas (tartarugas marinhas);
7. Aparecimento de espécies exóticas de camarão.

Objectivo de Gestão II: Benefícios líquidos económicos e sociais maximizados

Problemas Bem estar humano (sócio económico)

1. Baixos rendimentos na pescaria do camarão;
2. Falta de conhecimento do impacto da redução do esforço de pesca em relação a:
 - a) Renda da comunidade de pescadores (FAC);
 - b) Segurança alimentar (FAC);
 - c) Emprego.
3. Falta de uma estratégia para acrescentar valor ao recurso de camarão para o mercado internacional;
4. Conflitos entre os subsectores da pesca e as diferentes actividades (turismo, mineração);
5. Falta de estabelecimento de articulação entre a Política de crédito com os critérios de sustentabilidade económica (MEY) e do recurso (MSY) estabelecido, para prevenir o aumento da capacidade de pesca e esforço além da capacidade reprodutiva do stock;
6. Deficiente conhecimento do impacto sócio-económico da redução das artes nocivas da pesca artesanal;
7. Infra-estrutura de apoio à pesca artesanal insuficiente

Objectivo de Gestão III: Capacidade de intervenção institucional e poder de gestão reforçados

Problemas (Capacidade de alcançar os objectivos)

Governança

1. Insuficiente conhecimento do novo sistema de gestão da pescaria de camarão da frota congeladora (TAE);
2. Alguns processos de gestão pouco transparentes;
3. Insuficiente coordenação institucional do Sector das Pescas no âmbito do sistema de controlo, monitoria e fiscalização;
4. Deficiente comunicação entre os diferentes intervenientes;
5. Deficiente partilha de responsabilidades de gestão entre todos os intervenientes;
6. Deficiente Monitoria, Controlo e fiscalização da pesca artesanal.

Objectivo de Gestão IV: Prevenir a degradação do ambiente marinho pela actividade de pesca e a influência dos factores externos

Factores Externos

1. Impacto dos factores ambientais e outros minimizados
 - a) Mudanças climáticas;

b) Alteração e Degradação do habitat (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros);

2. Competição com outros sectores para acesso a zonas de pesca (turismo, mineração);
3. Elevados custos de operação (combustível, taxas de câmbio);
4. Preços de mercado e acesso a mercados de exportação.

6. Medidas de Gestão e Indicadores de Desempenho para o Plano de Gestão

6.1 Medidas de Gestão

As medidas de gestão discutidas e concordadas pelo GT e as outras partes interessadas são apresentadas abaixo. No geral, o leque de medidas apresentadas providencia o âmbito de aplicação necessário e a flexibilidade requerida para gerir a pescaria e os seus impactos nos mananciais pesqueiros e no ecossistema, dentro de um ambiente natural e dinâmico. As medidas são agrupadas de acordo com a estrutura da árvore de componentes genérica do EAF e também divididas em acções primárias e de suporte.

Bem-Estar Ecológico

As principais medidas de gestão apontam para o controlo do esforço de pesca desta pescaria e manutenção de níveis sustentáveis na exploração dos recursos das pescarias do Banco de Sofala:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
1. Esforço de pesca da frota industrial controlado.	1. i) Reduzir a quota de esforço de 6113 (situação actual 3515 metros) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos) ii) Campanha de pesca no período de 7 a 8 meses;
2. Influência da pesca artesanal de arrasto na pressão sobre o recurso de camarão conhecida.	2. i) Melhorar a estatística da pesca artesanal; ii) Definir áreas críticas do desenvolvimento do camarão na pesca artesanal; iii) Melhorar a fiscalização da pesca artesanal.
3. Uso de artes nocivas na pesca artesanal reduzido;	3. i) Melhorar as campanhas de sensibilização para a pesca responsável; ii) Reforçar a fiscalização da pesca nas zonas de maior ocorrência das artes nocivas.
4. Indicadores biológicos e pontos de referência significativos para a monitoria dos riscos biológicos para os estoques identificados.	4. i) Manter avaliação anual da biomassa do <i>stock</i> desovante (SSB) como indicador do estado do <i>stock</i> e (atingir no mínimo 20% biomassa virgem; ii) Manter a realização cruzeiros de investigação no período de recrutamento.
5. Gestão da fauna acompanhante (FA) melhorada.	5. i) Controlar a qualidade de dados de captura da <i>Fac</i> ; ii) Avaliar a possibilidade do uso experimental do dispositivo de Exclusão de fauna acompanhante (BRDs) ; ii) Estudar a possibilidade de licenciar a operação de recolção da <i>Fac</i> .
6. Níveis de capturas acidentais de espécies protegidas (tartarugas marinhas) controlada.	ii) Realizar um estudo para identificar as áreas e épocas de ocorrência das tartarugas marinhas.
7. Aparecimento de espécies exóticas do camarão	7. Avaliar o impacto das espécies exóticas de camarão na população activa;

Bem-Estar Humano (Social e Económico)

Ao nível do Banco de Sofala, há necessidade de proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos e uma rentabilidade para os operadores nacionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e o abastecimento de pescado a nível local e a exportação, para efeito devem ser adotadas as seguintes acções:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
1. Baixos rendimentos na pescaria do camarão	1. Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros para 2100 metros</i> do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos)
2. Impacto da redução do esforço de pesca avaliado e alternativas identificadas em relação a:	2.i) Estudo de viabilidade económica das operações de recolha da FAc. ii) Estudar e propor um programa de reorientação da mão de obra ociosa.
a) Renda da comunidade de pescadores (FAc); b) Segurança alimentar (FAc); c) Emprego.	3. Assegurar a implementação do processo de certificação das capturas (ambiental, legalidade e sanitária);
3. Estratégia para acrescentar valor ao recurso de camarão para o mercado internacional elaborado.	
4. Conflitos entre os subsectores da pesca e entre as diferentes actividades (turismo, mineração) minimizados.	4. Zonear as áreas de pesca para cada subsector e para outras actividades económicas no Banco de Sofala.
5. Articulação entre a Política de crédito com os critérios de sustentabilidade económica (MEY) e do recurso (MSY) estabelecido, para prevenir o aumento da capacidade de pesca e esforço além da capacidade reprodutiva do stock.	5. Ajustar as linhas de crédito na frota a gelo com os critérios de sustentabilidade económica e do recurso.
6. Impacto sócio-económico da redução das artes nocivas da pesca artesanal conhecido.	6. i) Reforçar a fiscalização da pesca ii) Estudo sócio económico do impacto da redução das artes nocivas.
7. Infra-estrutura de apoio à pesca artesanal insuficientes melhorados.	7. Promover o estabelecimento no Banco de Sofala de gasolneiras, estabelecimentos de insumos de pesca, fábricas de gelo, fábricas de processamento e desembarcadouros para a pesca artesanal, em coordenação com projectos de Desenvolvimento do Sector das Pescas

Capacidade de Alcançar Objectivos

a) Governação

De entre as medidas de gestão necessárias, a componente de governação é de grande importância para reforçar a capacidade de intervenção institucional e poder de gestão. Neste âmbito, há que realizar o seguinte:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
1. Insuficiente conhecimento do novo sistema de gestão pescaria de camarão da frota congeladora (TAE).	1. Capacitar os técnicos na gestão do novo sistema de gestão (TAE);
2. Processos de gestão transparentes	2. Cumprimento de medidas de gestão de acordo com as normas estabelecidas;
3. Fortalecimento institucional do sector das pescas, sistema de controlo monitoria e fiscalização reforçado.	3. Garantir recursos humanos, materiais, e patrimoniais para melhorar o sistema MCS;
4. Comunicação entre os diferentes intervenientes assegurada.	4. Mecanismo de cogestão deve ser mais abrangente (CCP,s, Comités distritais e provinciais, CAP);
5. Partilha de responsabilidades de gestão entre todos os intervenientes melhorados.	5. Identificar os assuntos que devem ser desconcentrados em diferentes níveis, de local até nacional (forúns de co-gestão).
6. Monitoria, Controlo e fiscalização da pesca artesanal melhorado.	6. i) Melhorar a estatística de pesca artesanal. ii) Melhorar o controlo do cumprimento da legislação. iii) Garantir a funcionabilidade do CCP na sua área de actuação;

b) Factores Externos

O sucesso das medidas do Plano não depende apenas dos aspectos acima mencionados, mas também de outros factores externos, nomeadamente:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
Ambientais	
1. Impacto dos factores ambientais e outros minimizados: a) Mudanças climáticas; b) Alteração e Degradação do <i>habitat</i> (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros).	a) Acompanhar os efeitos e impactos das alterações climáticas; b) Restauração do habitat (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros) sobre o recurso do camarão.
2. Competição com outros sectores para acesso a zonas de pesca (turismo, mineração) minimizada.	2. Zonear as áreas de actividades (pesca, turismo, mineração).
Outros	
1. Elevados custos de operação (Combustível, taxas de câmbio...).	
3. Preços de mercado e acesso a mercados de exportação.	

7. Arranjos Institucionais e Monitorização para Implementação do Plano de Gestão

a) Intervenientes e Responsabilidades

Para o presente Plano de Gestão, nos termos da alínea a) do artigo 4 do Estatuto Orgânico da Administração Nacional das Pescas, relativos as atribuições, a ADNAP deve assegurar a implementação do Plano de Gestão das Pescarias do Banco de Sofala. As instituições como o IIP, INIP, IDPPE, FFP, INAQUA, EP, DPP, Governo da Província de Sofala, Zambézia e Nampula Governos dos Distritos atravessados pelo Banco de Sofala são os intervenientes directos na implementação do Plano com responsabilidades distintas, as instituições do Governo nomeadamente, o MICOA, Recursos Minerais, Indústria e Comércio, Ministério do Interior, ADMAR e outros, os CCPs, a Associações de armadores de pesca (AMAPIC, ANAP, ASSAPEMO) e operadores em geral constituem também intervenientes.

O plano de acção define o nível de intervenção e responsabilidades de cada interveniente.

b) Implementação, monitoria e avaliação

O processo do plano de gestão envolve a identificação de recursos necessários e sua prioridade. Para os objectivos de gestão são definidos regras de decisão formuladas e executadas com indicadores identificados, monitorados e progressos relatados. Os elementos importantes destacados, para o sucesso do Plano, são de entre outros:

- O envolvimento dos parceiros em todas as fases do processo de gestão;
- Utilização do melhor conhecimento disponível, em todas as fases do processo de gestão;
- A gestão é adaptativa e o desempenho tático é avaliado regularmente e frequentemente numa base anual, intermédia enquanto o desempenho estratégico será avaliado ao longo do tempo (por exemplo, a cada 5-10 anos).

Os CCPs, associações de pescadores e operadores em geral são intervenientes com responsabilidades de cooperação, participação e seguimento rígido das medidas de Plano.

Objectivo de Gestão I: Nível de exploração sustentável do recurso do camarão garantido

Problemas	Medidas de Gestão /Ações	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
I.1	Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros</i>) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos).	Cabo mestre	50% de redução do cabo mestre	Relatório de licenciamento	ADNAP	Indústria	2015
	Campanha de pesca no período de 7 a 8 meses.	Diploma de Veda	Campanha de pesca	Relatório	ADNAP	Indústria	2015
I.2	Melhorar a estatística da pesca artesanal.	Dados recolhidos	75% de cobertura	Relatório	IIP	DNEPP, ADNAP, IDPPE	2015
	Definir áreas críticas do desenvolvimento do camarão na pesca artesanal.	1 Estudo	Estudo Concluído	Relatório	IIP	IDPPE, ADNAP	2015
I.3	Melhorar a fiscalização da pesca artesanal.	% de cobertura (ex: centros de pesca, zonas de pesca)	75% de cobertura	Redução de uso de artes nocivas	DNFP	ADNAP/IDPPE/ Governos Distrital, CCP,s	2018
	Melhorar as campanhas de sensibilização para a pesca responsável.	% de cobertura (ex: centros de pesca) 2070 Cartazes Memorandos de Entendimento com Escolas/Entidade Responsável (2xano por província)	50% de cobertura Cartazes distribuídos Memorandos elaborados	Spots publicitários nas rádios comunitárias Cartazes afixados Memorandos assinados com escolas	ADNAP	IDPPE/ Governos Distrital (SDEJT), DNFP, CCP,s	2015
	Reforçar a fiscalização da pesca nas zonas de maior ocorrência das artes nocivas.	250 dias x 5 anos (zonas de maior incidência)	Redução das artes nocivas	Relatórios	DNFP	DPP (SFL, ZBZ e NPL), Governos locais, CCP,s	2018
I.4	Manter avaliação anual da biomassa do <i>stock</i> desovante (SSB) como indicador do estado do <i>stock</i> e (atingir no mínimo 20% da biomassa virgem).	1 Estudo	Estudo elaborado	Relatório de Avaliação do Recurso	IIP	Indústria	Permanente
	Realizar cruzeiros de investigação no período do recrutamento.	1 Estudo/Ano	Estudo elaborado	Relatório de Avaliação do Recurso	IIP	Indústria	Permanente
I.5	Controlar a qualidade de dados de captura da FAc.	Cruzar dados do Diário de Bordo com descargas	Dados aferidos	Relatório	ADNAP	IIP, Indústria, DPPs (SFL, ZBZ, NPL)	2016
	Avaliar a possibilidade do uso experimental do Dispositivo de Exclusão de Fauna Acompanhante (BRDs).	% de embarcações usando BRDs	10% de embarcações usando BRDs	Relatórios	ADNAP	IIP/ DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2017
	Estudar a possibilidade de licenciar as operações de recolheção da FAc.	Estudo realizado	Estudo elaborado	Relatório	ADNAP	DNEPP/FFP/IDPPE/ DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2015

Problemas	Medidas de Gestão /Ações	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
I.6	Implementar o uso de TEDs na frota congeladora de camarão.	Regulamento Específico % da Frota	Regulamento Elaborado 100% Frota Industrial 50% Frota Semi-Industrial	Regulamento Aprovado Relatórios de Avaliação	ADNAP	DNFP/IIP/ DPP (SFL, ZBZ e NPL), Indústria	2015
	Realizar um estudo para identificar as áreas e épocas de ocorrência das tartarugas marinhas;	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	IIP	DPP (SFL, ZBZ e NPL), UEM	2015
I.7	Avaliar o impacto das espécies exóticas de camarão na população activa	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	IIP	DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2016

Objectivo de Gestão II: Benefícios líquidos económicos e sociais maximizados

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
II.1	Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros</i>) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos)	N.º de barcos reduzidos	(25 - 30 barcos) Operacionais	Relatório	ADNAP	Indústria	2015
II.2	Estudo de viabilidade económica das operações de recolha da FAc;	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	DNEPP	ADNAP e IDPPE	2015
	Estudar e propor um programa de reorientação da mão de obra ociosa;	1 programa de reorientação	Estudo Elaborado	Relatório			2015
II.3	Assegurar a implementação do processo de certificação ambiental das capturas	Número de certificados emitido	Pescaria certificada	Certificados	ADNAP	WWF, MICOA	Permanente
	Assegurar a implementação do processo de certificação de legalidade das capturas	Número de certificados emitido	Pescaria certificada	Certificados	ADNAP	Indústria	Permanente
	Assegurar a implementação do processo de certificação sanitária das exportações	certificado emitido	Exportações certificadas	Volume de exportações	INIP	Indústria	Permanente

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
II.4	Zonear as áreas de pesca para cada subsector e para outras actividades económicas no Banco de Sofala;	1 Mapa	Zonas identificadas	Zonas mapeadas	ADNAP	IIP, IDPPE e Governos Locais, Indústria, DPP,s, outros sectores	2018
II.5	Ajustar as políticas de crédito na frota a gelo com os critérios de sustentabilidade económica e do recurso;	Políticas de créditos alinhados	100 % das políticas de créditos alinhados	Relatório	FFP, DNEPP	IDPPE, ADNAP, IIP	2015
II.6	Estudo sócio económico do impacto da redução das artes nocivas	Redução das artes nocivas	Estudo elaborado	Relatório balanço	DNEPP	ADNAP/DPP (SFL, ZBZ e NPL), DNFP, CCP,s, IDPPE, FFP, Governos Locais	2016
	Reforçar o sistema de fiscalização da pesca;	84 dias x 5 anos (fora das 12 milhas)	Redução dos índices da pesca ilegal	Relatório	DNFP	DPP,s	permanente
II.7	Promover o estabelecimento no Banco de Sofala de gasolneiras	G a s o l i n e i r a s estabelecidas	Produtos de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	DNEPP	FFP, IDPPE,GD	2015
	Promover estabelecimentos de insumos de pesca, fábricas de gelo, fábricas de processamento	3 Carpintarias, 3 estabelecimentos de insumos de pesca 3 salas de conservação e processamento	Produto de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	FFP	IDPPE, CCP,s, Governos locais	2015
	Promover desembarcadouros para a pesca artesanal.	3 desembarcadouros	Produtos de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	DIEP	FFP, IDPPE, CCP,s	2015

Objectivo de Gestão III: Capacidade de intervenção institucional e poder de gestão reforçados

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
III.1	Capacitar os técnicos na implementação do novo sistema de gestão (TAE);	T é c n i c o s capacitados	100 % de técnicos capacitados	Relatório	ADNAP	DNFP, DPP,s, CCP,s, IIP	2015
III.2	Garantir o cumprimento de medidas de gestão de acordo com as normas estabelecidas	C o n h e c i m e n t o a c r e s c i d o d a legislação	100% de cobertura dos centros de pesca	Relatório	DNFP	ADNAP, DPP,s, Governos locais	Permanente
III.3	Garantir recursos humanos, materiais, e patrimoniais para melhorar o sistema MCS;	Técnicos de MSC, material, patrimoniais garantidos	Distritos por Província potenciados	Relatório	DNFP	ADNAP, IIP,	2018
III.4	Mecanismo de co-gestão deve ser mais abrangente (CCP,s, Comités distritais e provinciais, CNAP)	Sessões	Sessões realizadas	Sínteses	ADNAP	IDPPE DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2018
III.5	Identificar os assuntos que devem ser desconcentrados em diferentes níveis, de local até nacional (forúns de co-gestão)	Forúns Provincial/ Ano (SFL, ZBZ e NPL)	Forúns realizados	Actas	ADNAP	DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2015
III.6	Melhorar a estatística de pesca artesanal;	Maior cobertura da amostragem	100% da área coberta	Relatório	IIP	IDPPE DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2016
	Melhorar o controlo do cumprimento da legislação.	P e s c a d o r e s capacitados em matérias de legislação	100% da area coberta	Relatórios	DNFP	ADNAP, DPP,s, CCP,s, IDPPE	2018
	Garantir a funcionalidade do CCP na sua área de actuação;	Número de CCP funcionais no BS	50 % de CCP funcionais	Relatórios	ADNAP	IDPPE DPPN,DPPZ e DPPS	2016

Diploma Ministerial n.º 162/2014**de 1 de Outubro**

Os recursos pesqueiros na pescaria de linha das águas marítimas de Moçambique são de transcendental importância sócio-económica a nível nacional, para o que importa assegurar a sua preservação e maximização das potencialidades de pesca, à luz dos princípios gerais que enformam a pesca responsável no ordenamento das actividades pesqueiras.

Neste contexto, mostrando-se necessário adoptar medidas de gestão da Pescaria de Linha, ao abrigo do disposto no artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, determino:

1. É aprovado o Plano de Gestão da Pescaria de Linha das Águas Marítimas de Moçambique para o período de 2014 a 2018, anexo ao presente Diploma, do qual é parte integrante.
2. Compete ao Director-Geral da Administração Nacional das Pescas (ADNAP) esclarecer as eventuais dúvidas que surgirem na aplicação do Plano de Gestão ora aprovado.
3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 6 de Junho de 2014. —
O Ministro das Pescas, *Víctor Manuel Borges*.

Preâmbulo

Atendendo que a pesca à linha é uma pescaria importante para o fornecimento de pescado, fonte de proteína animal, renda e emprego para a República de Moçambique.

Considerando o disposto no artigo 8 da Lei n.º 3/90, ora revogada pela Lei n.º 22/2013, de 01 de Novembro, Lei das Pescas, no seu artigo 9 conjugado com o artigo 6 do Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), aprovado pelo Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, no qual o Ministério promove e prepara o presente Plano de Gestão no quadro da Gestão e Ordenamento das pescarias.

Nestes termos o Ministro das Pescas pode adoptar medidas de gestão directas, através de limitação do esforço de pesca, ou indirectas mediante a limitação do volume das capturas.

Ao presente Plano de Gestão adopta-se o modelo de gestão que permita a representação dos interesses envolvidos para assegurar a co-gestão das pescarias, através dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), Comitês de Co-gestão (CCGs) e Comissão de Administração Pesqueira (CAP).

Cientes da importância do sector da pesca para a economia nacional incluindo fluxos de renda na economia dos pólos de crescimento, segurança alimentar e sua contribuição para os sub-sectores da pesca artesanal e semi-industrial.

Desejando garantir e reforçar o envolvimento dos pescadores no planeamento, tomada de decisão e implementação de acções do sector através da melhoria da governação participativa, manter/preservar o habitat e o ambiente e melhorar a subsistência de comunidades de pescadores.

Tendo em conta que o presente Plano de Gestão foi desenvolvido de forma participativa com os representantes dos principais grupos de actores dentro e fora Sector das Pescas, julga-se que o mesmo irá responder aos objectivos e desafios para os quais o documento foi concebido, constituindo a base de gestão responsável desta pescaria.

Lista de Acrónimos

ADNAP	Administração Nacional das Pescas
ARE	Avaliação de Risco Ecológico
BRD	Dispositivo de Redução de Fauna Acompanhante
CAP	Comissão de Administração Pesqueira
CCG	Comité de Co gestão de Pesca
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CCRF	Código de Conduta para Pesca Responsável da FAO
DNEPP	Direcção Nacional de Economia e Políticas Pesqueiras
DNFP	Direcção Nacional de Fiscalização da Pesca
DLA	Dispositivo de Localização Automática
EAF	Abordagem Ecosistémica às pescas
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GNC	Grupo Nacional de Coordenação para Elaboração do Plano de Gestão da Pesca à linha
GTPGPL	Grupo de Trabalho para Implementação do Plano de Gestão da Pesca de Linha
IDPPE	Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INIP	Instituto Nacional de Inspecção de Pescado
IOTC	Comissão do Atum do Oceano Índico
MCS	Monitorização, Controlo e Fiscalização
MEY	Produção Económica Máxima
MICOA	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
MITUR	Ministério do Turismo
MPA	Área Marinha Protegida
ORI	Oceanographic Research Institute
PDP	Plano Director das Pescas (2012 - 2019)
PIB	Produto Interno Bruto
PESPA	Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal
REPMAR	Regulamento Geral da Pesca Marítima
SWIOFP	Projecto das Pescarias do Sudoeste do Oceano Índico
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
VMS	Sistema de Monitorização de Embarcações de Pesca
WIO	Oeste do Oceano Índico

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contribuição da pescaria para a economia nacional

O número de pescadores em Moçambique envolvidos, a tempo inteiro, em todos os tipos de pesca marítima é estimado em cerca de 140,000 (Plano Director das Pescas 2010-2019) dos quais 97,000 são pescadores artesanais. Efectivamente, o número total de trabalhadores envolvidos na pesca artesanal marítima é cerca de 350,000 incluindo pescadores sem embarcação, tripulantes e trabalhadores em áreas de apoio a pesca (IDPPE, 2007). O número de pescadores semi-industriais e industriais envolvidos na pesca à linha é estimado em cerca de 650 que operam em 30-40 embarcações, que se adicionam aos milhares de pescadores recreativos e desportivos que também operam na pescaria de linha.

Estima-se que o sector das pescas actualmente contribua com cerca de 2% do PIB nacional. A produção pesqueira como um todo, incluindo a pesca marítima e de águas interiores bem como a produção da aquacultura, é de cerca de 151,000 toneladas ano-1, contribuindo com 452 milhões USD para a economia nacional. A contribuição média do sector das pescas em divisas vinda da exportação é de cerca de 70 milhões USD ano-1.

A pesca à linha marítima em Moçambique é a maior pescaria no país em termos de número de pescadores, diversidade de espécies capturadas, variabilidade na expectativa dos seus diferentes sub-sectores e possivelmente pela quantidade total de pescado desembarcado. Esta enorme e multifacetada pescaria opera ao longo de todos os 3000 km de linha de costa, em todos os tipos de ecossistemas marinhos e costeiros encontrados em Moçambique e é desenvolvida em todos os sub-sectores de pesca reconhecidos, nomeadamente Industrial, Semi-industrial, Artesanal, Recreativo e Desportivo.

Todos os sub-sectores contribuem para o suplemento alimentar do pescado para um ou mais segmentos da população, deste modo aumentando o consumo per capita total de proteína de pescado. As capturas da pesca à linha são frequentemente vendidas para hotéis, restaurantes e "resorts", promovendo o desenvolvimento do turismo. Parte das capturas semi-industriais é exportada para a África do Sul enquanto que os produtos do sub-sector industrial são exportados para o mercado Europeu, maioritariamente Portugal.

De acordo com os dados do censo da pesca artesanal (IDPPE, 2007¹) o número de barcos artesanais usados para a pesca à linha em áreas marinhas é de cerca de 9200. Usando uma estimativa de 4 tripulantes por unidade (barco) estima-se que o número total de pescadores engajados na pesca artesanal marítima a partir de barcos seja de cerca 37000.

Estima-se também que o número de pescadores operando sem embarcação (pescadores de subsistência) seja da ordem de 9500. O número de participantes na pesca recreativa é estimado em cerca de 4000 (baseado no número de licenças emitidas por praticante).

Uma característica notável da pescaria de linha é a elevada força de trabalho que envolve, e portanto a oferta de emprego. Este factor contribui para o bem-estar humano mas também cria situações sensíveis quando existem flutuações na abundância dos recursos pesqueiros, devido ao esgotamento dos recursos ou à variabilidade das pressões externas.

1.2 Fundamentação para o Plano de Gestão

O Ministério das Pescas (MdP) tem como uma das atribuições o estabelecimento de políticas de desenvolvimento das pescas, à sua tradução em planos de gestão e de desenvolvimento, assim

como à coordenação da sua execução, mediante um controlo do desempenho dos subsistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento.

Desde há alguns anos que, tem havido sinais que dão indicação de que os recursos de peixes acessíveis à linha estão sob uma pressão de pesca não sustentável. Reduções nas taxas de captura, aumento do tempo de viagem para aceder aos pesqueiros e flutuações no esforço de pesca, apontam para um problema nesta pescaria altamente dependente de espécies endémicas e de crescimento lento. Uma série de relatórios e documentos internos produzidos pelo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP) tem evidenciado o rápido aumento do esforço de pesca na pescaria de linha, uma mudança das áreas de pesca em resultado do declínio dos mananciais locais e um decréscimo na abundância das espécies-alvo endémicas.

Torna-se óbvio que um plano de gestão da pesca à linha específico é a solução mais apropriada para melhor se ir ao encontro dos desafios e oportunidades apresentadas por esta pescaria. O presente plano é uma tentativa de maximizar os benefícios sociais e económicos de todos os intervenientes (partes interessadas) tomando em consideração um reconhecimento completo e realístico dos riscos ecológicos e serviços, restrições humanas e ambientais, e num quadro da abordagem ecossistémica às pescas.

1.3 Objectivos do Plano de Gestão

O principal objectivo do Plano de Gestão é contribuir para uma utilização sustentável dos recursos marinhos vivos nas águas da República de Moçambique para um crescimento económico e melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores. O propósito central do plano é portanto de integrar a grande diversidade de elementos da pesca à linha marítima, para providenciar uma matriz para um sistema de gestão adequado à pescaria, incluindo as propostas de regulamentação e as necessidades de investigação adicional que irão contribuir para a sustentabilidade e integridade social e ecológica. Além disso, o Plano deverá criar um quadro de acção com metas que podem ser monitoradas e validadas.

Assim, os objectivos do Plano de Gestão são:

- Garantir que os recursos acessíveis à pesca à linha, explorados pelos sub-sectores industrial, semi-industrial, artesanais, recreativos e desportivo das pescarias marítimas sejam explorados dentro dos níveis biologicamente aceitáveis;
- Garantir a exploração sustentável, crescimento e partilha equitativa dos benefícios dos recursos; e
- Providenciar uma base para a gestão da pescaria que leve a que se caminhe em direcção a uma plataforma de gestão integrada, incluindo a partilha de responsabilidades entre a administração pesqueira e outros intervenientes do sector, incorporando os princípios de gestão ambiental com medidas de gestão das pescarias eficazes baseadas nas espécies exploradas e artes utilizadas, e de acordo com a abordagem ecossistémica às pescas.

O Plano não só propõe acções de gestão dos recursos e regulamentos, mas indica um leque de tarefas urgentes, de carácter científico e administrativo para auxiliar a formulação de um programa de acção para os próximos cinco anos. O Plano contém informação relacionada com os aspectos sociais, económicos, biológicos e institucionais da pesca à linha. Descreve os objectivos gerais da pescaria, assim como os objectivos operacionais e as questões que precisam de ser abordadas.

¹ IDPPE, 2007: Censo da pesca artesanal 2007

2. Políticas-Chave Orientadoras para o Plano de Gestão

O presente Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima é consistente com as exigências relevantes do Plano Director das Pescas-II 2010-2019, da Lei n.º 22/2013 de 1 de Novembro e seus respectivos regulamentos, de acordo com os princípios do Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável, da Convenção sobre Diversidade Biológica, do Princípio de Precaução, da Abordagem Ecológica às Ocas, do Desenvolvimento Ecológico Sustentável, do Plano de Implementação do WSSD de 2002 (de acordo com a emenda do RIO + 20 em 2012) e outros instrumentos apropriados.

A visão geral e objectivos do sector das pescas, conforme plasmado no Plano Director das Pescas (PDP 2010-2019), incluindo os objectivos socio-económicos e de desenvolvimento estão sumarizados a seguir:

- Garantir a melhoria da segurança alimentar e nutricional em pescado para as populações;
- Melhorar as condições de vida das comunidades de pescadores artesanais;
- Aumentar a produção das pescarias para a realização dos objectivos nacionais de desenvolvimento económico e social;
- Aumentar a contribuição líquida do sector das pescas para um maior equilíbrio da balança de pagamentos do país;
- Garantir a exploração sustentável dos recursos e a preservação da bio-diversidade dos ecossistemas aquáticos.

No Plano Director das Pescas, os objectivos da pesca à linha marítima são apresentados como se segue:

- Promover a segurança alimentar, nutricional e de emprego para as comunidades costeiras;
- Contribuir para a exportação e angariação de divisas para o país; e
- Apoiar o desenvolvimento do turismo.

3. Visão Geral das Pescarias de Linha e Recursos Explorados

3.1 Descrição da Pescaria

A pesca à linha marítima em Moçambique opera ao longo de toda a linha de costa do País. As capturas compreendem maioritariamente peixes de alto valor comercial, contribuindo para o desenvolvimento económico do país. Além disso, a disponibilidade de uma arte de baixo custo contribui consideravelmente para a segurança alimentar em muitas comunidades costeiras. A principal arte de pesca é uma linha de mão de monofilamento ou uma cana de pesca (com carreto manual), com um ou mais anzóis acoplados a cada linha. Os anzóis são de tamanhos variáveis e iscados com pedaços de lula ou peixe como carapau ou magumba e outros pequenos peixes pelágicos. Cada arte é operada manualmente por um pescador, quer como linha de mão quer através de um carreto usado para recolher a linha.

No sub-sector Industrial a pesca é realizada a partir de grandes embarcações cujo comprimento total é superior a 20m, equipadas com meios autónomos de congelação. A pesca realizada por este sub-sector é altamente dirigida em resposta à procura dos mercados por certas espécies ou tamanhos de peixes. A maior parte da sua captura é destinada à exportação. As áreas de operação das embarcações industriais incluem potencialmente toda a costa moçambicana, embora historicamente estas tenham concentrado as suas operações na região a Sul do paralelo de 21°S.

O sub-sector Semi-industrial representa uma componente significativa das pescarias em Moçambique. As operações são efectuadas a partir de embarcações com tripulação considerável e certa capacidade e autonomia para operar em mar aberto. Muitos carregam gelo para a conservação do pescado a bordo, e cada viagem tem uma duração de até 12 dias. Legalmente este sector compreende embarcações motorizadas cujo comprimento máximo varia de 10 a 20m.

No sub-sector Artesanal as operações de pesca estão em grande medida confinadas a zonas próximas da costa, a partir de pequenas embarcações de até 10 m de comprimento, movidas a remo, vela ou motores fora de bordo. As capturas artesanais são importantes para a segurança alimentar a nível local e distrital, sendo maioritariamente comercializadas nos mercados locais. Os pescadores artesanais são formalmente licenciados mas actualmente a sua actividade não é regulada pelos regulamentos de gestão da pesca à linha. Embora este sector tenha alguma importância para a economia local, poucos pescadores artesanais contribuem para o sistema de tributação.

Os sub-sectores Recreativo e Desportivo estão inter-relacionados mas para este Plano são considerados separadamente, sendo o primeiro em grande medida pesca recreativa que é feita nas margens e é doméstica enquanto que o segundo, pesca desportiva, opera maioritariamente com base em embarcações e é orientado para o turismo, incluindo concursos de pesca.

Os sub-sectores semi-industrial e industrial são geralmente orientados para a captura de peixes demersais (embora também capturem pelágicos) e operam essencialmente sobre áreas de fundos rochosos. Contrariamente, os pescadores desportivos procuram os grandes peixes pelágicos, sendo a captura de espécies demersais proibida por lei em concursos de pesca.

O sub-sector da pesca recreativa (doméstica e turística) de linha captura tanto espécies pelágicas como demersais, embora para estas últimas existam restrições específicas que limitam o número de indivíduos a capturar por dia.

Para o sub-sector artesanal não existe uma orientação para um dado tipo de recurso, sendo a exploração em função da disponibilidade local. Pela limitação em termos de autonomia de navegação a pesca artesanal exerce uma forte pressão sobre os recursos costeiros, principalmente dentro das primeiras 3 milhas náuticas.

² Fischer et al. (1990). Fischer, W., I. Sousa, C. Silva, A. Freitas, J.M. Poutier, W. Schneider, T.C. Borges, J.P. Feral and A. Massinga (1990). Guia de Campo para Identificação das Espécies Comerciais Marinhas e de Águas Salobras de Moçambique. FAO, Roma. 424pp.

3.2 Espécies exploradas, taxas de captura e descargas totais

Moçambique apresenta uma ictiofauna bastante rica com cerca de 300 espécies de peixe, descritas nas capturas da pesca com recurso à arte de linha (Fischer *et al.* 1990). Deste total, 179 espécies são consideradas como sendo de significativo valor para as pescarias de linha. A maioria das espécies são encontradas ao longo da região Oeste do Oceano Índico (OOI). De uma forma significativa, as populações de peixes exploradas no sul do país (Zona C), como mostra a Fig. 1, apresentam uma distribuição limitada, especialmente entre as espécies da família Sparidae.

Existe uma variabilidade considerável no padrão de história natural destas espécies de linha. Em resultado disso, algumas espécies são significativamente mais vulneráveis que outras. As espécies com distribuição limitada, de crescimento lento e ciclos de vida complexos requerem, sob o ponto de vista de gestão, maiores medidas de protecção em relação àquelas com uma distribuição ampla e crescimento rápido. No geral, as espécies demersais de recifes e dos bancos “offshore” são mais vulneráveis, enquanto os grandes pelágicos migradores “gamefish” apresentam maior resiliência a exploração.

No geral, o tipo de recursos demersais explorados variam de zona para zona - Zona a Norte do Banco de Sofala, (Zona A), Banco de Sofala (Zona B) e Zona a Sul do Banco de Sofala (Zona C), como mostra a Fig. 1 e estão associados em parte com as características ecológicas dessas áreas.

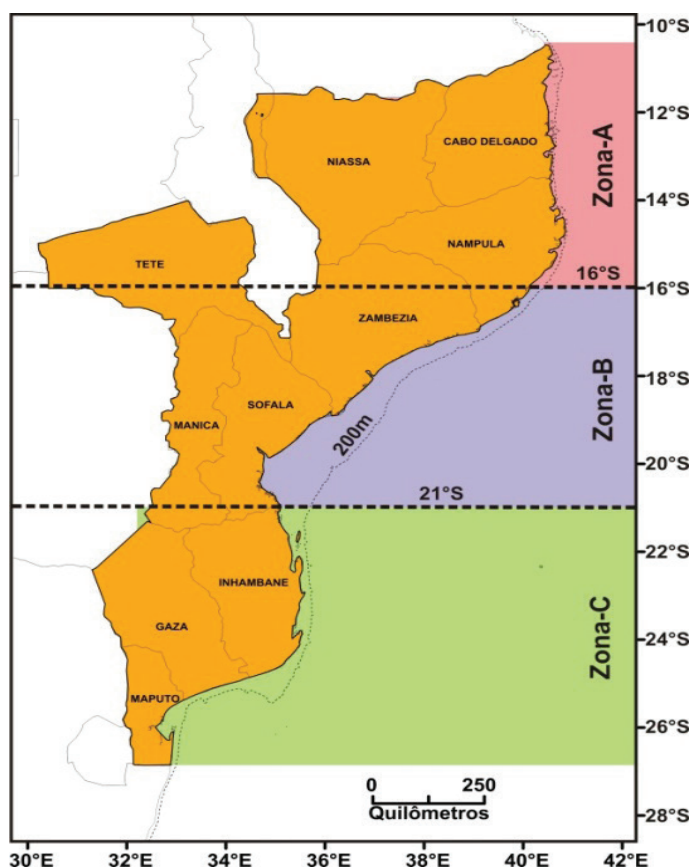


Figura 1: Mapa ilustrando as três zonas propostas para a gestão da pesca de linha.

Nas áreas de fundos rochosos e coralinos (maioritariamente na Zona A), os recursos demersais mais proeminentes são os ladrões (*Lethrinidae*), os pargos pertencentes a família Lutjanidae como o pargo de manchas (*Lutjanus bohar*), o pargo vermelho (*Lutjanus sanguineus*), o pargo dentuço (*Pristipomoides typus*), o pargo rosa (*Pristipomoides filamentosus*), o pargo de cauda comprida (*Etelis coruscans*) e o pargo rubi (*Etelis carbunculus*).

Nas áreas de fundos arenosos e lodosos típicas da Zona B, as espécies mais frequentes são o peixe pedra (*Pomadasys kaakan*), o gonguri (*Pomadasys maculatum*), ambos pertencentes a família Haemulidae, o bagre (*Arius dussumieri*) pertencente a família Ariidae e as corvinas, tais como a corvina dentuça (*Otolithes ruber*) e a corvina real (*Argyrosomus hololepidotus*) da família Sciaenidae.

Na Zona C as espécies de linha mais capturadas pertencem à família Sparidae: principalmente o marreco (*Chrysoblephus puniceus*), o robalo (*Cheimerius nufar*) e o cachucho (*Polysteganus coeruleopunctatus*), bem como às garoupas (*Serranidae*). Os Ladrões (*Lethrinidae*) são bastante comuns em áreas muito próximas da costa, estando associado tanto a recifes como a áreas de ervas marinhas. As principais espécies são o ladrão relâmpago (*Lethrinus nebulosus*), o ladrão masena (*Lethrinus mahsena*), o ladrão de lantejoulas (*Lethrinus lentjan*), o ladrão de rabo amarelo (*Lethrinus croceus*) e o São Pedro (*Lethrinus harak*).

Os peixes pelágicos são capturados pelos pescadores de linha ao longo de toda a costa e compreendem os Scombridae onde se destaca o peixe-serra (*Scomberomorus commersoni*), atum-albacora (*Thunnus albacares*), a merma (*Euthynnus affinis*), a cavala gigante (*Acanthosobyum solandri*) e a família Carangidae com destaque para o xeréu narigudo (*Carangoides chrysophrys*), o xeréu malabarista (*Carangoides malabaricus*), o xeréu voraz (*Caranx sexfasciatus*) e o xeréu gigante (*Caranx ignobilis*).

O atum-albacora (*Thunnus albacares*), a merma (*Euthynnus affinis*) e a cavala gigante (*Acanthosobyum solandri*) constituem, juntamente com as espécies pelágicas listadas acima, as espécies de maior proeminência nas capturas da pesca desportiva, em geral orientada para a captura de grandes pelágicos. São também capturados o dourado (*Coryphaena hippurus*), os marlins e veleiros (*Istiophoridae*), todos considerados troféus pelo sub-sector da pesca desportiva.

A captura anual da pesca semi-industrial de linha tem sofrido flutuações ao longo do tempo, com um pico de 1500 toneladas em 1993. Na fase inicial da pescaria, a tendência das descargas reflectia a tendência do esforço de pesca, mas depois de 2002 este cenário deixou de se verificar quando o esforço da frota semi-industrial aumentou progressivamente, mas não foi acompanhado por um aumento correspondente no total das capturas.

O aumento do esforço do sub-sector semi-industrial é substancial e excedeu os 3000 dia-barco por ano em 2012 (Figura 2). Este nível de esforço parece não ser sustentável e em resultado disso os rendimentos médios diários decresceram consideravelmente após 2002 (Fig. 3).

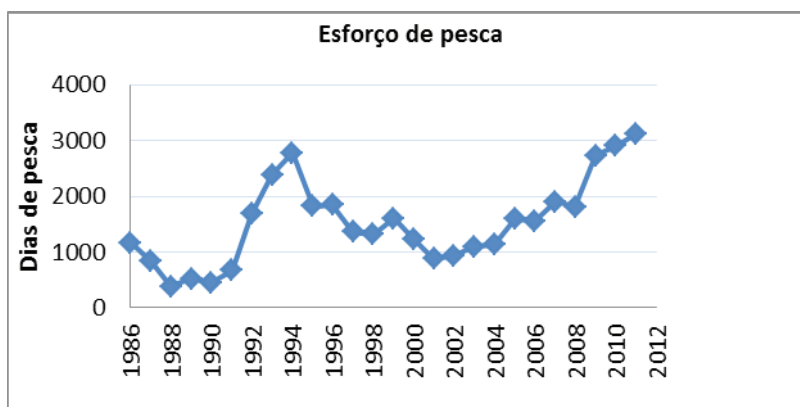


Figura 2: Esforço anual da pesca semi-industrial de linha.

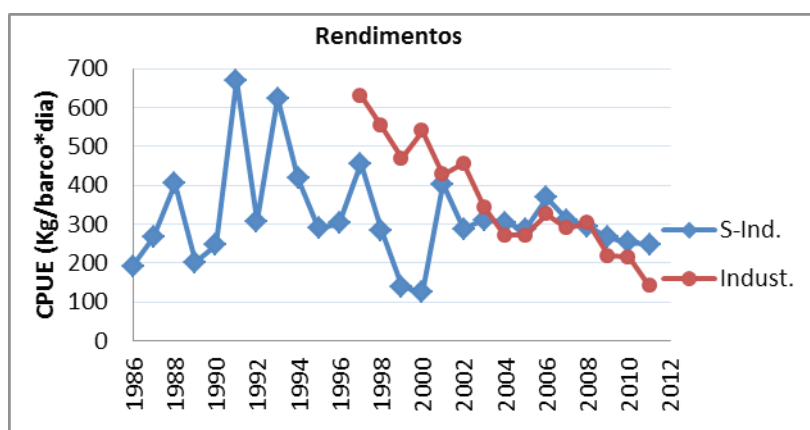


Figura 3: Variação da CPUE (CPUE média por barco-dia) para a pesca semi-industrial e industrial de linha.

O esforço de pesca estimado dos barcos artesanais (todos os tipos) tem também aumentado progressivamente, com uma média de 90,000 saídas por ano a resultarem numa produção de cerca de 10,000 toneladas. Isto vem reflectido na figura 4 que mostra uma tendência relativamente estável da CPUE. Contudo, esses dados não são directamente comparáveis com as descargas da pesca à linha semi-industrial, uma vez que a pesca artesanal abrange um segmento muito mais amplo de pesca em Moçambique.

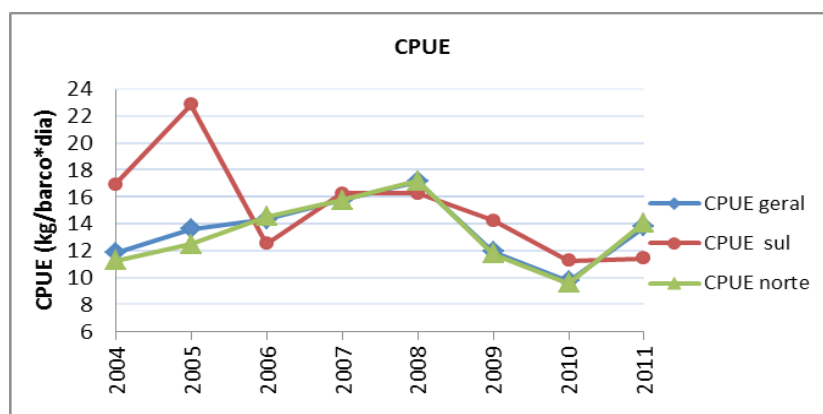


Figura 4: Tendência da CPUE médio para as embarcações artesanais activas: em toda costa (CPUE geral), zona sul (CPUE sul) e norte do paralelo 21o (CPUE norte).

A avaliação mais recente sobre o estado de exploração dos mananciais (efectuado em 2011) focou-se nas capturas e espécies alvo dos sub-sectores semi-industrial e industrial de linha que operam na região a sul do paralelo 21°S (proposta actualmente

como Zona C). Concluiu-se que no geral, os recursos acessíveis à pesca à linha estão sob um nível de exploração intenso, com o esforço de pesca a aumentar em mais de 50% só no período de 2008 para 2010 (Fennessy et al., 2012)³.

³ Fennessy, S. T., R. Mutombene, A. Simango, C. Cuco, R.P. van der Elst (2012). Relatório Interno de Investigação Pesqueira n.º 14 - Mozambique Linefish Assessment 2011. IIP, Maputo. 17pp.

Na zona sul (Zona C) tem havido uma tendência decrescente da CPUE da pesca semi-industrial de linha desde os anos 90. De facto, a CPUE tem decrescido para menos de 200 kg/barco dia, de uma média de 400 kg/barco-dia com picos ocasionais de 700kg/barco-dia (verificados com base na informação obtida pela amostragem a bordo). Van der Elst et al. (2003) estimaram que o volume das descargas pode ter sido sub-estimado num nível de 60%. Se este for um cenário realista, pode implicar que a taxa de captura tenha decrescido em cerca de 70%, sugerindo um problema sério de sustentabilidade na pesca à linha na zona sul (Zona C).

O estudo mostrou ainda que a pescaria semi-industrial de linha na zona central (Zona B - região do Banco de Sofala) tem-se desenvolvido rapidamente, com um incremento do esforço de pesca em 4 vezes desde 2004 e um aumento de 66% só de 2010 para 2011. Apesar deste aumento, as taxas de capturas parecem ter permanecido relativamente estáveis (300 a 400kg/barco-dia) mas com uma tendência de decréscimo visível no final do período analisado.

Embora a avaliação recente não inclua os dados do sub-sector artesanal (devido à particular complexidade deste sub-sector), é legítimo supor que dado o grande número de pescadores envolvidos, este sub-sector, pouco sujeito a regulamentação, explore uma fracção bastante significativa dos recursos de linha, com impactos consideráveis nos ecossistemas marinhos costeiros.

3.3 Gestão actual do sector da pesca à linha em Moçambique

A gestão das pescarias em Moçambique é da responsabilidade do Ministério das Pescas. O papel do Ministério é de implementar as políticas pesqueiras e formular as linhas orientadoras, regras e regulamentos para planear, desenvolver e gerir as pescarias nacionais e a aquacultura no país. As funções de gestão a nível do Ministério são da responsabilidade da Administração Nacional das Pescas (ADNAP). Outros arranjos de apoio à gestão das pescarias são descritos abaixo.

O órgão consultivo, a Comissão da Administração Pesqueira (CAP), emite pareceres ao Ministro das Pescas sobre matérias de interesse no âmbito de conservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias, incluindo a) Total admissível de capturas (TAC); b) Quotas de pesca; c) Número máximo de barcos a licenciar numa pescaria; d) Períodos de veda; e) Áreas com restrições à actividade de pesca; f) Procedimentos para a preparação e revisão de planos de desenvolvimento pesqueiros; e g) Outras medidas de gestão das pescarias ou conservação do ambiente aquático.

Existe também o Conselho de Gestão das Pescarias (CGP) que é um órgão consultivo da ADNAP, facilitando a coordenação entre as várias entidades do Sub-sistema de Gestão das Pescarias. O Conselho de Gestão das Pescarias é coordenado pela ADNAP e integra representantes de algumas instituições do sector, particularmente IIP, INIP, DNFP, IDPPE, e Portos de Pesca.

A nível local, como forma de tornar o processo de gestão mais inclusivo e participativo, o sistema de gestão providencia uma plataforma para o estabelecimento de órgãos de administração pesqueira conhecidos como Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) que incluem vários grupos de partes interessadas e actuam a nível distrital e provincial.

O instrumento-mãe que governa toda a actividade de pesca em Moçambique, Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, e seus regulamentos. De acordo com estes instrumentos a licença de pesca é requerida para o exercício de todas as pescarias. Apesar disto, o grau de cumprimento do licenciamento é variável. É considerado ser de perto de 100% para os sub-sectores semi-industrial e industrial mas para o sub-sector artesanal pensa-se que o nível de cumprimento seja inferior a 50%, e a pesca recreativa (incluindo o licenciamento da pesca desportiva) tem crescido substancialmente nos anos recentes (Fig. 5).

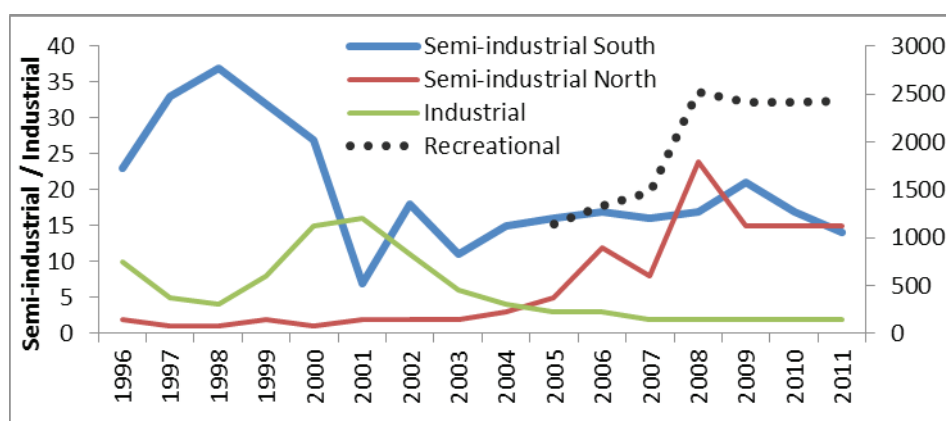


Figura 5: Número anual de licenças por sub-sector de pesca à linha emitidas pela ADNAP.

Adicionalmente um número de medidas de controle específicas com impacto sobre a pesca à linha estão em processo de implementação. O principal documento orientador para a gestão da pesca à linha é o Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), aprovado pelo Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro. Um outro documento orientador é o Regulamento da Pesca Recreativa e Desportiva, Decreto n.º 51/99, de 31 de Agosto, que se encontra em processo de revisão. Desses instrumentos legislativos, um número de medidas tem sido postas

em curso (alguns com base ad hoc) pelo Ministério das Pescas. Estas incluem:

- Definição dos diferentes sectores da pesca à linha;
- Especificação de limites diários de captura para a pesca recreativa;
- Estabelecimento de diferentes zonas geográficas de gestão;
- Limitação do número de embarcações semi-industriais a operar em certas zonas (por exemplo 25 para a região Sul);

- Um sistema de quota para a frota industrial; e
- Atribuição de novas entradas somente para a região a norte do paralelo 21° S.

Para os propósitos de gestão da pesca à linha, os 3,000 km de linha de costa de Moçambique são divididos em três zonas como explicado acima e ilustrado na Fig.1.

4. Processo de Elaboração do Plano de Gestão

O desenvolvimento de um plano de gestão para a pesca à linha marítima de Moçambique foi iniciado em 2006 com o apoio do Oceanographic Research Institute (ORI) de Durban, África do Sul e gradualmente aprimorado a medida que mais informação foi sendo disponibilizada. Em particular a expansão para acomodar a abordagem ecossistémica às pescas foi vista como um desenvolvimento progressivo. O presente Plano de Gestão da Pesca à linha marítima foi preparado pelo Ministério das Pescas assistido pelo EAF National Task Group (GNC) com o apoio geral do projecto EAF-Nansen da FAO, do *South West Indian Ocean Fisheries Project* (SWIOFP).

O Plano foi desenvolvido de uma forma inclusiva, interactiva e participativa. As agências/grupos cujos representantes participaram no processo foram o Ministério das Pescas (ADNAP, DNFP, IDPPE, IIP, INAQUA, DNEPP e INIP), o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, várias ONGs e a Indústria pesqueira, assim como vários CCPs de diferentes pontos ao longo da costa.

O plano de gestão foi desenvolvido tendo em consideração os objectivos de gestão de longo prazo da pescaria e fornece orientações de como a pescaria deverá ser gerida baseando-se num quadro de abordagem ecossistémica às pescas. Foi desenvolvido com base num Relatório de Base e um relatório sobre a Avaliação de Risco Ecológico (ARE) que são parte do processo de planificação e estão disponíveis para informação adicional quando necessário. Outros documentos, incluídos

na lista abaixo, foram usados durante o processo, e podem ser consultados para se obter uma visão mais ampla sobre as bases das recomendações feitas neste plano:

1. Relatório Interno de Investigação Pesqueira n.º 14 (IIP Mozambique Linefish Assessment 2011);
2. Plano Estratégico do Sub-sector da Pesca Artesanal de Moçambique (PESPA-2012).

O Relatório de Base da pesca à linha foi preparado pelo Grupo Nacional de Coordenação do projecto constituído por técnicos da ADNAP e IIP com o objectivo de providenciar informação de base relevante a ser usada como suporte do desenvolvimento do plano. O rascunho do Relatório de Base foi discutido e validado pelo GNC. Uma abordagem muito abrangente foi usada para identificar e articular as questões-chave e estabelecer prioridades. Este processo foi considerado essencial em reconhecimento da grande diversidade de pessoas, métodos, ecossistemas envolvidos na pescaria assim como da ampla distribuição geográfica da mesma.

Um seminário de avaliação de risco ecológico (ARE) foi realizado com a participação dos intervenientes nomeadamente: Sector das Pescas, WWF, MICOA, TURISMO, Associações dos pescadores, Mega Fauna e Indústria pesqueira, e durante este seminário os problemas relacionados com a pescaria foram identificados e priorizados. Foram propostas medidas de gestão para resolução ou mitigação dos problemas classificados como tendo prioridade alta e média. Em seguida, um questionário foi administrado para um grupo maior de intervenientes para se obter informação adicional e para a validação dos resultados da ARE.

4.1 Âmbito do Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima de Moçambique

O âmbito do plano de gestão da pesca à linha marítima e os valores sociais da pescaria conforme acordado por todas as partes interessadas estão sumarizados na Tabela 1.

Tabela 1: Aplicação e Valores do Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima

Pescaria	Pesca à linha marítima de Moçambique
Unidades de pesca incluídas	Unidades de pesca Industrial, Semi-industrial, Artesanal, Recreativa e Desportiva (como definido nos regulamentos de pesca de Moçambique)
Unidades de pesca não incluídas (mas que podem ter um impacto no sucesso do plano)	Unidades de Pesca de Arrasto e de Emalhar
Métodos incluídos	Linha de mão, Cana-e-carreto manual consistindo de linha de monofilamento com um ou mais anzóis (de vários tamanhos), caça submarina recreativa, palangre
Métodos não incluídos mas que podem impactar sobre os recursos de linha	Emalhar, Arrasto, Armadilhas
Principais famílias de peixe de linha capturados	Sparidae, Lutjanidae, Haemulidae, Serranidae, Lethrinidae, Sciaenidae, Carangidae, Scombridae, Istiophoridae (veja a secção 3.2 para consulta dos nomes comuns e locais)
Áreas incluídas	Toda a extensão das águas marítimas de Moçambique
Áreas não incluídas mas que podem ter impacto sobre os recursos de linha	Águas marítimas de países com fronteira marítima com Moçambique
Valores – Objectivos a alcançar e prioridades	• Sustentabilidade das espécies – manter os níveis de biomassa acima do Bmsy • Resultados económicos – maximização dos benefícios económicos para as comunidades • Resultados sociais – Maximização dos benefícios sociais e minimização dos impactos sociais a curto prazo da regulamentação nas comunidades • Segurança alimentar – manutenção do acesso aos recursos a um nível suficiente para garantir a sobrevivência das populações que dependem desta actividade • Minimização dos desperdícios – garantir o melhor aproveitamento de todas as capturas

Agências/grupos de gestão primárias	Ministério das Pescas (liderado pela ADNAP), Governo Provincial e Local, Associações de Pescadores e Armadores de Pesca
Outras Agências/Grupos	Ministério das Finanças, Ministério da Defesa, Ministério do Interior, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Ministério do Turismo, Administração Marítima, Ministério dos Transportes e Comunicação, ONGs (WWF, Mega Fauna)
Período de implementação	5 Anos

4.2 Observações da Avaliação de Risco para o Plano

O presente Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima é sustentado pelos resultados da avaliação de risco (ARE) realizada no quadro da elaboração do plano. A ARE permitiu aos participantes determinarem o nível de risco não só para a sustentabilidade ecológica das espécies alvo mas também para áreas da pescaria incluindo o bem estar humano, ambiental, governação e factores externos, e também para sugestão de acções de gestão para abordagem dos problemas identificados.

Para ajudar a identificar as questões para esta pescaria foi usado um sistema de árvore de componentes que cobre as três áreas-chave do EAF (Figura 8). Para cada uma das três áreas, uma árvore de componente detalhada foi produzida, incluindo potenciais problemas baseando-se na informação contida no Relatório de Base e outra documentação que se encontrava disponível sobre a pescaria.

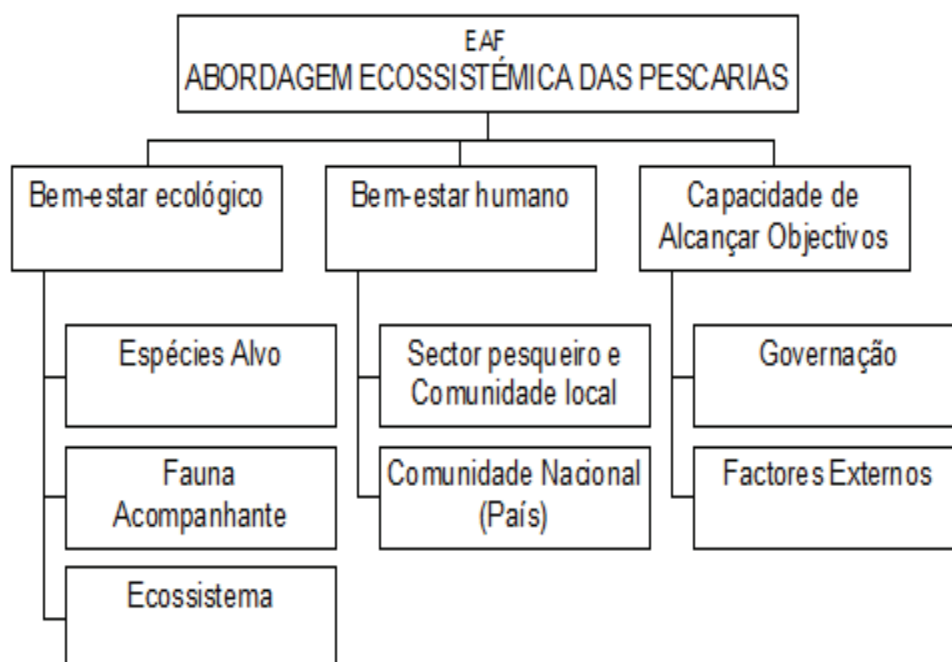


Figura 6: Árvore de componentes genéricas para os problemas identificados no quadro do EAF.

O exercício também permitiu a definição das prioridades dos principais problemas a serem abordados de uma maneira mais eficiente. O risco associado a cada problema identificado foi avaliado e classificado como alto, médio ou baixo. As questões classificadas como de risco alto ou médio são abordadas neste plano de gestão. Estas questões estão apresentadas e descritas no Anexo 1.

5. Objectivos de Gestão e Operacionais do Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima

Os objectivos de gestão e operacionais deste Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima foram produzidos a partir de uma análise estratégica do GNC sobre as questões de risco identificadas, conforme se segue:

Objectivo de Gestão I: Mananciais sobre-explorados de peixe de linha reconstruídos e os outros mantidos dentro de limites biológicos seguros

Objectivos Operacionais:

1.1 Esforço incidente sobre as espécies-alvo vulneráveis reduzido e os limites de esforço por área/zona estabelecidos;

1.2 Impactos antropogenicos externos e impactos da pesca sobre os recursos estuarinos e outros mananciais de peixes de linha avaliados e considerados;

1.3 Unidades de mananciais das principais espécies clarificadas.

Objectivo de Gestão II: Economia do sector da pescaria de linha reforçada

Objectivos Operacionais:

2.1 Eficiência económica e rentabilidade das operações na pesca à linha melhoradas;

2.2 Acesso facilitado aos mercados de maior valor, tanto locais como estrangeiros, para os produtos da pesca à linha;

2.3 Benefícios socio-económicos da pesca à linha associada ao turismo avaliados.

Objectivo de Gestão III: Arranjos institucionais e capacidade para a gestão da pescaria de linha melhorados

Objectivos Operacionais:

3.1 Capacidade da ADNAP para a gestão das pescarias de acordo com o EAF reforçada;

3.2 Capacidade de investigação do IIP para apoiar a implementação do Plano de Gestão da Pesca à Linha fortalecida;

3.3 Produtos de investigação sobre a pescaria de linha e os recursos por ela explorados melhorados;

3.4 Comunicação melhorada entre as instituições de gestão e os intervenientes na pesca;

3.5 Descentralização da gestão das pescarias fortalecida, incluindo condições para funcionamento do sistema de co-gestão; papel das diferentes agências clarificado e comunicado às partes interessadas;

3.6 Sistema de MCS melhorado com participação reforçada dos intervenientes;

3.7 Políticas sobre os direitos de pesca, incluindo a duração e critérios de atribuição, revistas claramente definidas;

3.8 Valor real da rentabilidade da pesca à linha e custos de gestão avaliados e uma fórmula robusta para estabelecimento das taxas de licenciamento definida;

3.9 Sistema para proposta e aprovação de regulamentos simplificados e reforçados;

3.10 Regulamentação definindo os segmentos de pesca simplificada e clarificada.

Objectivo de Gestão IV: Condições sociais e económicas dos operadores na pescaria de linha melhoradas

Objectivos Operacionais:

4.1 Equidade assegurada no acesso aos recursos de peixe de linha;

4.2 Conflitos dentro ou entre os sub-setores minimizados;

4.3 Gestão baseada em áreas geográficas implementada;

4.4 Empregabilidade e renda nas pescarias artesanais estabilizada;

4.5 Acesso (técnico/financeiro) aos meios de acesso a pesqueiros em alto mar (embarcações melhoradas) facilitado;

4.6 Resiliência das comunidades pesqueiras a eventos climáticos extremos (cheias, furacões, ciclones) aumentada.

Objectivo de Gestão V: Degradação do ambiente marinho e costeiro pela actividade de pesca prevenida

Objectivos Operacionais:

5.1 Pesca de predadores de topo e outras espécies-chave controlada;

5.2 Impacto da actividade pesqueira no ambiente marinho e costeiro minimizado.

6. Medidas de Gestão e Indicadores de Desempenho para o Plano de Gestão

6.1 Medidas de Gestão

As Medidas de Gestão discutidas e concordadas pelo GNC e as outras partes interessadas são apresentadas abaixo. No geral, o leque de medidas apresentadas providencia o âmbito de aplicação necessário e a flexibilidade requerida para gerir a pescaria e os seus impactos nos mananciais pesqueiros e no ecossistema, dentro de um ambiente natural mas dinâmico. As medidas são agrupadas de acordo com a estrutura da árvore de componentes genérica do EAF e também divididas em acções primárias e de suporte.

Bem-estar Ecológico

Espécies Alvo

Acções Primárias de Gestão

1. A pesca à linha marítima deverá ser gerida por zonas geográficas em reconhecimento das diferenças em espécies, características ecológicas, estruturas, direitos das comunidades pesqueiras e comprimento da costa. O acesso deverá ser atribuído e monitorado por zona. As três zonas propostas são: Zona A (Norte do Banco de Sofala: 10o - 16o S); Zona B (Banco de Sofala: 16o - 21o S) e Zona C (Sul do Banco de Sofala: 21o -26.3o S).

2. A pesca à linha marítima deverá (por agora) ser gerida com base no controlo do esforço. Os aspectos abaixo deverão ser tratados dentro dos próximos cinco anos:

2.1 Como a área da plataforma continental na Zona A é consideravelmente menor comparativamente à de outras zonas, o esforço de pesca deverá ser monitorado por forma a estabelecer os níveis de esforço de referência à medida que o esforço de pesca nesta área for aumentando. O esforço de pesca actual nesta zona é de 1 embarcação industrial, 3 embarcações semi-industrial e um acesso livre para os pescadores artesanais. Deste modo pretende-se atingir um máximo de 1 embarcação industrial, 10 embarcações semi-industriais e 7276 artes de linha de mão para a pesca artesanal;

2.2 O esforço de pesca na Zona B é de 1 embarcação Industrial, 16 semi-industriais e um acesso livre para os pescadores artesanais. Deste modo pretende-se atingir um máximo de 1 embarcação industrial, 12 semi-industriais e 3386 artes de linha de mão para a pesca artesanal;

2.3 O esforço de pesca na Zona C é de 1 embarcação industrial e 22 embarcações semi-industriais. Deste modo, pretende-se atingir um máximo de 1 embarcação industrial, 14 semi-industriais e 3374 artes artesanais para a pesca artesanal.

3. Com vista a controlar o crescimento e minimizar o impacto da captura de peixe imaturo, as seguintes medidas são introduzidas:

3.1 O tamanho mínimo limite para o peixe desembarcado pelas embarcações não- artesanais deverá ser 250 mm de comprimento total para todas as espécies excepto para os atuns e espécies afins do atum, para as quais o tamanho mínimo limite deverá ser 500 mm de comprimento total. Os comprimentos mínimos propostos estão relacionados com o comprimento de primeira maturação (L_{50}) dessas espécies-chave de linha (ver Anexo 1).

3.2 O tamanho do anzol sera definido por zona de pesca:

Zona A e B tamanhos de anzol por definir.

Zona C tamanho anzol superior a 3/0.

4. Uma classificação dos peixes de linha de acordo com a sua vulnerabilidade e papel na sustentabilidade da pescaria e segurança alimentar deverá ser introduzida. Deverão ser definidos critérios/parâmetros/indicadores que irão permitir o agrupamento periódico das espécies de linha em categorias de vulnerabilidade/estado, como por exemplo crítico, vulnerável e explorável.

Acções de Apoio à Gestão

5. Realizar pesquisas/acompanhamento científico regular mais detalhado da pesca recreativa e desportiva para se obter informação de captura, esforço e composição específica das capturas.

6. A recolha de dados da pesca a longo prazo em cada zona de gestão deve ser racionalizada entre as agências para se concentrar em níveis de esforço e CPUE como indicadores alvo associados a um sistema de VMS funcional. Isso permitirá a monitorização do estado da pesca e dos recursos bem como o estabelecimento de níveis-alvo de esforço e captura sustentáveis.

7. É necessário iniciar programas de monitorização regular nos portos e de observadores a bordo para as zonas A e B, visto que a informação disponível para estas zonas é declarada pelos armadores e não inclui composição específica nem informação biológica das espécies-alvo.

8. Preparar um Plano Nacional de Acção para os Tubarões.

9. Investigar o potencial para a exploração de atuns e espécies afins do atum pela pesca artesanal, visando reduzir a pressão sobre os peixes de recife mais vulneráveis e para um maior envolvimento na IOTC, conduzindo investigação e considerando a implantação de FADs.

10. Podem ser usadas condicionantes de acesso para uma gestão anual rápida, como por exemplo áreas de restrição à pesca, classificação do nível de vulnerabilidade das espécies e condições especiais. Por exemplo, para os concursos de pesca desportiva dever-se-á exigir a submissão de dados detalhados de captura e esforço como condição de acesso.

11. É importante melhorar a disponibilidade da informação sobre as capturas e esforço da pesca artesanal de linha, considerando que este é o principal sub-sector e que as capturas de certas espécies por este sub-sector poderão ser maiores que nos sub-sectores semi-industrial e industrial.

12. A informação recentemente disponibilizada pelos estudos genéticos de população realizada em 2012, no âmbito do SWIOFP, de duas importantes espécies de linha (marreco *Chrysoblephus puniceus* and ladrão *Lethrinus nebulosus*) indicam que os mananciais destas duas espécies são geograficamente isolados e possivelmente partilhados com a África do Sul. Assim, a possibilidade de uma gestão conjunta entre os dois países deve ser investigada.

13. Existem muitas séries de dados históricos no IIP, datando desde os anos 1979; Muitos desses dados não foram ainda processados na sua totalidade ou encontram-se armazenados de forma fragmentada, tornando a informação muitas vezes inacessível. Estes dados devem ser validados e transferidos para uma única base de dados.

Espécies Não-alvo

14. Introduzir e/ou fortalecer as condições de acesso que protegem aspectos ambientais específicos críticos.

14.1 Proibir o corte de barbatanas de tubarão e descarte das carcaças;

14.2 Proibir a ancoragem das embarcações sobre recifes;

14.3 Eliminar ou mitigar as práticas destrutivas de pesca tais como arrasto para a praia sobre áreas de coral ou de ervas marinhas;

14.4 Proibir o lançamento de desperdícios e plásticos ao mar.

15 Fortalecer a gestão e apoio na reserva parcial marinha da Ponta do Ouro e garantir a protecção dos peixes de recife em áreas de exclusão à pesca (no-take zones).

16 Investigar o potencial para o estabelecimento de uma grande área protegida marinha (MPA) incluindo habitats dos peixes de recifes a norte de Maputo.

O Ecossistema em geral

Ações de Apoio a Gestão

17. Desenvolver uma estratégia que permita que se possam introduzir vedas temporais ou espaciais para certas áreas em benefício das pescarias de linha. Especificamente:

- 17.1 A protecção de certos recifes deverá ser levada em consideração com base numa análise espacial detalhada das capturas e esforço de pesca na zona a sul do paralelo 21oS (Zona C) de modo a conhecer a distribuição das espécies e a identificar eventual sobre-exploração localizada de certos recifes – para possíveis vedas. Identificar e proteger as agregações reprodutivas ou outras através de vedas temporais e/ou espaciais;
- 17.2 Identificar e proteger as áreas estuarinas e outras áreas de viveiros;
- 17.3 Controlar a pesca de arrasto para a praia e de emalhe nas áreas de crescimento mais importantes.

18. Melhorar o conhecimento sobre a ligação entre o ambiente estuarino e os peixes de linha de alto mar, incluindo; áreas de reprodução e de crescimento, possíveis impactos da construção de barragens, qualidade da água dos rios com relação à escorrência superficial da agricultura.

19. Melhorar o conhecimento sobre a ligação entre os arrasto de camarão e os impactos nos recursos de linha.

Bem-estar Social e Económico

Acções Primárias de Gestão

1. Necessidade urgente de se realizar uma avaliação social e económica compreensiva da pesca à linha para melhor acomodar os factores de ordem económica na planificação. Isto irá futuramente permitir a elaboração de recomendações e orientações através de um conhecimento melhorado de elementos tais como:

- 1.1 Forças de Mercado: Combustível, exportação, custos e preços;
- 1.2 Subsidição cruzada da pesca à linha por outros tipos de pesca;
- 1.3 Eficiência operacional;
- 1.4 Impacto nas formas de subsistência;
- 1.5 Fornecimento de equipamentos e/ou linhas de crédito de pequena escala;
- 1.6 Relação bio-económica;
- 1.7 Definição de taxas de acesso e aplicabilidade de tais taxas;
- 1.8 Valor das pescarias orientadas para o turismo;
- 1.9 Necessidades em infra-estruturas para a pesca à linha;
- 1.10 Contribuição da pesca à linha para a economia local e nacional;
- 1.11 Valor do processamento pós-captura;
- 1.12 Papel do controle de qualidade e certificação;
- 1.13 O papel dos recursos de linha na segurança alimentar, na subsistência, a nível local no alívio da pobreza;
- 1.14 Equidade (incluindo a partilha de benefícios).

Acções de apoio de Gestão

2. Rever e desenvolver um código de práticas laborais no seio da indústria de pesca à linha.

3. Atribuição do direito de acesso aos recursos de linha por zonas de gestão, de forma a melhorar a apropriação a nível local e a protecção dos recursos. O fortalecimento da apropriação dos recursos costeiros pelas comunidades locais pode ser uma matéria a considerar, usando exemplos como os Beach Management Units (BMUs) no Quénia e Tânzania.

Capacidade de atingir os objectivos

Governança

Acções Primárias de Gestão

1. Reforçar a regulação através de condições de acesso anual para uma gestão a curto prazo da pescaria;
2. Desenvolver uma estratégia abrangente de cumprimento da lei e de fiscalização que leve a harmonizar e clarificar os papéis e responsabilidades dos diferentes departamentos e autoridades por forma a melhorar substancialmente o nível de cumprimento da regulamentação;
3. Desenvolver um plano profissional de comunicação, consciencialização pública, plataforma de comunicação que ofereça informações e construa relacionamento com as partes interessadas e com o público. Tal facilitação é essencial na

comunicação de questões de gestão como limitação do esforço, protecção de certas espécies e áreas de protecção do recurso. Estrategicamente esta facilitação deverá interpretar documentos científicos para uma forma mais acessível ao grande público;

4. Fortalecer a capacidade de investigação do IIP para apoiar a planificação e implementação da gestão da pesca à linha por forma a conduzir a avaliação por espécies e mananciais;

5. As condições para a autorização de concursos de pesca desportiva devem incluir condições específicas incluindo o fornecimento de informação detalhada sobre captura e esforço, e biológica se necessário;

6. Expandir a cobertura por VMS de modo a abranger todas as embarcações semi-indústriais. e industriais.

Acções de Apoio a Gestão

7. Melhorar as iniciativas de co-gestão que possam permitir uma tomada de decisão mais inclusiva incluindo o fornecimento de informação adequada e relevante. Considerar uma maior descentralização da gestão para melhor abranger as pescarias artesanais e de subsistência. Considerar a adopção dos aspectos da Lei n.º 8/2003, de 19 de Maio, (LOLE) e seu regulamento n.º 11/2005, de 10 de Junho, assim como o PESPA.

Factores Externos

Acções Primárias de Gestão

8. Melhorar as infra-estruturas (de acordo com o Plano Director de Infra-estruturas Pesqueiras) para um melhoramento da eficiência, bem-estar humano, segurança, etc.

9. Promover um maior acesso a informação meteorológica sobre o estado do mar (especialmente sobre eventos meteorológicos extremos de tempo) a partir das fontes existentes.

Acções de Apoio a Gestão

10. Promover e apoiar o reforço da resiliência das comunidades pesqueiras face a eventos climáticos extremos.

Os objectivos de gestão e operacionais e as questões críticas a eles associados, assim como as medidas de gestão sugeridas, são apresentados na forma de quadro lógico (Tabela 2). Os números correspondentes as questões prioritárias são apresentada na coluna 1. Estas questões formam a base a partir da qual se desenvolveram os objectivos operacionais e de gestão. As outras colunas indicam as medidas de gestão, os indicadores correspondentes e as instituições que são responsáveis pelas acções indicadas.

6.2 Indicadores de Desempenho

A avaliação do grau em que o plano de gestão promove o alcance do leque de objectivos de gestão e operacionais estabelecidos será realizada usando uma combinação de indicadores de desempenho da pescaria, do estado dos mananciais das espécies-alvo individuais e da condição do ecossistema em geral.

Os indicadores irão também medir o bem-estar socio-económico dos pescadores e a condição económica das empresas pesqueiras. O valor dos indicadores de desempenho serão estimados usando métodos convencionais de avaliação dos mananciais e ecossistema, e métodos de análise sociais e económicos.

7. Arranjos Institucionais e Outras Considerações para o Plano de Gestão

Embora o presente plano esteja concebido para ser implementado pela ADNAP (com o Apoio do IIP e IDPPE como agências primárias), ele exige a participação de outros actores e partes interessadas. O plano de gestão prevê o envolvimento efectivo na sua implementação de todas as principais partes interessadas. A implementação é vista como sendo da responsabilidade conjunta do Ministério das Pescas e outros Ministérios, agências, instituições de investigação, projectos nacionais sobre as pescarias, os utilizadores dos recursos e outros intervenientes do sector pesqueiro.

De acordo com esta perspectiva, é proposto que a Comissão de Administração Pesqueira (CAP) seja adequadamente informada à cerca da implementação e revisão deste Plano. Serão dedicadas sessões especiais da CAP ao Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima. As partes interessadas relevantes, tanto a nível provincial como nacional, deverão ser convidadas para estas sessões especiais da CAP.

Sem prejuízo do anterior e de acordo com o seu mandato, o Ministério da Pescas irá regular, promover, apoiar e orientar a implementação do plano, através de um processo consultivo abrangente com outras partes interessadas. O Ministro com o pelouro da Pesca poderá designar um coordenador para garantir uma implementação harmoniosa e efectiva do Plano de acordo com as directivas do Governo. Para as acções quotidianas do Plano, é proposto que se designe um grupo de trabalho intra-ministerial. Os termos de referência do grupo de trabalho, a ser designado Grupo de Trabalho do Plano de gestão da Pesca à Linha (GTPGPL), são apresentados no Anexo 3. O coordenador será um membro do GTPGPL.

8. Implementação, Apresentação dos Resultados e Revisão do Plano de Gestão da Pesca à Linha

De acordo com a legislação moçambicana, a gestão de todos os recursos pesqueiros, incluindo a implementação de qualquer plano de gestão, é da responsabilidade primária do Ministério das Pescas. Contudo, como indicado anteriormente, o Plano tem em vista a criação de uma fundação para a gestão das pescarias levando a um quadro de gestão integrada de partilha de responsabilidades entre o Ministério das Pescas e outras partes interessadas na pesca.

Anualmente, será elaborado um plano de acção identificando as acções prioritárias a serem desenvolvidas, de acordo com a Gestão Baseada em Resultados (GBR) e baseado numa Tabela de Controle de Desempenho (TCD). O Plano de Gestão será regularmente avaliado pelo Ministério das Pescas nos seus encontros mensais regulares e em sessões especiais da CAP, e também anualmente, altura na qual as actividades do ano antecedente serão avaliadas e um Plano de acção para o ano subsequente será acordado. A CAP irá também recomendar as grandes alterações a serem feitas ao Quadro Lógico, com base na experiência da implementação do Plano e outros factores de impacto.

Está previsto que as acções propostas deverão ser realizadas dentro de um período de cinco anos, após os quais se deverá proceder a uma revisão do Plano. O quadro lógico define as principais metas e faz recomendações quanto à sua sequência de desenvolvimento.

Considerando a escala e diversidade desta pescaria, recomenda-se que se promova um reforço do esforço para o desenvolvimento de uma melhor comunicação e troca de informação entre as diferentes partes interessadas. Esta melhoria da comunicação é vista como um pré-requisito para a obtenção de apoios para

a implementação das medidas de gestão. Poderá ser necessário desenvolver uma “Estratégia de Comunicação” para garantir que todos aqueles envolvidos na implementação do Plano estejam de posse da mesma informação de base, interpretem da mesma forma, e que os resultados da implementação do Plano sejam largamente disseminados.

Este Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima reflecte o conhecimento actual da pescaria e dos recursos explorados. O Plano será melhorado com os progressos no conhecimento e na gestão, especialmente à medida que alguns estudos propostos neste Plano forem realizados. A revisão anual do Plano de gestão será da responsabilidade do Ministério das Pescas com parecer da CAP e envolvimento de outras partes interessadas. No entanto, após a aprovação do Plano Anual de Implementação, nenhuma alteração de vulto aos arranjos de gestão estipulados para um dado ano será feita a não ser por direcção do Ministro com o pelouro das Pescas.

9. Implicações de Custos e Capacidade

A análise de custo-benefício usando valores monetários é uma ferramenta frequentemente utilizada para promover um apoio adicional e a justificação para as acções de gestão a serem levadas a cabo. Contudo, numa pescaria tão diversa como a pesca à linha

de Moçambique há muito mais em jogo do que apenas o custo financeiro e benefício económico directo da introdução de um plano de gestão e implementação das medidas.

O objectivo global do Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima inclui considerações sociais importantes que podem prevalecer em detrimento do estrito máximo retorno económico. Para muitas pescarias comerciais o objectivo principal é o máximo produção/retorno económico (MEY) enquanto para a pesca à linha de Moçambique, com uma grande componente humana, o foco deve ser direccionado para a maximização sustentável e a longo prazo dos benefícios socio-económicos, incluindo emprego e segurança alimentar. Estes factores sociais não são facilmente avaliados financeiramente. Entre outras limitações, é claro que embora o retorno económico continue sendo um aspecto crítico, o mesmo não deve exceder o equilíbrio bio-económico, conforme descrito por Clark (1985).

Uma consideração adicional é a capacidade da Administração Pesqueira para implementar as medidas sugeridas e realizar os estudos propostos. Existe capacidade e experiência adequadas na ADNAP, IIP e IDPPE para conduzir a maior parte do trabalho proposto. Contudo, em alguns casos poderá ser necessário atribuir algumas tarefas a outras agências governamentais, parceiros académicos nas universidades, ou consultorias ao sector privado.

Tabela 2: Quadro lógico para o Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima

Objectivo de Gestão I: Mananciais de peixe à linha sobre-explorados reconstruídos e os outros mantidos dentro de limites biológicos seguros

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
I 1.1.	1.1 Esforço incidente sobre as espécies-alvo vulneráveis reduzido e os limites de esforço por área/zona estabelecidos.	1.1.1 Esforço de pesca Industrial e Semi-Industrial controlado e geridos por zonas geográficas (A, B e C).	% de licenças de acesso emitidas de acordo com as zonas	100% das licenças atribuídas por zonas\O esforço total não excedendo o seguinte: A= 1 barco industrial, 10 barcos semi-industriais e 7276 artes de linha na pesca artesanal B= 1 barco industrial, 12 semi-industriais e 3386 artes de linha para a pesca artesanal C= 1 barco industrial, 14 barcos semi-industriais e 3374 artes de linha na pesca artesanal	Licenças emitidas	ADNAP	2014
		1.1.2 Estabelecer zonas de gestão para os recursos de peixes de linha	Zonas estabelecidas entre os novos regulamentos e a proposta	Limites das zonas aprovadas no Diploma Ministerial	Novo Diploma	ADNAP	2014
		1.1.3 Actualizar os regulamentos existente sobre a pescaria de linha, incluindo os limites diários de captura na pesca recreativa e desportiva.	Número de medidas relevantes constantes na regulamentação existentes incluídas na proposta de novos regulamentos.	Todas as medidas actuais relevantes incluídas	Novos regulamentos	ADNAP	2014
		1.1.4 Identificar os actuais detentores de direitos de acesso à pesca que não têm feito o uso suficientes/adequado destes, baseado em procedimentos a serem estabelecidos e aprovados	% de detentores de direitos de acesso à pescaria cujo padrão de esforço de pesca foi analisado	Todos os titulares de licença inspecionados sobre a sua situação nos últimos três anos; nível mínimo de esforço estabelecido	Relatório de análise	ADNAP	2015
		1.1.5 Estabelecer uma legislação que limita os tamanhos das espécies mínimos a serem capturados ou comercializados e controlar o tamanho de anzóis em uso tamanho mínimo do anzol de 3/0	Referência aos tamanhos mínimos de peixe desembarcado e comercializado, bem como regulamentação das artes de pesca, na nova regulamentação pesqueira	Regulamentos que fazem referências, incluindo as condições de fiscalização, para regulamentação das artes de pesca, e tamanhos mínimos do peixe capturado, desembarcado e comercializado	Novos regulamentos	ADNAP	2014

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
		1.1.6 Monitorar efectivamente e fazer cumprir a regulamentação do tamanho mínimo para a captura e comercialização do peixe de linha, incluindo os regulamentos das artes	% de peixes de tamanho abaixo do mínimo capturados, desembarcados ou comercializados (Nota: consultar a tabela de tamanho mínimo de desembarque)	% de peixes com tamanho abaixo dos mínimos não excedendo os 20% (em número)	Amostragem a bordo e nos portos; Relatórios de inspecção a bordo; Relatórios de inspecção nos postos de venda / processamento / Armazenamento	DNFP	2015
		1.1.7 Espécies vulneráveis e ameaçadas identificadas e listadas, em colaboração com as agência de conservação nacionais, regionais e internacionais (SWIOFC/ CITES/IUCN/etc)	% das espécies alvo ou fauna acompanhante avaliadas de acordo com a vulnerabilidade ou ameaça	100% de todas as espécies alvo e de fauna acompanhante avaliados de acordo com a vulnerabilidade ou ameaça	Relatório de análise	IIP\ MICOA	2015
		1.1.8 Regulamentação específica proposta para a listagem de espécies vulneráveis ou ameaçadas	% das espécies vulneráveis e/ou ameaçadas com regulamentação específica de captura	100% das espécies identificadas com regulamentação específica de captura	Novos regulamentos	ADNAP	2016

Objectivo de Gestão II: Economia do sector da pescaria de linha reforçada

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
II 2.1.	2.1 Eficiência económica e rentabilidade das operações na pesca à linha melhorados	2.1.1 Realizar um estudo compreensivo para melhorar o entendimento dos aspectos sociais e económicos da pescaria de linha e a necessidade em infra-estruturas	% de finalização do estudo	Estudo completo	Relatório de estudo /relatórios intermédios	DNEPP	2016
II 2.2.	2.2 Acesso aos mercados de maior valor locais e estrangeiros para os produtos da pesca à linha facilitado	2.2.1 Realizar um estudo para melhorar o conhecimento e compreensão sobre mercados, qualidade e aspectos relacionados nas pescarias de linha 2.2.2 ver MM2.1.1	% de finalização do estudo	Estudo completo	Relatório de estudo	DNEPP	2016
II 2.3.	2.3 Benefícios socio-económicos da pesca à linha associada ao turismo avaliados	2.3.1 Realizar um estudo sobre a ligação entre a pesca à linha e o turismo, e desenvolver um documento de reflexão sobre os usos dos recursos de peixe linha relacionados com o turismo como base para a discussão de uma política inter-sectorial	% de finalização do estudo	Estudo completo	Relatório de estudo /relatórios intermédios	DNEPP	2015

Objectivo de Gestão III: Arranjos institucionais e capacidade para a gestão da pescaria de linha melhorados

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
III. 3.1.	3.1 Capacidade da ADNAP para a gestão das pescarias de acordo com o EAF reforçada	3.1.1 Fornecer formação sobre EAF ao pessoal relevante do Ministério das Pescas e instituições relacionadas	Número de técnicos do Ministério das Pescas e instituições relacionadas participando nos cursos.	15 Técnicos com participação nos cursos	Relatório de participação em cursos/ certificados	ADNAP	2015
III 3.2.	3.2 Capacidade de investigação do IIP para suportar a implementação do plano de gestão da pesca à linha fortalecida	3.2.1 Reforçar o recrutamento e o programa de formação para os técnicos do IIP, incluindo o reforço da descentralização de quadros e da cooperação internacional 3.2.2 Completar o desenvolvimento da base de dados para a análise e processamento dos dados de amostragem biológica das espécies de linha e recuperar toda a informação histórica nesta base.	Número de técnicos do IIP participando em programas de formação Finalização da base de dados \ % de dados históricos recuperados na base	Pelo menos 3 cientistas treinados	Relatórios do IIP	IIP	2014
		3.2.3 Rever, refinar e desenvolver o programa de investigação sobre recursos de linha com maior integração dos papéis e responsabilidades das diferentes agências de acordo com o tipo de informação que colhem. \ [ligação com o 1.4 & 3.5] \ Inclui Censos \ Licenciamento \ Dados recolhidos sobre captura e esforço	% de finalização do documento do programa	Plano finalizado e revisto	Documento do plano/ Relatório de progresso	IIP	2015
III 3.3.	3.3 Resultados de investigação na pescaria de linha e recursos de linha melhorados	3.3.1 Fornecer um maior acesso aos resultados de investigação, inclusive via web.	Número de relatórios científicos/técnicos disponíveis nos diferentes canais		Web CITES	IIP	Permanente
III 3.4.	3.4 Comunicação entre as instituições de gestão e intervenientes na pesca melhorada	3.4.1 Um plano/plataforma moderno e profissional de comunicação pública, projectado para atender aos diferentes níveis de público-alvo, estabelecido e operacional 3.4.2 Aumentar o nível de discussão sobre a pesca à linha no seio da CAP	% de finalização de implantação do sistema	Sistema projectado e operacional	Comunicados de imprensa	ADNAP	2015
		3.5.1 Fortalecer o papel e visibilidade das representações provinciais distritais (Delegações da ADNAP e SDAE) associadas à gestão da pesca à linha por zonas. \ Ligação com o MM1.1.2	% dos itens que versam sobre a pesca à linha na agenda CAP.	Questões da pesca à linha cobertos em pelo menos duas sessões da CAP anualmente	Actas das sessões da CAP	ADNAP	2014
III 3.5.	3.5 Descentralização da gestão das pescarias reforçada, incluindo condições para funcionamento do sistema de co-gestão, o papel das diferentes agências clarificado e comunicada às partes interessadas		% de delegações descentralizadas e reforçadas (sensibilização; suporte financeiro acrescido; capacidade técnica)	Todas as representações provinciais descentralizadas	Relatórios da ADNAP	ADNAP	Permanente

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
		3.5.2 Apoiar o funcionamento dos grupos de co-gestão a nível local (CCP e CCG) como forma de melhorar a gestão	Número de reuniões a nível provincial e local abordando as questões da pesca linha	No mínimo uma reunião a nível provincial e uma a nível local por ano abordando as questões da pesca linha	Relatórios das reuniões provinciais e locais	ADNAP	2015
III 3.6.	3.6 Sistema de MCS melhorado com participação aumentada dos intervenientes	3.6.1 Programa de MCS revisto por forma a cobrir adequadamente a pesca à linha; inclui a possibilidade dos próprios pescadores denunciarem a pesca ilegal e actuação por parte de autoridades governamentais relevantes (SDAE)\ Incluir especificamente MCS nas pescarias artesanais	% de finalização da revisão do programa de MCS; Número de consultas públicas realizadas	Revisão do programa de MCS finalizado	Novos Regulamentos	ADNAP	2014
III 3.7.	3.7 Atribuição dos direitos de pesca, incluindo a duração e critérios de alocação, revistas e claramente definidas	3.7.1 Regularizar os critérios, requisitos, períodos, de concessão dos direitos de pesca	% de finalização do regulamento	regulamento finalizado (REPMAR)	Novo Regulamento	MdP (GRNLP)	2014
III 3.8.	3.8 Valor real da rentabilidade da pesca à linha e custos de gestão avaliados e uma fórmula robusta para definição das taxas de licenças definida	3.8.1 Extrair informação relevante dos estudos económicos (MM2.1.1) e sobre a política dos direitos de pesca (MM3.7.1) com vista a estabelecer uma estrutura de taxaço. Considerar a política governamental mais ampla sobre licenças e taxas de acesso.	% de finalização do estudo e processo de revisão	Relatório revisto (também pelas partes interessadas) e disponibilizado para consideração superior e implementação.	Relatórios	DNEPP	2015
III 3.9.	3.9 Sistema para proposta e aprovação de regulamentos simplificado e fortificado	3.9.1 Curso de formação em processos de regulamentação para quadros da ADNAP	Número de técnicos da ADNAP que terão participado no curso	Pelo menos 5 técnicos da ADNAP treinados	Relatórios da ADNAP	ADNAP	2014
		3.9.2 Incluir na nova regulamentação pesqueira provisões para a incorporação de medidas de gestão nas condicionantes de acesso como forma de facilitar uma gestão adaptativa e de curto prazo	Grau pelo qual os novos regulamentos incluem a possibilidade de uma gestão adaptativa via condições de acesso	Novos regulamentos com inclusão da possibilidade de uma gestão adaptativa via condições de acesso	Novos Regulamentos	ADNAP	2015
III 3.10.	3.10 Regulamentação definindo os segmentos de pesca optimizados e clarificados	3.10.1 Rever os regulamentos actuais definindo critérios para a atribuição das embarcações aos diferentes segmentos de pesca, para optimizar a classificação dos barcos, e incorporar nos novos regulamentos \ dar uma atenção especial a necessidade de restringir o comprimento das embarcações artesanais que estão praticamente isentas dos regulamentos de gestão.	% de finalização da revisão dos regulamentos	Regulamentos revistos e as novas propostas submetidas	Novos Regulamentos	ADNAP	2015

Objectivo de Gestão IV: Condições sociais e económicas dos operadores na pesca de linha melhoradas

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
IV 4.1.	4.1 Equidade no acesso aos recursos de peixe linha garantida	4.1.1 Realizar um estudo compreensivo para melhorar o entendimento dos aspectos sociais e económicos da pesca de linha e a necessidade em infra-estruturas 4.1.2 Desenvolver capacidade dos CCPs e das comunidades pesqueiras em geral em habilidades de negociação, direitos comunitários e organização	% de finalização do estudo Número de comunidades treinadas	Estudo completo No mínimo 20 comunidades de pesca de pequena escala treinadas	Relatório de estudo /relatórios intermédios	DNEPP	2018
IV 4.2.	4.2 Conflitos dentro ou entre os sub-sectores minimizados	4.2.1 Melhorar a consciencialização pública sobre os regulamentos	%decomunidades/operadores consciencializados sobre os principais regulamentos	Pelo menos 50% das comunidades/ operadores consciencializados dos regulamentos principais	Relatórios da ADNAP/ IDPPE	IDPPE	2014
IV 4.4.	4.4 Uso de equipamento para a pesca em mar aberto em alto mar facilitado (técnico/financeiro)	4.5.1 Desenvolver/ avaliar estratégia para uma “mudança” do esforço em áreas costeiras para pesqueiros em mar aberto, incluindo FADs \ Consciencializar o público sobre FADs \ Consultar o programa IIP / IDPPE em FADs 4.6.1 Promover a troca de experiências entre as comunidades, baseadas nas lições de antecedentes aprendidos	Número de unidades de pesca operando em alto mar	Um aumento de 50 unidades de pesca operando regularmente em mar aberto e um número superior de unidades removidas da zona costeira	Relatórios do IDPPE	IDPPE	2018
IV 4.5	4.5 Resiliência das comunidades pesqueiras a eventos climáticos extremos (cheias, furacões, ciclones) aumentada	4.6.2 Facilitar o acesso rotineiro a informações sobre o estado do mar e meteorologia (Mau tempo/aviso de tempestade)	Número de visitas de intercambio organizadas Número de comunidades de pescadores de pequena escala com acesso rotineiro a informação sobre Mau tempo/ aviso de tempestade	Ao menos 50 visitas de intercambio 100% comunidades de pescadores de pequena escala com acesso rotineiro a informação sobre Mau tempo/ aviso de tempestade	Relatórios do IDPPE\ INGC	IDPPE	2015
					Relatórios do IDPPE	IDPPE	2014

Objectivo de Gestão V: Degradação do ambiente marinho pela actividade de pesca prevenida

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
V 5.1.	5.1 Impacto da actividade pesqueira no ambiente marinho e costeiro minimizado	5.1.1 Planos de redução da fauna acompanhante do arrasto de camarão desenvolvidos e artes testadas (remeter ao plano de gestão do camarão)	% de execução dos testes	Testes e Planos completos	Relatórios da ADNAP	ADNAP	2015
		5.1.2 Incluir nos regulamentos de pesca a proibição de ancorar sobre recifes	Inclusão da proibição nos regulamentos	Proposta de Regulamento produzida	Novos regulamentos	ADNAP	2014
		5.1.3 Obrigação de instalar BRDs nas artes de arrasto incluída nos regulamentos de pesca	% de licenças em que se inclui a exigência do BRD	Todos os direitos de acesso a pesca/licenças com regulamentos do BRD incluídos	Direitos de acesso/licenças emitidos	ADNAP	2015
		5.1.4 Incluir nos regulamentos a proibição do descarte de plásticos no mar	Número de menções à proibição ao descarte de plásticos/descarte de resíduos em novos regulamentos	Novos regulamentos incluindo a proibição sobre proibição de descarte de plásticos para o mar	Novos regulamentos	ADNAP	2014
		5.1.5 Melhorar a fiscalização na zona costeira	Número de missões	Fiscalização melhorada	Relatórios de fiscalização	DNFP	2014

Objectivo de Gestão I: Mananciais de peixe linha sobre-explorados reconstruídos e os outros mantidos dentro de limites biológicos seguros

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
I. 1.2.	1.2 Impactos antropogénicos externos e da pesca sobre os recursos estuarinos e outros mananciais de peixe linha avaliados e abordados.	1.2.1 Desenvolver um plano estratégico com os parceiros chave para identificar e proteger os habitats críticos dos recursos de linha, incluindo zonas de crescimento, das práticas pesqueiras insustentáveis e destrutivas. 1.2.2 Conduzir estudo que avalia o papel e o potencial das MPAs em assegurar a manutenção da abundância dos recursos de pesca à linha. 1.2.3 Conduzir estudo para avaliar o impacto de outras actividades antropogénicas nas pescarias de linha, incluindo barragens, poluição e exploração mineral. Incluir uma pesquisa sobre a percepção dos grupos interesses.	% de finalização do Plano % de finalização do estudo % de finalização do estudo	Rascunho do Plano completo Estudo completo Estudo completo	Documento do Plano Relatório do estudo / relatórios Intermediários Relatório do estudo / relatórios Intermediários	IIP IIP IIP	2018 2018 2018
I 1.3.	1.3 Unidades dos mananciais das principais espécies clarificadas	1.3.1 Conduzir estudo de identificação de mananciais das principais espécies de linha para identificar unidades de gestão dos mananciais 1.3.2 Explorar a possibilidade de elaboração de uma estratégia de gestão transfronteiriça para espécies partilhadas com a Tanzânia e África do Sul	% de finalização do Plano de pesquisa \Número de estudos completos % de finalização do estudo/ processo de discussão	Plano de pesquisa completo \3 estudos completos (3 espécies) Critério acordado para possível estratégia de um plano de gestão transfronteiriço das espécies de linha partilhadas	Relatório de estudo /relatórios intermediários Critério para a estratégia desenvolvida \ registro de encontros	IIP IIP	2018 2018

Objectivo de Gestão V: Degradação do ambiente marinho pela actividade de pesca prevenida

Problema	Objectivos Operacionais	Medidas de gestão (MM)	Indicadores	Pontos de Referência Alvo/ Limite	Meios de verificação	Responsável	Prazo
V. 5.1.	5.1 Pesca de predadores de topo e outra espécies-chave controladas	5.1.1 Desenvolvimento de um Plano Nacional de Acção (NPOA) de tubarões, incluindo a proibição de corte de barbatanas e descarte das carcaças	% de desenvolvimento do Plano (NPOA tubarões)	NPOA tubarões finalizado e submetido para aprovação	Documento do NPOA tubarões	ADNAP	2017

Anexo 1: Comprimento da primeira maturação de algumas das principais espécies peixe linha

Espécies	Comprimento de maturação	Fonte
<i>Marreco (Chrysoblephus puniceus)</i>	240 mm	<i>Lichucha 2001</i>
<i>Robalo (Cheimerius nufar)</i>	260 mm	<i>Torres 2008</i>
<i>Cachucho (Polysteganus coeruleopunctatus)</i>	220 mm	<i>Mutombene 2013</i>
<i>Garoupa de bordo branco (Epinephelus albomarginatus)</i>	350 mm	<i>Fennessy 2000</i>
<i>Ladrão relâmpago (Lethrinus nebulosus)</i>	250 mm	<i>Mann 2000</i>
<i>Ladrão masena (Lethrinus mahsena)</i>	?	?
<i>Pargo dentuço (Pristipomoides typus)</i>	?	?
<i>Pargo rosa (Pristipomoides filamentosus)</i>	?	?
<i>Pargo rubi (Etelis carbunculos)</i>	610 mm	<i>Fishbase</i>
<i>Pargo de cauda comprida (Etelis coruscans)</i>	660 mm	<i>Fishbase</i>
<i>Corvina dentuça (Otolithes ruber)</i>	240 mm	<i>Fennessy 1994</i>
<i>Peixe pedra (Pomadasy kaakan)</i>	?	?
<i>Bagre (Arius dussumieri)</i>	?	?
<i>Serra (Scomberomorus commerson)</i>	700 mm	<i>Govender, 1992</i>
<i>Xeréu narigudo (Carangoides chrysophrys)</i>	?	?
<i>Albacora (Thunnus albacares)</i>	107 mm	<i>Fishbase</i>
<i>Merma (Euthynnus affinis)</i>	650 mm	<i>Mann 2000</i>

Anexo 2: Questões de prioridade alta e média conforme acordado no “workshop” de avaliação de risco

Bem-Estar Ecológico	
Questão	Descrição/Explicação
1: Informação sobre as espécies e pescarias não é igual para as diferentes zonas – Dados sobre a região norte são os mais fracos e esparsos	* Não permitir o aumento do esforço de pesca em áreas com informação deficitária; * Inventariar e melhorar a informação existente e a sua disponibilidade.
2: Sustentabilidade de algumas espécies parece baixa; decréscimo das capturas superior a 50%; estrutura de tamanhos alterada.	* Requer melhoria dos dados e da avaliação - especialmente das espécies vulneráveis; * Regulamentos de gestão implementados para as espécies mais vulneráveis.
3: A Maioria dos operadores estrangeiros procura as espécies pelágicas ameaçando as descargas locais.	*Necessidade de sermos mais activos no IOTC; avaliar o manancial de algumas espécies - ex. S. commerson (Serra); *Assegurar o acesso aos Nacionais; * melhorar a avaliação das capturas da pesca desportiva; *Necessidade de se realizar uma melhor avaliação quantitativa. <i>Questão fortemente refutada pelos gestores e por outro lado fortemente insistida pelos pescadores</i>
4: O papel dos tubarões é pouco conhecido; a procura de barbatanas de tubarões pode estar a aumentar.	* Os Tubarões são avaliados em alguns sectores mas os dados parecem ser inadequados * Necessidade de avaliação desta componente em todas as pescarias; * Proibição por lei da extracção de barbatanas. <i>Questão que conduziu à necessidade de se desenvolver um NPOA para tubarões</i>
5: Grande alteração na composição das espécies de recife.	*Assegurar que os regulamentos de gestão sejam implementados; * Uso de áreas Protegidas (MPA) como locais de referência e fonte de recrutamento. <i>A discussão sobre MPAs sugere a necessidade de se investigar o papel das áreas marinhas protegidas na gestão das espécies de linha de Moçambique</i>
6: Avaliação dos mananciais das principais espécies não disponível ou não actualizada em alguns casos.	* Desenvolver capacidade para a realização regular de avaliações dos mananciais; * Garantir que haja disponibilidade de dados adequados. <i>Foram reportados progressos nesta matéria pelo que o foco foi na questão da actualização</i>

7: Zonas de crescimento estuarinas sob ameaça - aparente depleção de algumas espécies estuarinas.	* Melhorar a compreensão sobre as ligações entre o ambiente marinho e estuarinos; * impacto da construção de barragens; * Qualidade das águas dos rios com relação a escorrência da agricultura. <i>Uma referência usual é o WIOLab project TDA & SAP</i>
8: Recifes e campos de ervas marinhas sofrem o impacto da ancoragem das embarcações, linhas perdidas sobre os corais; lixo.	* Consciencialização sobre a matéria; *Áreas Marinhas Protegidas como ferramenta para a protecção; *Criação de alternativas para ancoragem. <i>É necessária avaliação</i>
9: Remoção de predadores de topo ou outros grupos chaves podem criar desequilíbrios no balanço ambiental.	* A gestão deve atribuir as oportunidades de pesca de acordo racional com a estrutura da população, incluindo as considerações ecológicas r e K.
10: Incidência da pesca sobre os locais e períodos de agregação reprodutiva não é sustentável.	* Identificar e proteger as agregações reprodutivas através de vedas temporárias ou espaciais; <i>Papel das MPAs deve ser avaliado.</i>
44: O arrasto de camarão e outras práticas de pesca destrutivas provocam impactos sobre o habitat, composição de espécies e outros serviços do ecossistema	*requer avaliação e pesquisa*Considerar zonas de santuários interditos ao arrasto * Se possível eliminar ou mitigar práticas destrutivas de pesca (Ex.; emalhar nas zonas de recife e ervas marinhas, etc.);*Implementar dispositivos de redução de fauna acompanhante nas redes usadas pela pesca industrial.
51: As pescarias de rede também capturam as espécies de linha e por isto devem ser consideradas na gestão dos recursos de linha	*requer que se faça uma pesquisa substancial para validação desta matéria. * considerar uma abordagem de gestão leve a uma atribuição das possibilidade de pesca dos recursos para sectores específicos <i>O fórum esteve dividido quanto ao validar esta matéria</i>
52: A pesca industrial de crustáceos usa redes para capturar peixes (de linha) para servirem de iscas em gaiolas, no sentido de atrair caranguejos.	* A extensão e impacto desta matéria precisa ser investigada. Alguns apontaram esta como uma forma de descarte e sub-aproveitamento dos recursos e como uma questão problemática
X1 : Mananciais transfronteiriços não definidos adequadamente	* Varias espécies transfronteiriças necessitam de estudos genéticos a escala regional para permitir uma gestão efectiva das mesmas a nível regional .* cooperar com o SWIOFC; <i>Questão importante, introduzida após o “workshop”</i>
63: Baixa das capturas de peixe linha encoraja o aumento de actividades ilegais na captura de pescado, o que pode ter impactos no ecossistema.	*Fortalecer a fiscalização *investigar a sua validade <i>Exemplos foram apresentados e debatidos, incluindo o uso de redes mosquiteiras que afectam os juvenis</i>
Bem-estar Sócio-económico	
Questão	Descrição/Explicação
13: A questão da segurança alimentar durante os períodos de seca e outras causas de dificuldades é preocupante.	*Planificação deve tomar em consideração os ciclos naturais; *Acomodar medidas de mitigação urgentes; * Tomar as devidas precauções contra o risco de sobre-exploração dos mananciais nos tempos de estiagem; * Assegurar alternativas durante os períodos das secas.
15: Migração de pescadores entre zonas é elevada e conflituosa em alguns locais. Recursos protegidos por uns mas capturados por outros.	*Necessidade de se compreender a escala deste fenómeno; *Fortalecer os fóruns das comunidades artesanais (organizações de base comunitárias); *replicar o exemplo das unidades de gestão de local "beach management units" (BMUs) do Quênia e Tanzânia.
14: Conflito entre os pescadores semi-industriais e pescadores recreativos (turistas)	* Mais consciencialização sobre a regulamentação; * Melhorar fiscalização e controle dos turistas, *limitar a exportação do pescado pelos turistas
12: Atribuição dos acessos aos recursos de peixe de linha por zonas geográficas de gestão melhora o comprometimento (apropriação) local e a protecção dos recursos.	*Promover os benefícios da existência de diferentes zonas e atribuição de acesso associados.
11: Direitos de pesca com validade de um ano é bastante curto.	*Reavaliar e considerar uma extensão do período de vigência dos Direitos; Proteger os direitos mas também permitir/ planejar para que ocorram novas entradas ao longo do tempo. Tecnicamente um ano é o período considerado mas a renovação esta sempre assegurada ao menos que se identifique um problema específico

58: Esgotamento dos recursos obriga os pescadores de linha a mudarem-se para pescarias de rede, recolha de fauna acompanhante ou pescarias de águas interiores	*Acesso a diferentes pescarias deve ser gerido para assegurar níveis sustentáveis de esforço e capacidade de proteger direitos tradicionais históricos
17: Perda de empregos	*Práticas laborais revistas e estabelecidas; considerar todas as actividade relacionadas com de pesca. *Melhorar o entendimento das forças de mercado;
16: Decrescimos dos nível de retornos da pesca; o problema de custos de combustível etc., o aumento nos preços de mercado é limitado (ou seja, os preços de mercado têm tecto)	*Melhor compreensão das forças de mercado; * Melhorar as taxas de captura (CPUE) individuais (reduzir o esforço?); * Para uma melhor eficiência das operações é preciso entender as relações bio-económicas, gerar preços de mercado mais elevados via exportação, melhoria da qualidade? * Certificação? * Melhoramento das estratégias de "marketing"; * Melhores condições de conservação por frio (gelo ou por refrigeração) podem acrescentar melhorias no processo de valorização pós -captura; fumagem etc.
18: Minimizar o débito; taxas de juro muito altas; difíceis de serem reembolsáveis	* Melhor compreensão das forças de mercado *Considerar linhas de crédito de pequena escala via cooperativas <i>Considerar o exemplo dos projectos do tipo KCDP no Quénia e Tanzânia</i>
19: A viabilidade económica da pescaria tem decrescido - Alguns pescadores têm abandonado a pescaria	*Rever o número de licenças emitidas/ melhoramento da eficiência *Reduzir o número de barcos; gerir o esforço por zonas; *Melhorar a compreensão das forças de mercado
23: Baixo valor obtido com a exportação dos peixes de linha	* Avaliar plenamente esta questão* O papel do controle de qualidade (INIP) * infra-estruturas; * considerar o impacto de carbono.
56: acesso às espécies mais sustentáveis de alto mar tem custos de produção mais elevados	Prover o acesso aos fundos antes do esgotamento dos recursos costeiros – para a aquisição de embarcações motorizadas que permitam o alcance de pesqueiros de espécies sub-exploradas mais além. <i>Também seria relevante se alternativas fossem promovidos como o caso dos FADs -exemplos das Maurícias</i>
21: Taxas de pesca como uma importante fonte de receita para a gestão	*Avaliação realista da estrutura de taxas; * Ligados à posse de acesso a pescaria, direitos de propriedade, * Cuidado com a criação de um fluxo de receita que é simplesmente um imposto e não reinvestidos na gestão das pescas
22: As taxas de licença são muito elevadas e não dão valor ao dinheiro.	*Garantir que as taxas estejam ligadas a retornos realísticos e que confirmem direitos de propriedade; * Assegurar que as taxas sejam vistas como algo que beneficia directamente a gestão da pescaria e aos próprios pescadores; As taxas de licenças devem ser usadas como ferramenta de gestão e não só como imposto.
20: Oportunidades de Turismo perdidas em consequência da baixa prioridade da a pesca desportiva e recreativa	* Reconhecer o papel dos pescadores recreativos (turistas) nos planos; *Necessidade de atribuições especiais e instalações para a pesca turística, em locais específicos * Promover uma sensibilização pública; <i>Contraditório ate certo ponto, em relação as ameaças que advém da pesca desportiva.</i>
Habilidade de Alcance (Governança e Factores Externos)	
Questão	Descrição/Explicação
36: Pesca ilegal por navios estrangeiros pode afectar os mananciais e mercados.	* Implementação de medidas de fiscalização precisa ser melhorada Observância e aplicação da lei (fiscalização) em alto mar precisam ser melhoradas; * Melhor comunicação pública <i>Apesar de comentários contrários essa questão mereceu pontuação alta com consenso.</i>
38: Legislação pesqueira leva muito tempo a ser proclamada e implementada para que se torne eficaz.	*Considerar o uso de licenças anuais como uma ferramenta de gestão de rápidos efeitos
26: Níveis de cumprimento e fiscalização são vistos (reconhecidos) como fracos pelos diferentes intervenientes; falta de clareza sobre as responsabilidades das diferentes agências	* Desenvolver uma estratégia e planos/arranjos de cumprimento e aplicação da legislação * Obter clareza sobre as responsabilidades dos diferentes departamentos e autoridades; * Melhorar a comunicação pública

37: Papéis respeitantes aos diferentes Ministérios nem sempre estão claros e causam confusões.	* Estabelecer um grupo de trabalho interdepartamental de pescas sob coordenação da ADNAP * Melhorar a Consciencialização pública e comunicação.
28: Co-gestão é uma ferramenta importante para envolver os diferentes grupos de interesse (utilizadores) mas não está bem estabelecida em todas as zonas e pode ser difícil de ser implementada efectivamente.	* Promover e melhorar o desenvolvimento dos grupos de co-gestão (CCPs); Considerar o estabelecimento de um grupo específico de consulta sobre peixes de linha a este nível. <i>Considerar a adopção do exemplo das unidades de gestão de local "beach management units" (BMUs) do Quénia</i>
29: Monitorização actual não é adequada.	* Desenvolvimento de uma estratégia de monitoria e fiscalização (M & E) e plano de investigação; identificar espécies indicadoras; estabelecer periodicidade etc.
25: Comunicação inadequada entre os diferentes sectores irá complicar a implementação; Níveis literários variáveis (alfabetização).	*Desenvolver um plano de comunicação específico; *engajar com cada sector / grupos sobre qual a melhor forma de comunicação
30: Reduzido acesso aos pesqueiros pelo desenvolvimento de áreas marinhas protegidas.	* Requer um planeamento cuidadoso e ligação com todas as partes interessadas; * Extensão do problema precisa ser documentado e as soluções encontradas
24: Eficiência dos limites de captura/ esforço, por sector pode ser difícil de implementar ou não efectivos.	* Rever as informações por sector e adequar cada limite para atender às necessidades e desempenho para atingir os objectivos de cada sector, * Avaliar e ter em consideração o impacto da alocação para cada sector.
35: Controle e monitoria pode ser melhorado através do uso do VMS nos barcos	*Considerar a instalação de VMS nos barcos de pesca
31: Os concursos de pesca desportiva podem ter impactos sobre os pescadores locais se não forem limitados	* Autorizar os concursos de pesca com medidas específicas de controlo.
34: As diferentes secções da costa de Moçambique apresentam diferente biota (recursos) e portanto diferentes necessidades de gestão.	* Dividir a costa em três áreas de gestão Em alguma extensão esta medida já está em curso
59: Coordenação institucional é muito fraca o que cria confusão.	*Melhorar a coordenação e clarificar as estruturas *Realizar uma avaliação especializada para avaliar e prover recomendações <i>Este ponto foi visto como um sério impedimento de gestão dentro do sector. Sobrepe-se ao ponto anterior</i>
61: Política pesqueira nacional não reflecte adequadamente as questões relacionadas com a pesca à linha.	* Considerar ajustamentos na política nacional a fim de acomodar algumas questões levantadas e para fortalecer os aspectos relacionados com a pesca à linha na legislação.
57: Arrastões Semi-industriais e artesanais interferem com a pesca à linha na Baía de Maputo	*Investigar a escala do problema. *Discutir o assunto a nível do fórum. *Criar soluções de gestão <i>Este foi levantado como um grande problema pelos operadores</i>
27: Aplicação das normas deve incluir uma maior confiança no cumprimento voluntário	* Fortalecer a articulação e comunicação com grupos de utilizadores; * Fornecer opções alternativas;
50: Os relatórios e a informação providenciada são demasiado científicos para uma percepção de todos e para ser usada no processo de tomada de decisão	*Prover documentação de retorno com explicações e interpretações em melhor formato (mais fácil de assimilar) Consenso elevado neste tópico
54: Co-gestão permanece confinada a um processo de consulta e não leva ao desenvolvimento de um consenso genuíno.	* Melhorar as iniciativas de co-gestão que levam à tomada de decisão mais abrangente, incluindo o fornecimento de informações adequadas e relevantes
53: A gestão das pescarias está muito centralizada (geograficamente) o que limita a co-gestão e contacto com o sector artesanal.	*Considerar uma maior descentralização no plano de gestão, especialmente para acomodar a pescaria artesanal e de subsistência
33: Taxa cobrada aos pescadores industriais é extremamente alta, e esta é paga mesmo se quando o TAC não é atingido	* Considerar, se possível, a separação das taxas de licença, das taxas de acesso; * Melhorar o cálculo das taxas; * Maior e melhor divulgação da estrutura das taxas
62: Não existe informação adequada e há poucas oportunidades para uma deliberação multi-sectorial.	* Considerar a realização de oficinas de trabalho similares, possivelmente com periodicidade anual, e em diferentes zonas
60: O facto dos pescadores desportivos poderem ser licenciados pelas estancias turísticas cria ainda confusão e gera conflitos para os pescadores artesanais no mesmo local.	* Investigar a situação e corrigir se necessário.

55: O número de anzóis permitidos para as pescarias de linha cria ainda confusão aos utilizadores.	*Investigar a situação e clarificar <i>Questão debatida consideravelmente mas sem desfecho claro</i>
32: As taxas de licenças são extremamente altas para os pescadores semi e industriais.	* Proporcionar mais transparência na fixação das taxas. * Relacionar as taxas ao longo período de direitos de acesso
64: A definição legal dos diferentes tipos de pesca à linha não é adequada e pode comprometer a gestão	*Clarificar as definições legais e modificá-las, se necessário; incluindo as diferenças entre pescadores recreativos e desportivos. Harmonizar com os outros países do SWIOFC pode ser útil.
46: O aumento no custo de combustíveis compromete aos pescadores e aumenta os custos de gestão.	*Devem ser considerados nos aspectos de gestão e pelo menos monitorizado, *Compreensão do equilíbrio bio-económico - especialmente em pescarias de baixa renda. Cálculo da quantidade de combustível usada por kg de peixe seria um indicador útil.
49: Acesso às infra-estruturas como fábricas de gelo, mercados de venda limpos, estradas etc.	* Compreender as necessidades em termos de infra-estruturas, documentá-las e empreender melhorias.
41: Mudanças climáticas podem ter impactos sobre os meios de subsistência dos pescadores e estado dos mananciais.	*Criar cenários de possíveis impactos das mudanças climáticas *Considerar projectos de investigação.
40: O estado do tempo tem efeito nas descargas e nas taxas de captura. Também tem impacto na segurança humana	*Tornar a informacoes sobre o estado do mar e meteorologia mais rapidamente acessível *Possível tópico para investigação que pode assistir no processo de planificação.
39: Papel relativo da oceanografia e dos impactos humanos nas capturas não compreendido; incluir a variabilidade das capturas etc. Relacionar com os controles de gestão.	* Relacionar a investigação sobre os recursos com os aspectos de oceanografia; Estudar as flutuações das espécies pelágicas com relação aos aspectos do clima do oceano
42: Impacto da poluição sobre os mananciais de peixe de linha.	*Necessidade de obtenção de dados, especialmente em zonas confinadas tal como a Baía de Maputo, que tem altos níveis de poluição, e avaliar os impactos. <i>Consultar o WIOLab TDA & SAP</i>
45: Barragens reduzem o fluxo de água, nutrientes e consequentemente as capturas.	*Necessidade de avaliação, especialmente na zona do Banco de Sofala <i>Consultar o WIOLab TDA & SAP</i>
43: Acesso reduzido aos pesqueiros devido às concessões petrolíferas e outras.	*Avaliar a extensão deste fenómeno; *Garantir que este ponto seja acomodado em qualquer avaliação de impacto ambiental (AIA) realizado; * Calcular a possível compensação.
48: Acesso aos mercados locais e de exportação; inclui standards sanitários e de qualidade, disponibilidade e viabilidade do transporte aéreo etc.	*Reter os serviços do INIP; *Compreender as necessidades infraestruturais para exportação; *Melhor compreensão sobre a situação dos mercados.
47: Taxas de câmbio têm impacto nos parâmetros de entrada e de saída — tal como a exportação potencial e custos com equipamentos.	* As variações da taxa de câmbio deve ser considerada em matérias de gestão e pelo menos monitorizada; *Entender o equilíbrio bio-económico - especialmente em pescarias com poucos retornos.

Anexo 3: Termos de Referência do Proposto Grupo de Trabalho do Plano de Gestão

1. Enquadramento

Considerando a importância dos recursos de peixe linha e as pescarias dessas espécies, foi preparado um plano para a gestão da pescaria. Para supervisionar a implementação, monitorização e revisão do Plano um grupo de trabalho (doravante designado Grupo de Trabalho do Plano de Gestão da Pesca à linha ou GTPGPL) é proposto como parte do arranjo institucional em apoio à implementação do plano de gestão. Estes Termos de Referência (ToRs) definem os objectivos, a composição e modus operandi do GTPGPL. O GTPGPL será constituído e facilitado pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP) do Ministério das Pescas. A sua função é de auxiliar o Director-Geral da ADNAP no desempenho de uma das suas funções estatutárias.

2. Objectivos específicos do GTPGPL

- Supervisionar a implementação do Plano de Gestão da Pesca à Linha Marítima e monitorar o progresso da implementação;
- Assegurar financiamento através de dotações orçamentais, parceiros ou doadores para a implementação do Plano.

3. Composição do GTPGPL

Os membros centrais do GTPGPL serão quadros do Ministério das Pescas, incluindo representantes das instituições seguintes:

- Administração Nacional das Pescas (ADNAP);
- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP);
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE);
- Direcção Nacional de Economia e Políticas Pesqueiras (DNEPP);
- Instituto Nacional de Inspeção de Pescado (INIP);
- Direcção Nacional da Fiscalização da Pesca (DNFP)

Os membros deverão ter conhecimentos nas diferentes áreas, incluindo gestão de pescarias, investigação, jurisdição, sociologia e economia, todos relacionados à indústria pesqueira.

4. Responsabilidades

- Supervisionar a publicação e disseminação do Plano de Gestão;
- Preparar o Plano de implementação anual inicial e os planos de implementação dos anos subsequentes para orientar a implementação do Plano;
- Preparar os termos de referência para todos os estudos recomendados no plano de gestão, assegurar o financiamento seguro das dotações orçamentais, de parceiros ou doadores para a execução das actividades;
- Promover e facilitar discussões sobre o plano de gestão com o Grupo de Trabalho Nacional do EAF;

- Preparar a documentação necessária para discussão nas sessões da CAP (nível nacional) e CCGs (nível local), propor a agenda de trabalho para discussões da CAP e CCGs e apoiar a apresentação dos resultados na CAP;
- Preparar relatórios de progresso/anuais sobre a implementação do Plano, que poderão incluir uma avaliação das medidas de gestão;
- Facilitar uma comunicação abrangente entre os intervenientes, incluindo a criação de consciencialização sobre o Plano.

5. Reuniões

O GTPGPL deverá reunir-se, pelo menos, uma vez a cada trimestre do ano. Deverá existir um secretário encarregue de fazer as actas dos encontros.